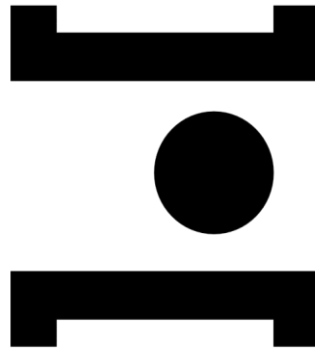


INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Escola Superior de Educação



**POLITÉCNICO
DE SANTARÉM**

**Abandono escolar em São Tomé e Príncipe: uma causa fundamental
na base do subdesenvolvimento local**

Dissertação

Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária.

Mestrando: Evaldo da Graça da Cruz

Orientação:

Professor Doutor Paulo Coelho Dias

Professora Doutora Perpétua Maria dos Santos Silva

Dezembro, 2023

Dedicatória

Este trabalho é dedicado aos meus colegas de turma e professores de MESIC e aos membros comunitários de São Tomé e Príncipe e Portugal.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho académico contou com o apoio e a preocupação de diversas individualidades abaixo mencionadas.

Os meus agradecimentos estendem-se às minhas avós embora distantes deste mundo, pelos seus ensinamentos, aos meus pais, à minha companheira e aos filhos.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos Professores da Escola Superior da Educação que embora enfrentando a pandemia, conseguiram ser resilientes e ajudar-nos a terminar com êxito a 9ª edição do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária; à Escola Superior da Educação - Instituto Politécnico de Santarém, ao Ministério da Educação e Ensino Superior de São Tomé e Príncipe (a instituição patronal, em particular, à Direção de Ensino Secundário e à Direção de Ensino Superior), ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (a instituição financiadora da bolsa de estudo).

Agradeço, também, pela participação e colaboração das diferentes personalidades que nos ajudaram no desenvolvimento das entrevistas, a saber: um membro comunitário, uma aluna de curso noturno, um dos representantes dos alunos de Liceus de São Tomé e Príncipe, três diretores, sendo dois, pertencentes às direções do Ministério da Educação e Ensino Superior, e um, da escola, um dos Vereadores da Câmara Distrital de Água Grande.

E pelo preenchimento do questionário, os meus agradecimentos estendem-se aos membros comunitários (atuais e antigos alunos) das Praias Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes.

Deixo meus eternos agradecimentos aos professores Doutor Paulo Coelho Dias e Doutora Perpétua Santos Silva, pela orientação para organização, construção teórica, análise e tratamento dos dados recolhidos.

Lista de siglas e Acrónimos

AELN - Associação dos Estudantes de Liceu Nacional,

AMPGA - Associação dos Moradores de Praia Gamboa e Arredores

APD – Ajudas dos Parceiros de Desenvolvimento

AOD – Assistência oficial ao desenvolvimento

CPE-STP - Carta de Política Educativa de São Tomé e Príncipe

CSPQ - Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes

DEJA - Direção Escolar para Jovens e Adultos

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População

IDG – Índice de Desigualdade de Género

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHAD – IDH Ajustado à Desigualdade

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

ISP – Instituto Superior Politécnico

ITAD – Instituto de Apoio e Desenvolvimento

MECF - Ministério da Educação, Cultura e Formação

NEE - Necessidades Educativas Especiais

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – ARCAR – Organização Não Governamental: Associação para Reinserção das Crianças Abandonadas e em Situação de Risco

ONG – Carita - Organização Não Governamental

ONG - Casa dos Pequenininos - Organização Não Governamental

PASE - Programa de Ação Social Escolar

PEID – Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto (PIB)

PMC - Programa Mães Carenciadas,

PNASE - Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC - Paridade do Poder de Compra

PSCDAG - Programas Sociais das Câmara Distrital de Água Grande

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

RNB - Rendimento Nacional Bruto

SIMPRESTEP - Sindicato dos Professores e Educadores de STP

STP - São Tomé e Príncipe

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USTP - Universidade Pública de São Tomé e Príncipe

Resumo

O presente trabalho, intitulado “Abandono escolar em São Tome e Príncipe: uma causa fundamental na base do subdesenvolvimento local”, desenvolvido no quadro do mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, tem como objetivo geral conhecer as causas e as consequências do abandono escolar na região das Praias em São Tomé e Príncipe, conhecer a relação existente entre abandono escolar e subdesenvolvimento local, as políticas locais para promoção de formação extraescolar e diminuição do abandono escolar.

Do ponto de vista metodológico, foi desenvolvida uma abordagem mista, combinando técnicas e procedimentos do tipo qualitativo e quantitativo – análise documental, realização de entrevistas e aplicação de questionários – tomando como campo de observação os territórios de Praia Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes.

Foi possível concluir que o abandono escolar (interrupção precoce do ciclo de estudos) é uma problemática com múltiplas causas (individuais, familiares, organizacionais e comunitárias), que afeta negativamente os alunos, os seus familiares, a instituição escolar, bem como os seus territórios de inserção. Tem consequências ao nível do desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, ao nível do seu bem-estar individual e social e, também, ao nível do desenvolvimento comunitário, com projeção nacional.

Os resultados a que chegamos permitem evidenciar a necessidade de as entidades governamentais locais e nacionais, apoiadas pelos parceiros de desenvolvimento, continuarem a envidar esforços no sentido de erradicar fenómenos de abandono escolar, constituindo equipas de trabalho multidisciplinares, com a participação das comunidades locais e nas quais devem ser incluídos técnicos do trabalho socioeducativo, trabalhando em conjunto na capacitação pedagógica de professores, aumentar e equipar instituições educativas, melhorar o currículo escolar, desenvolver iniciativas formativas formais e informais, empoderar e aumentar a autoestima de alunas e alunos.

Palavras-chave: abandono escolar; subdesenvolvimento local; agentes educativos; educação social.

Abstract

The present academic work, under the theme School Dropout in São Tomé and Príncipe: a fundamental cause at the base of local underdevelopment, developed in the framework of the Master's Degree in Social Education and Community Intervention of the School of Education of the Polytechnic Institute of Santarém, has as general objective to understand the causes and the consequences of school dropout in the region of Praias, in São Tomé and Príncipe, to know the existing relationship between school dropout and local underdevelopment, the local policies to promote out-of-school training and decrease school dropout.

From the methodological point of view, a mixed approach was developed, combining qualitative and quantitative techniques and procedures - documentary analysis, interviews, and questionnaires - taking as field of observation the territories of Praia Gamboa, Cruz, Lochinga and Diogo Nunes.

It was concluded that school dropout (early interruption of the study cycle) is a problem with multiple causes (individual, family, organizational and community), which negatively affects students, their families, the school institution, as well as their territories of insertion. It has consequences on the personal and professional development of individuals, on their individual and social well-being and on community development, with national projection.

It has been made evident the need for local and national government entities, supported by development partners, to continue their efforts to eradicate school dropout phenomena, constituting multidisciplinary work teams, with the participation of communities, in which socio-educational work technicians should be included, working together in the pedagogical training of teachers, increasing and equipping educational institutions, improving the school curriculum, developing formal and informal training initiatives, empowering and increasing the self-esteem of students.

Keywords: school dropout; local underdevelopment; educational agents; social education.

Índice

Dedicatória	II
Agradecimentos	III
Lista de Siglas e Acrónimos	IV
Resumo	VI
Abstract	VII
Introdução	1
Parte I – Enquadramento teórico e contextual	3
Capítulo I – Perspetivas sobre o abandono escolar no contexto de São Tomé e Príncipe	3
1. De criança a adolescente: breves perspetivas	3
2. O conceito de abandono escolar	6
2.1. Fatores associados ao abandono escolar	8
2.2.1. O abandono escolar: suas consequências	13
3. A problemática do Desenvolvimento	14
3.1. Contributos para o entendimento do conceito de desenvolvimento local e suas implicações	19
3.2. Breves notas sobre questões de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe	24
4. Sistema Educativo em São Tomé e Príncipe e as políticas públicas para promoção e aproximação escolar	30
5. Educação com foco no desenvolvimento: ações formais, não formais e informais	39
Parte II – Estudo Empírico	47
Capítulo II – Metodologia, Técnicas e procedimentos de pesquisa	47
Capítulo III – Apresentação e análise de resultados	52
3.1. Caracterização dos participantes no estudo	52
3.2. Abandono escolar: causas e consequências	53
3.2.1. Causas do abandono escolar	56
3.2.2. Consequências do abandono escolar	67
3.3. Impacto das políticas dos organismos públicos e privados na promoção de formação extraescolar e prevenção do abandono escolar	70
3.4. Perspetivas de retorno à escola e o papel dos agentes formais e informais	75
3.5. Subdesenvolvimento local	81

3.6. Pistas para reflexão e sugestões para minimização do abandono escolar (agentes formais e informais)	82
Conclusão	87
Referências Bibliográficas	91
ANEXOS	A
Anexo I – Guião de entrevistas	B
Anexo II – Entrevistas transcritas	I
Anexo III – Entrevistas transcritas (resumidas)	WW
Anexo IV – Inquérito por questionário	JJJ
Anexo V – Respostas dos inquiridos em relação aos “porquês”	WWW
Índice de Figuras	
Fig. 1 – Os 5 “P” do Desenvolvimento Sustentável	17
Fig. 2 – Estrutura do sistema de ensino de São Tomé e Príncipe	32
Índice de Gráficos	
Gráfico 1 – Reprovação durante os estudos	54
Gráfico 2 – Reprovação: o fator que pouco influencia o abandono escolar	62
Gráfico 3 – A forma de lecionar dos professores da região e a sua influência na desistência escolar	63
Gráfico 4 – Apoio dado pela família durante os estudos	65
Gráfico 5 – Nível de formação a atingir, caso voltasse a estudar	77
Gráfico 6 – Nível de formação escolhido e sua contribuição para o desenvolvimento pessoal e social	79
Índice de tabelas	
Tabela 1 – Sentimento em relação ao abandono dos estudos	53
Tabela 2 – Níveis de ensino em que reprovou	55
Tabela 3 – Principais causas do abandono escolar	57
Tabela 4 – Outras causas do abandono escolar	58

Tabela 5 – Fatores que menos influenciam o abandono escolar	60
Tabela 6 – Disciplina(s) que contribuiu(iram) para o abandono escolar	64
Tabela 7 – Área profissional a seguir, caso voltasse a estudar	77
Tabela 8 – Relação entre o nível de formação a atingir e género	78

Introdução

O presente trabalho, subordinado ao tema “Abandono escolar em São Tomé e Príncipe: uma causa fundamental na base do subdesenvolvimento local”, corresponde à proposta de Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária, mestrado da Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Santarém.

A escolha deste tema deve-se ao facto de se constatar que, em São Tomé e Príncipe, muitos alunos se afastam do ambiente escolar. Esta constatação é muito preocupante, porque se trata de um futuro condicionado, tanto para os alunos como para a comunidade da qual fazem parte.

Considerando a importância de contribuir para um maior conhecimento deste fenómeno e dos seus contornos, nesta investigação, propomos como objetivo geral compreender causas e efeitos do abandono escolar, para crianças e jovens, bem como para as suas comunidades de inserção.

Definiram-se como objetivos específicos:

- a) Compreender a perspetiva dos jovens, fora do sistema de ensino, relativamente aos fatores que os levaram ao abandono escolar;
- b) Conhecer as perspetivas dos jovens, fora do sistema educativo, relativamente à possibilidade de regresso à escola.
- c) Mapear políticas educativas dos organismos públicos, e participação de entidades privadas, tendo em vista a diminuição e prevenção do abandono escolar e a promoção de formação extraescolar.

Com este trabalho, temos como finalidade contribuir para a compreensão da relação entre abandono escolar e subdesenvolvimento local, em concreto a partir do estudo na comunidade das Praias (Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa desenvolvida seguiu uma abordagem mista, combinando técnicas e procedimentos do tipo qualitativo e quantitativo – análise documental, realização de entrevistas e aplicação de questionários – tomando como campo de observação os territórios de Praia Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes.

A preocupação da família, do Estado e dos técnicos psicossociais para com o comportamento e desenvolvimento cognitivo infantojuvenil (criança, adolescente e jovem), é extremamente importante para evitar o abandono escolar e subdesenvolvimento comunitário (Carta de Política Educativa de São Tomé e Príncipe [CPE-STP], 2012).

Contudo, ainda existem sociedades, entre elas São Tomé e Príncipe, em que as crianças, conforme afirma Pappámikail (2011), não se dedicam à formação e aprendizagens, afastam-se do ambiente escolar, integrando-se de forma precoce no mercado conjugal ou no mercado de trabalho, comprometendo negativamente a sua juventude e o seu futuro.

Do ponto de vista de Simões et al. (2008), o aumento do abandono escolar apresenta impactos negativos no funcionamento da vida do indivíduo e da sociedade, neste caso, a sua comunidade de inserção.

Mesmo com fraco Produto Interno Bruto (PIB) e crescimento anual da economia de cerca de 5%, o Estado santomense aloca uma parte considerável dos recursos financeiros para a área da educação, tornando-se, assim, um dos setores prioritários do Estado. Contudo, o sistema educativo santomense apresenta ainda inúmeras deficiências, relacionadas com a gestão escolar, formação do corpo docente, eficiência e qualidade do ensino, aproveitamento escolar, abandono escolar, entre outros (CPE-STP, 2012).

Consideramos, assim, que esta pesquisa é da maior relevância, científica e social, contribuindo para o conhecimento do fenómeno do abandono escolar numa região de São Tomé e Príncipe e, a partir dos resultados a que for possível chegar, refletir sobre possibilidades de ação tendo em vista a contribuir para a sua minimização.

O presente trabalho está organizado em duas partes, a primeira parte, através de revisão bibliográfica, aborda questões contextuais, relativas à realidade de S. Tomé e Príncipe, e teóricas relativas à problemática do abandono escolar e do desenvolvimento; a segunda parte, apresenta resultados da investigação empírica realizada, iniciando com o capítulo referente às questões metodológicas e técnicas, seguindo-se o capítulo de análise e discussão da informação recolhida, organizado em diversos pontos em concordância com os objetivos a que nos propusemos, e apresentando algumas pistas para reflexão que poderão constituir-se, futuramente, em eixos estruturadores de projetos de intervenção comunitária no domínio da prevenção e minimização de fenómenos de abandono escolar. Por fim, são apresentadas as conclusões, as referências bibliográficas e anexos.

Parte I: Breve enquadramento teórico e contextual

Capítulo I: Perspetivas sobre o abandono escolar no contexto de São Tomé e Príncipe

Neste capítulo, iremos abordar questões teóricas e contextuais centrais no nosso trabalho. Começaremos por apresentar de forma breve, algumas perspetivas sobre a criança e adolescente, trataremos o conceito de abandono escolar e alguns dos fatores que lhe estão associados; trataremos a problemática do desenvolvimento local, dedicaremos um ponto às políticas públicas educativas e à educação com foco no desenvolvimento, abordando ações educativas formais, não formais e informais.

1. De criança a adolescente: breves perspetivas

Ao longo do tempo, as perspetivas sobre o lugar e a função de crianças e jovens na sociedade têm vindo a alterar-se. As crianças e adolescentes da contemporaneidade transformaram-se em classes sociais aceites e respeitadas pelas sociedades; contudo, nem todas as sociedades respeitam as crianças e adolescentes, assegurando um lugar de bem-estar físico, mental e social, nomeadamente nas áreas educativa e profissional, apoiando e prevenindo o fenómeno do abandono escolar.

Na perspetiva de Ariès (citado por Kastrup, 2000), o tempo revela como a criança deixou de ser, simplesmente, uma mera representação intelectual dos adultos, para ganhar forma como um ser com direitos preservados pelas normas fundamentais e institucionais.

Para a autora, esta nova forma de pensar e ver a criança (o ser frágil e indefeso e que merece proteção), ganha forma a partir do séc. XVIII, quando os adultos perceberam que na verdade a criança é menor sim, em termo de “tamanho e força”, mas de uma cognição em desenvolvimento, e que merece atenção dos seus encarregados de educação. De lá adiante, a criança distingue-se “do adulto por sua maneira própria de perceber, conhecer e sentir” (Kastrup, 2000, p. 374).

Atualmente a psicossociologia do desenvolvimento e comportamental procura dar reposta ao conceito de criança e ao desenvolvimento cognitivo da mesma. A ideia de desenvolvimento infantil assume características próprias que ultrapassam a mera “noção

biológica de evolução, onde as ideias chave são aquelas de modificação e genealogia” (Gould, citado por Kastrup 2000, p. 373).

Para Piaget (citado por Kastrup, 2000), a infância é uma fase longa de preparação e caracterizada por estruturas intelectuais particulares. Durante a infância, a criança ganha o respeito e desenvolve a sua cognição, de acordo a modo de ver, conhecer, sentir, proteger dos adultos, das famílias e das sociedades. Nota-se o desenvolvimento cognitivo infantil, normalmente na “construção dos conceitos de número, velocidade e causalidade”, e subdesenvolvimento cognitivo, na “inexistência de pensamento, ausência de função simbólica, irreversibilidade das formas, inteligência pré-operatória, pré-lógica, etc.” (Kastrup, 2000, p. 2).

Ajudar a criança a desenvolver-se e ultrapassar as várias etapas de desenvolvimento cognitivo, de acordo com Kastrup (2000), passa, também, por levá-la a permanecer na escola, que a cada dia exige mais da criança e dos seus protetores, encarregados da educação, ou dos membros familiares.

A adolescência é a passagem da infância para a idade adulta, conhecida como período de transformação biológica, psicológica e social e de aquisição de conhecimentos de si próprio e dos outros, interligando assim, o seu eu ao meio e desligando um pouco da «saia familiar» ou dos pais (diminuição libidinal), a fim de ir a procura de quem fala a sua língua e que seja capaz de o compreender (Teresa Sá, comunicação pessoal, 2020).

De acordo com Pappámikail (2011) a adolescência é o período/fase em que o sujeito sai da infância e “reivindica (na família, na vida social) o estatuto de indivíduo, transformando-se as representações que tem e que têm de si” (p.81), o que permite, segundo Braconnier & Marcelli (2000), transformar-se num indivíduo socialmente autónomo e com “uma especificidade própria” e que se dedica “à formação e aprendizagens” (Pappámikail, 2011, p.84).

Para a autora, atualmente, há aceitação e apoio social para pessoas que saem da infância à idade adulta, ou seja, uma passagem de adolescência para juventude com dignidade, diferentemente daquilo que acontecia anteriormente, em que a criança passava diretamente “para a vida adulta, por via de integração precoce no mercado conjugal ou de trabalho” (Pappámikail, 2011, p. 84).

Segundo Braconnier & Marcelli (2000), a adolescência muda com o tempo e apresenta características próprias em função dos contextos culturais, sociais e económicos. Os

adolescentes dos anos 60 não viveram de igual forma como os dos anos 90, e assim sucessivamente.

De acordo com Pappámikail (2011), adolescência tornou-se um “produto da modernidade”, “um reflexo de mudanças culturais”, sociais e económicas (pp. 84-94), que para Braconnier & Marcelli (2000), se enquadram mais na “cultura co-figurativa” – em que os adolescentes aprendem com os seus pares e “cultura prefigurativa” – em que os adultos aprendem também com “os adolescentes, deixando assim, para trás, a velha “cultura pós-figurativa” – em que os adolescentes eram instruídos apenas pelos mais velhos, nomeadamente: os pais, avôs, tios, vizinhos, etc. (p. 43).

Se as etapas da adolescência (pré-adolescência, adolescência inicial, adolescência propriamente dita, final da adolescência) são difíceis, ainda são mais difíceis, de acordo com Braconnier & Marcelli (2000), para os adolescentes migrantes, que são obrigados a se tornar cidadão de “dentro e de fora” do país, e que vivem “então um conflito identifi catório no qual o “biculturalismo desempenhará um lugar importante” ou por vezes, torna-se um “ponto de fixação penoso”, se caso a migração, “por razões familiares e ou materiais”, for “forçada e não desejada” (pp. 40-42).

Da mesma forma que são difíceis para os adolescentes migrantes, também são mais difíceis, segundo estes autores, para os adolescentes dos meios rurais quando comparados com os dos urbanos, os adolescentes de classes desfavorecidas quando comparados com os das classes mais favorecidas, os adolescentes das famílias habilitadas quando comparados com os adolescentes das famílias não habilitadas, os adolescentes com problemas e dificuldades escolares quando comparados com os demais.

É deste tipo de adolescente que pretendemos abordar, os adolescentes com problemas e dificuldades escolares, e que chegam a abandonar as suas trajetórias escolares, assumindo, nalguns casos, trabalho infantil, entropia ou anomia, experimentação de delinquência ou criminalidade. Adolescente, segundo Pappámikail (2011), resultado das “dinâmicas e mudanças sociais”, que vive e frequenta “velhos paradigmas” e “preconceitos” (pp. 86-87).

2. O conceito de abandono escolar

Conforme referem Álvares & Esteves (2012), o abandono escolar refere-se a um fenómeno complexo, para o qual existem muitas causas a contribuir, e que combina fatores de ordem individual, mas também de ordem familiar e social.

Mateus et al. (2018) consideram que o abandono escolar precoce é um fenómeno problemático “que conduz à exclusão social e económica e à baixa empregabilidade” sendo, também, “nocivo para os territórios, uma vez que a cidadania contemporânea responsável e ativa exige elevados níveis de educação” (p.2).

De uma forma genérica, pode afirmar-se que o abandono escolar corresponde à saída do sistema educativo sem possuir as competências ou qualificações que, atualmente, são consideradas necessárias e fundamentais para fazer uma transição bem-sucedida para o mercado de trabalho e para uma participação ativa na atual economia baseada no conhecimento (Parlamento Europeu, 2011).

O abandono escolar é conceptualizado como sendo um “fenómeno complexo” e mundial, resultando da “interrupção no ciclo de estudos” (Gaioso, 2005, citado por Silva et al., 2017). Para Simões et al. (2008), a desistência escolar contribui para o aumento de abandono escolar, que, por conseguinte, terá impactos negativos nos percursos da vida do indivíduo (o seu bem-estar pessoal, social e cultural).

Entende-se, assim, que o conceito se refere ao não cumprimento da escolaridade obrigatória, mas também de outras qualificações ou certificações.

A investigação sobre problemáticas do abandono escolar tem enfatizado a existência de uma relação com a retenção e o insucesso “remetendo para um conceito de abandono escolar enquanto processo que começa na escola” (Álvares e Esteves, 2012, p.2).

Vários estudos têm vindo a sustentar que existe uma associação entre o envolvimento dos alunos nas escolas e o seu desempenho escolar, as questões comportamentais e o abandono (Veiga et al, 2012, p. 32); este envolvimento dos alunos, apresenta diferentes componentes e conduz a diferentes efeitos, sendo estes influenciados por diversas variáveis, pessoais e contextuais.

Relativamente às variáveis contextuais, Veiga et al. (2012) identificam o ano de escolaridade, questões relativas a género, as estratégias cognitivas, o autoconceito, o bem-estar e o *coping*, acrescentam ainda a influência do grupo de pares (apoio percebido dos

colegas), da família (percepção de apoio, condição sociocultural, estilos educativos parentais) e da escola, apontando, neste caso, questões relativas ao clima de escola, à gestão de sala de aula, à percepção dos alunos quanto ao apoio dos professores e à organização da sala de aula orientada para objetivos de aprendizagem ou desempenho.

Também Benetti (2008, citado por Silva et al., 2017) afirma que “[a] escola se constitui como um espaço fundamental no processo de socialização do indivíduo, o qual tem a oportunidade de ter experiências para além das relações familiares, estabelecendo vínculos com colegas e professores”, permitindo o “sucesso escolar e bom desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão” (p. 8).

Segundo o ITAD (s.d.), quando a criança ou adolescente não se consegue adaptar às normas institucionais de ensino, ao ambiente escolar, familiar e/ou grupal, terá dificuldades na aprendizagem e na prossecução dos estudos, tende ao absentismo, por não se sentir confortável com os demais elementos da escola e ambientes escolares.

Na sequência da mesma ideia, Lopes (2006, citado por Sousa & Galinha, s.d.) considera que “muito se faz para conquistar novos alunos, mas muito pouco esforço tem sido feito no sentido de reter ou aumentar o nível de satisfação destes durante os estudos” (p. 76).

A integração do aluno no espaço escolar, permite redefinição das suas “intenções e seus compromissos, a sua permanência” na escola, evitando assim, o abandono escolar. A interrupção escolar por parte dos alunos ou incentivado por outros intervenientes e envolventes, como por exemplo, familiares dos alunos, deve-se a falta de “interações” e identificação com o grupo, e a falta de “intenções, objetivos e compromissos institucionais” (Tinto, 1993, citado por Silva et al., 2017, p. 8).

Os mesmos autores acrescentam as expectativas e aspetos “[tanto] educacionais e organizacionais, quanto psicológicos e motivacionais” como fatores condicionantes ao abandono escolar (Silva et al., 2017, p. 8).

2.1. Fatores associados ao abandono escolar

Da infância à adolescência, ou mesmo já em idade adulta, o estudante passa por variadíssimas situações, que afetam o seu bem-estar mental, físico e social e que podem contribuir para o abandono escolar precoce.

O facto de um estudante desistir da prossecução dos seus estudos não significa que o mesmo não tenha capacidades para obter sucesso no seu percurso escolar, o facto pode estar relacionado com inúmeras outras situações.

Têm sido apontados fatores como depressão, ansiedade, falta de incentivo (ITAD, s.d.), ou ainda devido à “condição socioeconómica, geralmente medida por índices de renda familiar e escolaridade dos pais”, (...) ou a “ausência de interesse por parte do educando (Rumberger, 1995, citado por Sousa & Galinha, s.d., p. 76).

Do mesmo modo, outros autores, associam o fenómeno abandono escolar a fatores externos, como por exemplo a família, e fatores internos ao estudante, nomeadamente emocionais, orgânicos e neurológicos, ficando de fora as determinantes institucionais e sociais (Pato, 1999, citado por Silva et al., 2017).

De acordo com o estudo do Directorate General for Internal Policies (Parlamento Europeu, 2011) o abandono escolar precoce resulta de um processo cumulativo de fatores pessoais, sociais, económicos, geográficos, educativos ou familiares; esses fatores podem ser externos ou internos aos processos e experiências escolares e são, normalmente, muito específicos para cada indivíduo.

Entre os fatores individuais, Soares et. al., (2015) apontam: o desempenho educacional (desempenho e mobilidade entre níveis de ensino); o comportamento e atitudes do aluno (envolvimento nas atividades escolares e nas atividades sociais, o absentismo e as expectativas educacionais); indicam igualmente fatores sociodemográficos (origem social e étnica, género); e experiências prévias (como ter frequentado o pré-escolar).

Relativamente aos fatores associados a características institucionais das famílias, das escolas e das comunidades, os mesmos autores identificam:

aspectos familiares: 1) a estrutura (se tradicional ou monoparental, por exemplo) e mudanças nessa estrutura familiar (como a separação dos pais) ao longo do processo escolar; 2) a renda e outros recursos familiares; e 3) o capital social (como altas expectativas educacionais, acompanhamento

do progresso escolar dos filhos e a participação na vida escolar dos filhos)
(Soares et. al., 2015, p. 1).

No que respeita a características escolares, os autores salientam a importância das políticas e práticas da escola, bem como das suas características estruturais e os recursos que detém. Um dos aspetos que destacam é a “forte evidência favorável quando existem pequenas classes (em torno de 15) de alunos” e, quanto a fatores relativos às comunidades de inserção dos alunos e das escolas, ressaltam que “níveis de pobreza ou riqueza, para além das características familiares, parecem exercer um papel importante na decisão de abandono e sucesso escolar” (Soares et. al., 2015, p. 1).

Também Mateus et. al. (2018) reforçam que as desigualdades sociais estão subjacentes aos fatores associados ao abandono escolar, uma vez que têm impacto nas famílias, na escola e nos territórios em que a mesma se insere.

Para Gaios (2005, citado por Silva et al., 2017, p. 8) “A falta de orientação, imaturidade do estudante, reprovações sucessivas, dificuldades financeiras, ausência de laços afetivos na escola, imposição familiar e o nascimento de filhos” são fatores que contribuem para o abandono escolar.

Fatores de foro pessoal e ou ambiental, nomeadamente, a depressão, ansiedade, problemas familiares, falta de incentivo, dificuldade de aprendizagem (ITAD, s.d.), práticas educativas, condições, características e classes familiares, entre outros fatores (Montandon, 2005), são aspetos apontados como causas de abandono escolar.

Segundo Costa (2019) e ITAD (s.d.), alguns fatores condicionantes do abandono escolar são:

a) **Depressão**

A depressão indica fases de aflições, acompanhadas com tristeza, baixa autoestima e falta de vontade em participar em atividades. O indivíduo, ou o aluno, nesta fase, zanga-se consigo e com todos, e por vezes, pode levar ao suicídio.

b) **Ansiedade**

A ansiedade é quando o indivíduo tem um sentimento de preocupação excessiva relativamente a algum tipo de situação que causa desconforto ou que é percebida como

um perigo, sendo de tal forma intensa que vai interferir com a capacidade de concentração e de realização.

c) Falta de incentivo

A falta de incentivo e baixas expectativas parentais, pouco reconhecimento do percurso académico, levam os filhos a não estudar e à entrada precoce no mundo do trabalho.

d) Dificuldades de Aprendizagem

Nem todos os problemas de aprendizagens que interferem na capacidade intelectual e percurso escolar são diagnosticados, contudo, quando diagnosticados atempadamente, então agentes formais e informais, podem desenvolver estratégias de ensino no sentido de ajudar o aluno a superá-los.

De acordo com Silva et al. (2017), a integração do indivíduo em ambiente escolar depende das intenções e seus compromissos. Os alunos que interagem não apenas com o grupo de pares, garantem a sua plena integração, sucesso e aproveitamento escolares. Por outro lado, a ausência de intenção associada ao compromisso com grupo de pares ou a “falta de identificação com o grupo caracterizada principalmente pelas causas sociais” em espaços escolares leva ao abandono escolar (p.8).

Por causa do tipo de aprendizagem imposto e da dificuldade em aprender certos conceitos, o aluno adquire a cada dia a pouca capacidade e habilidade para áreas específicas, nomeadamente, a leitura, escrita, concentração e memorização, entre outras, que, por conseguinte, contribuem para absentismo escolar, podendo levar ao abandono escolar.

Autores como Dias et al. (2017) associam a saída precoce dos alunos da escola à inadaptação ao processo de ensino-aprendizagem do chamado ensino regular. Segundo estes autores, “mesmo com as mudanças que têm vindo a ser implementadas para melhorar o desempenho dos alunos mais afastados dos desideratos escolares não se tem conseguido infletir este abandono escolar” (p. 5).

e) Maus-tratos infantis

Outro aspeto a ter em consideração, relaciona-se com a situação de maus-tratos infligida a crianças e/ou jovens e que pode ocorrer dentro ou fora da instituição escolar.

Maus-tratos infantis ou violência contra as crianças refere-se a quando, em qualquer ambiente, uma pessoa (criança, jovem e ou adulto), trata o outro mal (a vítima), com ou

sem agressão física e com ou sem intuito de ‘magoar’ (Anderson, 2000, citado por Sebastião, 2009).

Em ambientes abertos e fechados os autores ou representantes de organizações tratam outros (os menos “privilegiados” e “minoritários”) sem o mínimo de respeito. Estas “classes minoritárias”, perante a situação pessoal, social e financeira, em que se encontram, aceitam as decisões, ordens, favores que lhes são prejudiciais e que os arrastam para condições de iniquidade social. Muitas vezes, em ambientes familiares e ou institucionais, estes indivíduos nascem, crescem e morrem vivenciando as desigualdades a todo nível ou maus tratos: físicos, negligenciais, psicológico/emocionais, abusos sexuais, síndrome de munchausen por procuração, trabalho infantil, em pré-natais, entre outros (Calheiros & Monteiro, 2000).

f) Outras causas do abandono escolar

As causas a seguir referidas podem ser apontadas como fatores que podem contribuir para trajetórias sem sucesso e que culminam em situações de abandono: ausência de habitação com condições para estudo, “distância geográfica entre a residência e a escola”, dificuldades de transporte, alimentação insuficiente ou inadequada, condições de vida, “mudanças frequentes de escola para escola, não domínio da língua de escolarização” (Sousa & Galinha, s.d., pp. 76-78).

As condições socioculturais das famílias interferem em como os pais se adaptam para educar a criança desde a gravidez até à idade adulta, e como também a comunidade e a escola contribuem para uma boa educação da criança, enquanto agentes de proximidade, de modo a evitar o abandono escolar (Montadon, 2005).

Entre outros, constituem fatores de risco para abandono escolar as práticas educativas adotadas pela família (“autoritária”, “permissiva”, “authoritative” e “uninvolved”, a composição familiar (quantidade de filhos e ou outros membros constituintes), suas características peculiares (casada, solteira, divorciada, viúva, habilitada, educada, formada e instruída, etc.) e classes e culturas a que pertence (Montadon, 2005, pp. 488-491); a desorganização e desunião familiar, a desagregação da estrutura parental, a ausência de supervisão e apoio dos pais (Simões et al., 2008).

Dias et. al. (2017, pp.5-6), imputam razões de abandono escolar às classes familiares e culturais. Para os autores, “uma família de classes mais baixas investe pouco na educação dos seus filhos [devido a] falta de capital social, económico e cultural” e chegada tardia

de “retorno do investimento escolar”. (...) Já as classes médias apostam fortemente na escolarização dos seus descendentes, uma vez que possuem níveis de capital cultural mais elevados. Estas são famílias que, em muitos casos, devem a sua posição social a uma ascensão por meio da escolarização”.

E no “que concerne às classes mais elevadas, compostas por elites económicas e culturais, estas investem de uma forma menos acentuada na formação dos seus filhos, visto que não dependem do ‘sucesso escolar’ dos mesmos, que na sua visão entendem ser natural” (Nóvoas, 2012, citado por Dias et al., 2017, pp.5-6).

Sendo assim, a permanência de crianças e jovens nas escolas depende de um conjunto de variáveis (vantagens, custos e riscos) que as famílias de classes baixas, médias e altas tomam em consideração (Boudon, 1990; Grácio, 1997, cit. por Dias et al., 2017.).

Dias et al. (2017) apontam também as razões culturais associadas às famílias e aos educandos como sendo fatores de maior relevância para desistência escolar.

Quando a família do aluno apresenta um “baixo nível escolar”, pouca “supervisão” e apoio para assuntos escolares, investe pouco “na realização académica dos filhos”, estaria de forma passiva, ou até ativa, a contribuir para o abandono escolar (Simões et al., 2008).

Finalizamos este ponto com um conjunto de aspetos cunhados de um estudo realizado sobre a realidade portuguesa (Mateus et. al., 2018), pois consideramos que os mesmo sintetizam de forma muito pertinente aquilo que temos vindo a apresentar.

Entre os fatores individuais, as autoras destacam dimensões relativas a motivações e atitudes, responsabilidades e autonomia do estudante, em alguns casos excessivas atendendo às faixas etárias em que se encontram e ao que deveria ser suposto acontecer nessas idades; outros aspetos individuais são colocados no campo dos desafios por questões relativas a saúde e bem-estar.

No que concerne aos fatores familiares, o mesmo estudo, enfatiza o quanto a desistência pode resultar de desigualdades fundamentais, nomeadamente condições sociais de existência com grande vulnerabilidade e carência de recursos económicos; também a existência de estruturas familiares complexas, relações intrafamiliares difíceis, diferentes conceções da relação entre a família e a escola e o impacto que tal tem no desenvolvimento dessa mesma relação, são entendidas como impactantes nas trajetórias escolares dos indivíduos e no sucesso das mesmas.

Quanto aos fatores escolares, as autoras (Mateus et. al., 2018) identificam a dimensão pedagógica, inadequada ou limitada, incluindo a componente de avaliação e uma cultura

de repetência; salientam também questões relacionais (entre pares e/ou entre professores e alunos) e questões organizacionais da instituição escolar.

Sobre os fatores territoriais e comunitários é apontada a influência negativa dos pares, situações de violência e problemas nos bairros/territórios de inserção dos alunos e da escola e, conseqüentemente, o estigma social relativamente aos mesmos. De salientar, também, nestes contextos, a desvalorização da escola enquanto oportunidade de mobilidade social (Mateus et. al. 2018).

O estudo do Directorate General for Internal Policies (Parlamento Europeu, 2011) indica que uma parte significativa dos problemas que levam ao abandono escolar se relaciona com a falta de apoio e de orientação, falta de envolvimento com a escola e, também, currículos e pedagogias de ensino pouco adequadas.

2.2.1 O abandono escolar: suas conseqüências

Do que temos vindo a identificar a partir da revisão da literatura, é possível afirmar que o abandono escolar afeta a vida pessoal e social dos indivíduos.

A escola desempenha um papel fundamental na definição de projetos de futuro, quer pela sua importância na produção de qualificações e preparação para a vida ativa, quer porque “as heranças sociais e culturais dos jovens, desiguais no momento da entrada na instituição escolar, têm a possibilidade de ser atualizadas dentro da mesma, o que remete para as potencialidades enriquecedoras e transformadoras da escola enquanto instituição de passagem obrigatória” (Mateus et. al., 2012, p. 119).

O abandono escolar deve constituir preocupação quer para os indivíduos e famílias, quer para os responsáveis políticos, uma vez que contribui para a exclusão social e gera custos públicos e sociais relacionados com o crescimento económico e o desenvolvimento dos países. Assim, um país com indicadores elevados de abandono escolar enfrentará problemas de emprego e de coesão social, tendo dificuldades para competir no mercado global e para atingir um crescimento sustentável e inclusivo (Parlamento Europeu, 2011).

Os jovens que abandonam a escola precocemente também têm maior probabilidade de ter rendimentos mais baixos, de enfrentar problemas de inserção no mercado de trabalho e de desemprego; estes indivíduos que muito cedo deixaram de estudar, não completando uma formação básica exigida, obtêm empregos de menor prestígio, desqualificados, com

salários mais baixos e desvalorizados pelas comunidades locais e políticas (Ferreira e Oliveira, 2020).

De acordo com Mendes (2007), as consequências do abandono escolar funcionam, muitas vezes, em círculo vicioso, uma vez que os jovens que abandonam a escola são aqueles que têm mais dificuldades em integrar-se nela. Para a autora, as consequências do abandono escolar podem ser sintetizadas em dois eixos: o relativo às questões socioeconómicas e o relativo às questões individuais.

No primeiro eixo, são identificadas as “dificuldades de empregabilidade ou inexistência de saídas profissionais; dificuldade em arranjar emprego; precariedade de emprego; desemprego de longa duração; dificuldades de reciclagem e reconversão profissional; progressões profissionais lentas; propensão a acidentes profissionais; salários baixos; desclassificação social” (Mendes, 2007, p. 69), quando considerado o indivíduo que interrompeu precocemente a sua trajetória escolar.

Mas, existem igualmente consequências socioeconómicas para os territórios (regiões ou países), nomeadamente, o aumento das desigualdades sociais, a diminuição da competitividade das empresas, perda de coesão social e económica das regiões (Mendes, 2007).

No segundo eixo, a autora destaca as competências individuais, ou a falta delas, a desmotivação para desenvolver outras formas de capacitação, dificuldades de desenvolvimento pessoal, menor autonomia, menor capacidade de participação tendo em vista o desenvolvimento regional e territorial, menor qualidade no acesso à informação e ao conhecimento (Mendes, 2007).

O fenómeno social do abandono escolar, remete assim para consequências ao nível da fraca empregabilidade, do exercício pleno da cidadania, da exclusão social e do desenvolvimento territorial.

3. A problemática do Desenvolvimento

De um modo geral, pode afirmar-se que no desenrolar do século passado e ao longo do Século XXI foram alcançadas, mundialmente, importantes conquistas de desenvolvimento, nomeadamente, no que respeita à queda da mortalidade infantil, ao

aumento da esperança de vida e a uma maior alfabetização de populações. No entanto, estas melhorias não só não se distribuem de forma equilibrada pelos diferentes continentes e países como coexistem com grandes desafios: significativos contingentes populacionais passam fome, não têm acesso a água e a habitação nem a uma educação de qualidade e a cuidados de saúde básicos (Lima & D'Ascenzi, 2018).

Ainda que se tenha registado uma evolução positiva nas economias de diferentes países, o crescimento da economia não se concretizou em luta contra a pobreza, o que contribuiu para a necessidade de ampliar o entendimento do conceito de desenvolvimento, integrando a noção de equidade social, pois “não se pode chamar de desenvolvimento uma mudança que melhore a vida de uns, enquanto exclui outros desses mesmos benefícios. A pobreza e a privação, em todas as suas formas e dimensões, foram então reconhecidas como os maiores desafios da humanidade” (Lima & D'Ascenzi, 2018, p. 128).

Críticas ao estilo de desenvolvimento patrocinado pelas Nações Unidas, surgem, após um conjunto de individualidades questionar a falta de “crescimento económico”, “o bem-estar” dos cidadãos e o “subdesenvolvimento local” (Satrústegui, 2013, p.43).

Tem, assim, vindo a ser amplamente debatida a problemática do desenvolvimento (e subdesenvolvimento), coexistindo uma diversificada adjetivação do conceito: “humano, económico, social, sustentável, local, regional... Tal diversidade reflete a relevância desse fenómeno para as sociedades, traduzindo seus anseios por melhores condições de vida na demanda por “mais desenvolvimento”, valorado como essencialmente positivo” (Lima & D'Ascenzi, 2018, p. 126).

Não cabendo, aqui, uma discussão aprofundada sobre os amplos debates relativos à evolução do conceito de desenvolvimento e, conseqüentemente, de subdesenvolvimento – ou mau desenvolvimento, como referido por Satrústegui (2013) – importa, no entanto, clarificar algumas noções relacionadas e que não podem deixar de ser consideradas no âmbito da temática deste trabalho.

Até porque existem diferenças

não só quantitativas, mas também qualitativas - de carácter estrutural – entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, gerando diferentes relações de dependência, capazes de dificultar, impedir ou sufocar o crescimento económico, podendo chegar a bloquear o processo de desenvolvimento. A própria noção de subdesenvolvimento foi paradoxalmente adotada sem

maior objeção pelas correntes críticas, negando que era a expressão de um atraso próprio de sociedades tradicionais, mas, principalmente, a mesma consequência do sucesso dos países desenvolvidos. O subdesenvolvimento, apesar de sua conotação quantitativa inicial, foi adotado como um termo para enfatizar aspectos qualitativos – as diferentes características estruturais, existentes entre uns e outros países (Satrústegui, 2013, p. 42).

Assim, sintetizaremos alguns aspetos do entendimento sobre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, numa perspetiva mais geral, para posteriormente considerarmos o conceito de desenvolvimento local, que enfoca nos recursos endógenos. Com o Relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da ONU, em 1987, o desenvolvimento sustentável é “entendido a partir de seu objetivo: assegurar as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (Lima & D’Ascenzi, 2018, p. 127).

Passaram a existir preocupações com os efeitos do crescimento económico sobre o meio ambiente, a sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, da espécie humana, integrando o conceito três princípios interdependentes - equidade social, progresso socioeconómico e sustentabilidade ambiental. Mais tarde, no ano 2000, a ONU divulgou a Declaração do Milénio¹, estabelecendo oito objetivos para a redução da pobreza e estabelecendo o compromisso das nações para a sua concretização (Lima & D’Ascenzi, 2018).

Mais recentemente, em 2016, estes objetivos foram ampliados, dando lugar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram apresentados pela ONU no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A partir deste documento, as nações comprometeram-se a alcançar 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, organizados em cinco áreas (pessoas,

¹ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio estabelecidos no quadro da ONU, em 2000, são: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar o ensino primário universal; 3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade de crianças; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento. Fonte: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (s.d.) https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/objectivos_desenvolv_milenio.pdf.

planeta, prosperidade, paz e parcerias) e com 169 metas “universalmente aplicáveis, ao dialogarem com as políticas regionais e locais” (Lima & D’Ascenzi, 2018, p. 130).

Fig. 1 – Os 5 “P” do Desenvolvimento sustentável

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: [https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/abc-ods\[1\].pdf](https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/abc-ods[1].pdf)

A Agenda 2030 prevê ações nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de género, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, alterações climáticas, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento económico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outras (Camões, s.d.).

No que respeita ao conceito de Desenvolvimento Humano, Lima & D’Ascenzi (2018) baseiam-se no trabalho do economista Amartya Sen, afirmando que:

o desenvolvimento está relacionado com a melhora da vida que levamos, em termos da expansão das liberdades que nos permitem agir em busca daquilo que almejamos. Nesse sentido, “[...] o desenvolvimento requer que

se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (Sen, 2010, p.16-17, citado por Lima & D’Ascenzi, 2018, p. 132).

Os autores salientam que esta perspectiva não restringe o desenvolvimento ao crescimento econômico; embora seja um meio importante para expandir liberdades, o crescimento econômico não é o fim último do processo de desenvolvimento; ao mesmo tempo que a liberdade das pessoas tem impacto nas sociedades, também as condições sociais afetam as liberdades individuais e “esta complementariedade, ou inter-relação, é relevante uma vez que as pessoas são, concomitantemente, beneficiárias e agentes do desenvolvimento” (Lima & D’Ascenzi, 2018, p. 134).

Há, assim, a junção entre dimensões sociais, medidas pelas condições de saúde e de educação, e a dimensão estritamente econômica, medida por indicadores como o rendimento e o PIB, considerando dimensões sociais, culturais e políticas e a sua influência na qualidade da vida humana.

Esse conceito está na base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De acordo com Costa (2012), o desenvolvimento e as desigualdades de desenvolvimento são multidimensionais, pelo que para uma comparação sincrónica e diacrónica entre países não é suficiente “considerar apenas a dimensão económica nem usar apenas indicadores económicos convencionais, como o PIB per capita” (p.14).

O IDH combina as dimensões saúde, educação e rendimento, sendo a primeira medida pela esperança média de vida à nascença, a segunda pela média de anos de escolaridade e pelos anos de escolaridade esperados à entrada da escola; a terceira, tem em conta o rendimento nacional bruto (RNB) per capita em Paridade do Poder de Compra (PPC) (Costa, 2012).

Existem, ainda, outros índices associados ao IDH, como o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que considera as desigualdades nas três dimensões do IDH, o Índice de Desigualdade de Género (IDG), que reflete desigualdades com base no género considerando a saúde reprodutiva, autonomia e atividade económica, revelando a perda

no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre mulheres e homens nas três dimensões do IDG; há, ainda, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios, e que se constitui como um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano que ultrapassa uma medição da pobreza centrada no rendimento (Lima & D'Ascenzi, 2018).

Ambos os conceitos, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, são importantes, apresentando perspectivas multidimensionais no estudo e análise do desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento tornou-se mais amplo, relacionando-se com a melhoria das condições de vida e de bem-estar das pessoas e, também, com o meio ambiente. Trata-se, contudo, de um conceito histórico, variando no espaço e no tempo e a sua análise deve ter em conta cada contexto específico (Lima & D'Ascenzi, 2018).

O que não significa que a noção de crescimento económico tenha deixado de ser importante enquanto indicador de desenvolvimento; trata-se é de uma noção que, só por si, não é suficientemente explicativa e que não pode ser entendida como sinónimo de desenvolvimento.

Atualmente, são múltiplas as variáveis consideradas como fontes de crescimento, desde o crescimento populacional, o investimento em capital e o aumento da capacidade produtiva, progresso tecnológico e qualificação de mão de obra (Jones; Vollarth, 2015, referidos por Lima & D'Ascenzi, 2018), assim como a relevância que passou a ser dada à infraestrutura social (as instituições e a expectativa de alteração das mesmas, nomeadamente através de políticas públicas) e ao território – “a atividade econômica não ocorre em espaços abstratos ou de forma isolada. Ela se dá num lugar, com determinadas características, que dificilmente se reproduziriam do mesmo modo num outro espaço ou tempo” (Lima & D'Ascenzi, 2018, p. 145).

3.1. Contributos para o entendimento do conceito de desenvolvimento local e suas implicações

De acordo com Vasquez-Barquero (2009), as teorias sobre o desenvolvimento têm vindo a dar crescente importância à dimensão local nas explicações do processo de desenvolvimento. Segundo o autor, as iniciativas de desenvolvimento local surgiram em

países pobres e de desenvolvimento tardio, com o objetivo de neutralizar os efeitos negativos da globalização sobre os padrões de vida das populações.

O conceito é apresentado por Vasquez-Barquero (2000) como

(...) um processo de crescimento e mudança estrutural que, através do aproveitamento do potencial de desenvolvimento existente no território, conduz à melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou região. Quando a comunidade local é capaz de liderar o processo de mudança estrutural, a forma de desenvolvimento pode ser chamada de desenvolvimento local endógeno (s.p).

A noção de desenvolvimento endógeno valoriza o papel das comunidades locais na definição da agenda formal, na formulação e na implementação de iniciativas orientadas para a resolução dos problemas sociais percebidos como mais relevantes (Lima & D'Ascenzi, 2018).

Cada território tem uma determinada estrutura produtiva, um mercado de trabalho com características próprias, um sistema produtivo, capacidade empresarial e conhecimento tecnológico, determinados recursos naturais e infraestruturas, os seus sistemas social e político, uma dada tradição e cultura; é sob este pano de fundo que se desenvolvem e articulam os processos de crescimento local (Vasquez-Barquero, 2000).

Há que considerar, contudo, a falta de escolhas, alternativas e soluções face às dificuldades e problemas, o que põe em risco a trajetória individual, comunitária, ou da sociedade. Quando não existe um uso sustentável dos recursos disponíveis, o indivíduo, a comunidade, ou sociedade, vivenciam situações de subdesenvolvimento local (Sousa, Theis e Barbosa, 2020).

A noção de subdesenvolvimento local ganhou o seu reconhecimento como termo associado à pobreza e distanciamento do capitalismo a partir dos anos 1940 e 1950 do século passado; o subdesenvolvimento local é entendido como sendo “uma situação de dificuldades estruturais das economias, onde prevalece a heterogeneidade estrutural” (Souza, 2018, p. 42).

De acordo com Bielschowsky (2000), o subdesenvolvimento local, sobressai principalmente nos países onde as pequenas unidades económicas não funcionam de forma interligada, verificando-se falta de articulação entre os dirigentes das organizações

e “os grupos sociais responsáveis pelas fases produtivas”, o que dificulta, deste modo, o aproveitamento coletivo da produtividade (p. 242).

Nos anos 50 adiante, alguns países tiveram uma alta taxa de Produto Interno Bruto (PIB), mas mantendo alguns indicativos fracos, como a pobreza, equidade, desigualdade, que não acompanharam a alta taxa de crescimento populacional. Para além destes indicativos, o subdesenvolvimento local está altamente dependente da forma como são utilizados os recursos naturais em países com cultura tecnológica menos avançada, e à mercê de terceiros (Satrústegui, 2013).

Segundo Goulart (2006), “parcerias, consórcios, arranjos produtivos locais, redes e outras variações interorganizacionais vêm sendo formuladas, estudadas e avaliadas como configurações capazes de promover o desenvolvimento de localidades, em diferentes escalas: comunidades, cidades, regiões, estados, países” (p. 1).

Nesta perspectiva, é essencial que os

“atores públicos e privados executem os seus programas de investimento de forma coordenada (...) [com base] em iniciativas nas quais os projetos econômicos e sociais são coordenados e geridos por meio de novas formas de governança nas quais participam atores públicos e privados, organizações internacionais e organizações não governamentais” (Vasquez-Barquero, 2009, p.125).

Segundo Martins (2002), deve haver estabelecimento da consciência dos responsáveis sociais e dos membros comunitários para com os cidadãos no seu seio social, cultural e ambiental, de forma a refletirem e proporem, em conjunto, os projetos de bem-estar, tendo em conta uma visão humanística, holística e ecológica.

Vasquez-Barquero (2000) considera que “o desenvolvimento endógeno é uma interpretação para a ação” (s.p.), pressupondo capacidade da sociedade para responder aos desafios produzidos pelo aumento da competição nos mercados, a criação de formas alternativas de governação económica e organizações intermediárias, redes públicas e privadas, de forma a possibilitar, segundo o autor, que “as cidades e regiões influenciem os processos que determinam a acumulação de capital e, desta forma, otimizem as suas vantagens competitivas e promovam o crescimento económico” (s.p.).

Martins (2002) destaca a importância de, nos processos de desenvolvimento local, se assegurar que a comunidade local assumira efetivamente o papel de agente e não apenas

de beneficiária do desenvolvimento, chamando, assim, a atenção para a dimensão da participação comunitária.

Afirma o autor:

(...) o desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como a satisfação das necessidades humanas fundamentais através do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa”. Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça este protagonismo se afigura como o maior desafio para que o desenvolvimento local aconteça (Martins, 2002, p. 52).

É, assim, apresentado um entendimento de participação comunitária que pressupõe envolvimento continuado e que não se restringe a iniciativas esporádicas; implica, portanto, capacitação para uma ação efetiva.

Na linha dos pressupostos em educação social e intervenção comunitária, Martins (2002, p. 53) afirma que a “participação não pode ser vista como um mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular. Ela é muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso da ação planejadora”.

Esta perspectiva dá destaque ao papel das comunidades locais na definição da agenda formal, na formulação e na implementação de iniciativas que contribuam para encontrar soluções para os problemas sociais percebidos como mais relevantes.

Nesta conformidade, as políticas de desenvolvimento teriam de assumir características de descentralização, considerando “o local como unidade básica do desenvolvimento socioeconômico, com a opção por uma estratégia concertada de tipo *bottom-up*, que mobilize o conjunto de atores sociais pertencentes ao território” (Tapia, 2005, p.136, citado por Lima & D’Ascenzi, 2018, p. 148).

Tal desiderato, no quadro de uma democracia participativa, implica a capacitação e empoderamento dos indivíduos, de forma que desejem e sejam capazes de fazer parte na tomada de decisões relativamente às questões que os afetam.

O que pressupõe considerar a “educação como ato de empoderamento, quer dizer, como processo que investe no reforço ou aquisição de poder de sujeitos individuais e, eventualmente, de sujeitos coletivos” (Barbosa, 2015, p.1).

Para o autor, a verdadeira agenda do desenvolvimento são as pessoas e não os benefícios económicos em si; com referência a Sen (2003, citado por Barbosa, 2015, p. 3) é apresentada uma relação entre educação e desenvolvimento com “foco na expansão de liberdades ou capacidades (capabilities), ou seja, no alargamento das potencialidades que a pessoa precisa para realizar aquilo que mais valoriza na vida”.

Barbosa encara o desenvolvimento na ótica da potenciação ou construção de capacidades (capacity building), que “acaba por se abrir a uma conceção de educação enquanto empoderamento, isto é, enquanto processo de obtenção, alargamento ou reforço de poderes que estão na base da agency das pessoas, tanto individual como coletivamente consideradas” (Barbosa, 2015, p. 3).

O desenvolvimento comunitário ou saída do subdesenvolvimento, é fruto da promoção de um território específico, resultando do estabelecimento de acordos e concertação de estratégias operacionais com parceiros de desenvolvimento, para construção de programas focalizados nas necessidades de um território (por exemplo, na educação de qualidade) fomentando o empreendedorismo e a criação de postos de trabalho, entre outros (Fórum das Cidades, s.d.).

Esta estratégia de atuação, desenvolvida de forma articulada entre diferentes atores (ao nível nacional, regional e local), permitirá dar resposta a problemas específicos de base territorial. São exemplos: procurar soluções para níveis elevados de desemprego, diminuir índices de pobreza, revitalizar e diversificar economias locais e estimular a inovação (Fórum das Cidades, s.d.). O que se revela da maior importância quando se trata de territórios desfavorecidos em contexto urbano e de territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

O subdesenvolvimento local deve ser corrigido por programas estruturados, criados por redes de proximidades em parceria com os membros comunitários. Nestes programas, estratégias e objetivos são previamente delineados para desenvolvimento local, a curto, médio e longo prazo, de modo a promover o empoderamento individual e coletivo a nível comunitário.

Para que o subdesenvolvimento local possa ser ultrapassado, é fundamental que os responsáveis, locais, regionais e nacionais, tomem consciência da relação existente entre os conceitos de crescimento económico e desenvolvimento local e, sobretudo, que o primeiro não é sinónimo do segundo. O desenvolvimento local deve ter sempre em conta

o desenvolvimento sustentável, isto é, “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras, de atenderem as suas próprias necessidades” (Goulart, 2006, p.3).

Importa, ainda, salientar que entre os fatores associados ao subdesenvolvimento local, ressaltam o pouco interesse público e privado para incorporar a classe feminina na sociedade e fomentar a sua emancipação, valorizando e respeitando a equidade e igualdade de género, quer antes, quer após a transformação dos recursos e aumento de produtividade; a desvalorização das mulheres faces aos homens, começa desde tenra idade, no seio familiar, nos grupos e nas escolas (Zabala, 2006, citado por Satrústegui, 2013). O desenvolvimento local relaciona-se, também, com a capacidade de incorporar as mulheres na tomada de decisão.

Goulart (2006), afirma que este tipo de desenvolvimento local segue os *padrões desenvolvimentais* modernos e que aproveita as novas tecnologias de informação e comunicação, inova a produtividade, dá “ênfase a economia”, preocupa e avita as más práticas com o “meio ambiente”, evitando o “esgotamento dos recursos naturais”, como o caso de “petróleo”.

A falta ou insuficiência de indicadores económicos e sociais, condiciona o progresso comunitário e promove privações, aflições e sofrimentos dos membros comunitários (Harvey, 1998, citado por Martins, 2002).

Em síntese, o desenvolvimento local é afetado, afeta e relaciona-se com a melhoria das estruturas básicas que fomentam o desenvolvimento de um país, nomeadamente: os sectores da educação, formação, habitação, alimentação, emprego, igualdade e equidade de género (Satrústegui, 2013).

3.2. Breves notas sobre questões de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe

Nas últimas décadas, São Tomé e Príncipe, reconhecido como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID)², tem vindo a conhecer um crescimento da sua economia, fruto quer da assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), quer das receitas geradas

² São Tomé e Príncipe deixou de ser classificado como país com baixo rendimento, passando em 2008 para a categoria de países com rendimentos médios (países com rendimento per capita entre 1000 e 4000 dólares americanos em 2010, segundo a classificação do Banco Mundial). Em 2010, o PIB/capita foi de 1213 dolares americanos.

pela exploração do petróleo, possibilitando a expansão de investimentos públicos em infraestruturas, proteção social, saúde e educação (Banco Mundial, 2022).

Contudo, este modelo de crescimento não desencadeou mudanças estruturais que permitissem reduzir a pobreza.

Foram criados poucos empregos, e os indicadores e as consultas à sociedade civil revelam um sentimento alargado de exclusão social, mesmo à medida que a economia foi crescendo. Este modelo não é sustentável. A AOD e as receitas da exploração do petróleo têm vindo a diminuir desde 2015 e o pequeno e atrofiado sector privado do país não está preparado para as compensar (Banco Mundial, 2022, p. 1).

O Relatório Nacional Voluntário de 2022, aponta algumas fragilidades, mas, também, oportunidades do país no que respeita à construção de novos modelos de desenvolvimento, que permitam ultrapassar alguns dos problemas estruturais que continua a apresentar.

O setor económico de São Tomé e Príncipe é pouco diversificado, assentando no turismo, na produção e na exportação de cacau, sendo muito vulnerável a fatores externos e “dependente da APD que financia cerca de 90% das despesas de investimento público” (Relatório Nacional Voluntário, 2022, p. 18).

O setor com maior peso no PIB é o do comércio, sendo também neste setor que a iniciativa privada tem maior expressão. Apesar das potencialidades naturais e da diversidade cultural do país, o contributo do turismo no PIB não é ainda muito significativo.

De acordo com o Banco Mundial (2020), o PIB santomense cresceu a uma taxa média de 4,5% entre 2010 e 2018, altura a partir da qual se verificou uma tendência negativa devido à escassez de combustível e de energia, aos atrasos nos pagamentos do Governo aos fornecedores locais e pelo retraimento do financiamento interno; a estimativa é de que a taxa de crescimento real do PIB tenha diminuído para 2,4% em 2019, contra 2,7% em 2018.

A agricultura e a pesca têm sido afetadas por choques climáticos, pragas agrícolas e pela escassez de combustível e de energia, sendo a crise económica do país fortemente afetada pela queda no turismo devido à pandemia da COVID-19 (Relatório Nacional Voluntário, 2022).

Este Relatório, refere, ainda, que:

“Os efeitos do isolamento geográfico são exacerbados por um porto e um aeroporto inadequados, fundamentais para a ligação aos mercados internacionais, enquanto o país apenas começou a explorar o potencial da revolução digital. As infra-estruturas, no geral, continuam subdesenvolvidas, o que afecta especialmente os são-tomenses mais pobres: apenas 22% das pessoas no quintil mais pobre têm acesso a saneamento, 57% a electricidade e 69% a água melhorada” (Banco Mundial, 2022, p. 3).

É assumido pelo Governo que apesar de o país ter registado alguns progressos em matéria de indicadores de desenvolvimento humano, a suas fragilidades, nomeadamente no que respeita ao tecido económico, constituem-se como ameaças para o seu estatuto de país de rendimento intermédio (Relatório Nacional Voluntário, 2022).

Como indicado no Relatório Nacional Voluntário (2022), “São Tomé e Príncipe ocupa a 135ª posição, no total de 189 países e territórios, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2020, tendo o seu IDH passado de 0,452, em 1990, para 0,625, em 2019. Em termos do ambiente de negócios, STP ocupava a 170ª posição entre 190 países, com o score de 45,0, de acordo com o Índice Doing Business 2020 (BM)” (p. 18).

As melhorias na educação, na saúde e no nível de vida elevaram a classificação do país no Índice de Desenvolvimento Humano (era de 0,45 em 1990), contudo, apesar de este progresso se encontrar em linha com outras nações com um IDH médio, o país ainda fica aquém da média dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Banco Mundial, 2022).

A redução da pobreza no país implica agir contra constrangimentos e vulnerabilidades críticas.

Entre os constrangimentos apontado pelo Banco Mundial (2022) são referidos o baixo capital humano e um sector privado pequeno, ambos entendidos como limitadores de oportunidades de desenvolvimento.

No que respeita ao sector privado, de fraca expressão, a falta de infraestruturas adequadas tem afetado negativamente o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, levou à dependência de emprego de baixa produtividade em sectores como a agricultura, as pescas e o pequeno comércio. É, ainda, apontada a falta de acesso aos sistemas financeiros

e uma débil regulamentação e sistema de justiça, dificuldades no acesso a crédito. Não obstante, algumas reformas já conduzidas “melhoraram o ambiente para os investidores estrangeiros, mas o processo para o investimento directo estrangeiro (IDE) continua a ser complicado e opaco, o que desencoraja os fluxos estrangeiros para o sector privado” (Banco Mundial, 2022, p. 5).

Quanto ao capital humano reduzido, dimensão que nos interessa particularmente neste trabalho, São Tomé e Príncipe tem apresentado progressos significativos no que respeita quer à melhoria dos serviços de saúde quer de educação, continuando, contudo, aquém do seu potencial de capital humano.

Estes setores são, transversalmente, afetados por outros desafios, como a baixa eficiência das despesas, falta de água potável segura, falta de acesso a eletricidade e a saneamento, o que “contribui para as taxas elevadas de anemia infantil e exacerba os efeitos da desnutrição e da subnutrição” (Banco Mundial, 2022)

No que respeita à educação, embora em termos de acesso se tenham verificado melhorias significativas,

os resultados de aprendizagem nas disciplinas básicas de matemática e leitura/escrita continuam baixos. As escolas têm falta de infra-estruturas básicas, como saneamento melhorado, e de recursos, como livros e outros materiais de aprendizagem. Isto, conjugado com as aspirações reduzidas e as taxas de gravidez elevadas na adolescência, contribui para a elevada taxa de abandono escolar de STP e para o baixo número de inscrições no ensino superior (Banco Mundial, 2022, pp. 4-5).

A análise apresentada pelo Banco Mundial (2022) demonstra que a redução da pobreza no país implica uma transformação económica orientada para o emprego, sendo necessário estabelecer como uma das prioridades, entre outras³, o desenvolvimento do potencial humano. Neste domínio, revela-se fundamental concretizar:

intervenções na primeira infância, construção das aspirações e da capacitação dos jovens, assim como ter por objectivo uma agenda de

³ Para maior desenvolvimento consultar os documentos em análise – Relatório do Banco Mundial (2022) e Relatório Nacional Voluntário (2022). Sem descurar a importância das demais dimensões abordadas em ambos os documentos e a sua interdependência, todas fundamentais para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, por razões que se prendem com a natureza deste trabalho, selecionamos apenas as dimensões que muito diretamente se relacionam com a temática em estudo.

competências orientadas para o emprego em termos dos grupos menos incluídos – as mulheres e os jovens. O valor económico e social dos investimentos em capital humano é ampliado através da inclusão social e da capacitação. (...) [A] inclusão de raparigas e mulheres jovens é especialmente importante para a redução da pobreza, devido às ligações entre a gravidez na adolescência e o capital humano e os resultados económicos.” (Banco Mundial, 2022, p. 10).

No que respeita à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as Nações Unidas têm trabalhado com os seus parceiros, nacionais e internacionais, em São Tomé e Príncipe, em alinhamento com o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe (PNDS), procurando encontrar resposta para os desafios que o país enfrenta no sentido de garantir uma melhor qualidade de vida das populações, contribuir para a redução das desigualdades e iniquidades, tendo em vista que os ODS tenham, de facto, um impacto real nas pessoas; é referido que o país “precisa de fortes parcerias e intervenções sustentáveis com claro impacto no fortalecimento das capacidades das instituições e provisões de serviços para as comunidades locais, famílias, incluindo mulheres, crianças, jovens e pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade” (Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, s.d.).

Tendo em vista a implementação dos ODS em São Tomé e Príncipe foi elaborado o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2017-2021), que estabelece como objetivo principal “um crescimento económico acelerado, redutor da pobreza e protetor do ambiente”, desdobrado em 5 objetivos estratégicos específicos:

Objectivo estratégico 1: Domínio económico - Melhorar a exploração do potencial de desenvolvimento do país, acelerar o crescimento económico e reforçar a integração na economia regional e global;

Objectivo estratégico 2: Domínio social - Acelerar e aprofundar reformas para melhorar significativamente o índice de desenvolvimento humano dos são-tomenses e fazer progressos substanciais para a consecução do ODS;

Objectivo estratégico 3: Domínio institucional/governança - Melhorar a capacidade de gestão estratégica de desenvolvimento nacional, fortalecer boa governação e a democracia;

Objetivo estratégico 4: Domínio de infraestruturas - Desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais – infra-estruturas de redes de energia, transportes, água e saneamento, promoção de desenvolvimento das telecomunicações e das TIC;

Objetivo estratégico 5: Domínio do ambiente - Melhorar de gestão da terra e a preservação do ambiente.

(PND 2017-2021, p. 23).

Em continuidade, em 2019 é desenhado um plano operacional de harmonização, integração e implementação da Agenda 2030, consubstanciado no PNDS de STP 2020-2024. Este plano:

Estrutura-se em torno de quatro eixos estratégicos de intervenção, a saber:

1. Aprofundamento do Estado de Direito democrático;
2. Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego;
3. Melhoria da qualidade de saúde e proteção social;
4. Política externa ao serviço de desenvolvimento.

Relatório Voluntário Nacional (2022, p. 25)

O Governo de São Tomé e Príncipe encara a implementação dos ODS como “uma oportunidade inadiável” para recuperar “as pessoas que tem ficado para trás” e “para não permitir que novos grupos sociais venham a ficar nesta situação” (Relatório Voluntário Nacional, 2002, p. 26).

Não obstante o reconhecimento do muito que ainda é preciso fazer, foram já desenvolvidas medidas no que respeita à proteção social, entre as quais se destaca a proteção social de cidadania destinada a quem se encontre em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência e não possa assumir na totalidade a sua própria proteção; corresponde a um regime não contributivo, sendo financiado pelo Estado e por doações da cooperação internacional. Foram, também, elaboradas estratégias para a igualdade e equidade de género e a Política Nacional para a Proteção das Crianças.

Foram, também, desenvolvidos esforços significativos no que respeita a educação, tendo aumentado consideravelmente o acesso ao ensino básico nas últimas décadas, resultando aumento geracional no nível de educação dos agregados familiares.

Quase metade dos chefes de agregado familiar, que geralmente são mais velhos, tem menos de quatro anos de escolaridade (incluindo 14% sem qualquer escolaridade formal), mas 72% dos agregados familiares incluem membros adultos com mais de quatro anos de escolaridade. (...) O membro com o nível de educação mais alto em muitos agregados familiares é geralmente um filho ou neto adulto que avançou consideravelmente no ensino em comparação com os seus pais/avós. (...) É também o que acontece entre os 20% mais pobres: a percentagem de chefes de agregado familiar com quatro anos ou menos de ensino chega aos 64,1% neste grupo, mas este valor baixa para 24% quando se considera o membro adulto do agregado familiar com o nível de educação mais alto. (...) [Contudo] este progresso intergeracional é muito mais baixo no que se refere ao ensino superior (Banco Mundial, 2022, p. 38).

Veremos, de seguida, com maior detalhe alguns aspetos relativos às políticas educativas desenvolvidas em São Tomé e Príncipe.

4. Sistema educativo em STP e as políticas públicas para promoção e aproximação escolar

Considerando a evolução e transformação do país, e a necessidade de adotar princípios mais inovadores no sistema educativo de São Tomé e Príncipe, em 2019 é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 4/2018, que vem rever e atualizar a Lei de Bases anterior (Lei 2/2003).

No seu Artigo 2º, que define os princípios gerais, o ponto 4 estabelece que “O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho”.

O ponto 5 do mesmo Artigo, define que:

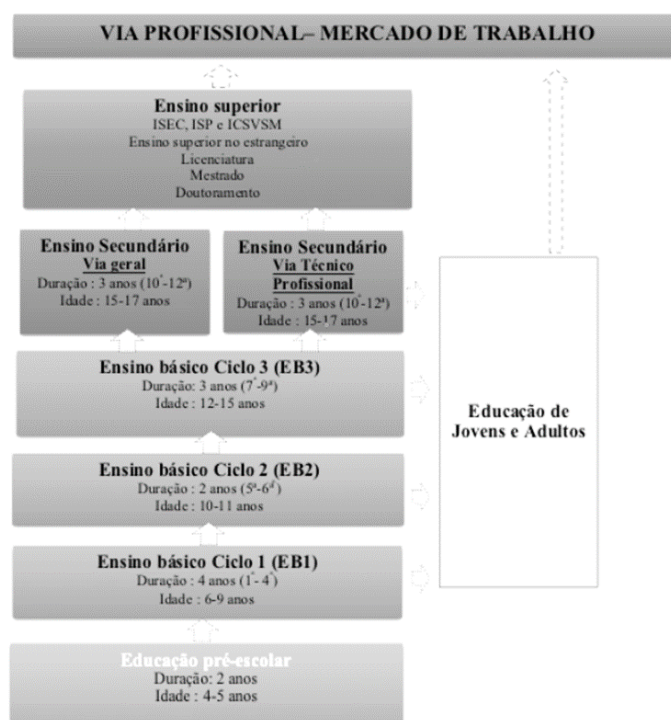
A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

Ao Estado compete assegurar “a eliminação do analfabetismo e a escolaridade obrigatória, gratuitamente (...)”, conforme estipula o ponto 7 do Artigo 2º da Lei de Bases, bem como, de acordo com o Artigo 3º, “Contribuir para a realização do cidadão através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, (...)”, “assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais de existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas”, “Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa”, “(...) proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção ao meio comunitário”, “(...) correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todo o País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência”. Destaca-se, ainda, a referência à necessidade de “assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria”, assegurar “a igualdade de género, nomeadamente, através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional (...)” e “a igualdade de oportunidade de acesso e sucesso escolares a indivíduos com necessidades educativas especiais” (sintetizado a partir da Lei de Bases, Artigo 3º, alíneas a) a 1)).

Para o cumprimento destes desígnios, a Lei de Bases (Lei 4/2018), estabelece que o sistema educativo santomense se encontra dividido em educação pré-escolar, educação escolar e a educação extraescolar (Artigo 4º, ponto 1), sendo a educação pré-escolar “complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação” (Artigo 4º, ponto 2); “A Educação Escolar compreende os Ensinos Básico, Secundário e Superior, integrando ainda modalidades especiais e as actividades de ocupação de tempos livres” (Artigo 4º, ponto 3), englobando a educação extraescolar “a alfabetização, a pós alfabetização, actividades de actualização cultural e científica, a

reconversão e o aperfeiçoamento profissionais, realizando-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal” (Artigo 4º, ponto 4).

Fig. 2 – Estrutura do Sistema de Ensino em São Tomé e Príncipe



Fonte: CPE 2019-2023, p. 23

Considerando a importância de uma educação e formação de qualidade, o Estado santomense tem vindo a elaborar, desde 2011, políticas educativas que procuram incorporar uma visão de longo prazo (CPE 2019-2023).

O Governo elenca como fundamental a necessidade “de elevar os níveis de letramento e numeramento, de combater o insucesso escolar, de reduzir as disparidades existentes, de melhorar a oferta do ensino profissional, em qualificar os adultos em idade activa” (CPE 2019-2023, p.7), identificando, igualmente, prioridades relativas à melhoria da eficiência da gestão escolar, da formação e valorização dos docentes e da competitividade e internacionalização do ensino superior.

A definição desta política, organiza-se em torno de três princípios:

Eficiência: Este princípio trata das características de um sistema educacional eficiente que integra de forma efetiva e coerente todas as instituições de ensino e autoridades centrais e regionais. Além disso, engloba o desafio de reduzir o insucesso escolar, que representa um desperdício enorme de recursos públicos por efeito da repetência, do abandono escolar e de outros pontos de ineficiência de gestão.

Qualidade: Este princípio trata de oportunidades de aprendizagem oferecidas a todas as crianças e jovens, com especial atenção na educação pré-escolar e no ensino básico. Além disso, propõe estratégias para melhorar a formação e a valorização dos docentes e da liderança dos gestores, como pontos essenciais para resolver o problema dos baixos níveis de aprendizagem.

Equidade e Inclusão: Este princípio é sobre a oportunidade de educação para todos considerando as diferenças entre género, bem como outras desigualdades relacionadas ao local de residência, urbano-rural e ao nível socioeconómico. Além disso, incorpora acções para a acessibilidade do sistema educacional às crianças e jovens com necessidades educativas especiais (CPE 2019-2023, p. 8).

Com a atualização da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 4/2018), passou a ser obrigatório onze anos de educação (dois anos de Pré-escolar e nove anos do Ensino Básico), foi introduzido o conceito de “educação da primeira infância” e alterada a estrutura dos ensinos básico e secundário, passando a 7^a, 8^a e 9^a classes a constituir o 3^o ciclo do Ensino Básico. É, também, prevista a possibilidade de alargamento progressivo da escolaridade obrigatória para o ensino secundário (Lei de Bases, 2018; CPE 2019-2023).

Não obstante a adaptação legislativa às transformações que têm vindo a ter lugar no país, e o esforço de investimento no campo da educação, São Tomé e Príncipe apresenta ainda algumas vulnerabilidades assinaláveis neste domínio.

Iremos analisar as Cartas de Política Educativa⁴ de 2012 e de 2019, no sentido de traçar o cenário evolutivo ao longo deste período.

⁴ A Carta de Política Educativa de São Tomé e Príncipe teve a sua primeira versão em 2012, apontando uma visão estratégica para o horizonte 2012-2022. Em 2019, foi lançada a Carta de Política Educativa

O diagnóstico apresentado pela Carta de Política Educativa - São Tomé e Príncipe (CPE-STP, 2012) dá conta que o ensino pré-escolar é “primordial para o desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças e o aumento das probabilidades de sucesso nos níveis subsequentes”, contudo este nível de ensino, à data, encontrava-se muito pouco desenvolvido, apresentando “um desempenho ainda débil, pois, apenas 1/3 (30,9%) de crianças santomenses entram neste ciclo” (p.28). A qualidade de aprendizagem é considerada baixa, sendo a fraca qualificação dos educadores e a insuficiência de instalações apontadas como a razão para o baixo desempenho neste setor.

A partir desta constatação, ao longo do período que dista entre as Cartas em análise, progressos consideráveis podem ser identificados. Partindo do conhecimento prévio “que as crianças que frequentam estabelecimentos de Educação Pré-escolar desenvolvem com maior facilidade a auto estima e outras qualidades e aptidões que lhes permitem estar melhor adaptadas, emocional e intelectualmente ao ingressar o ensino básico” (CPE 2019-2023, p. 45), deu-se início a um conjunto de medidas governamentais, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, que permitiram expandir a educação pré-escolar.

No período entre 2006 a 2017 o efectivo aumentou 5,6%. Em 2014, a Educação Pré-escolar passa a ser considerada obrigatória para as crianças de 3 a 5 anos de idade. Nesse sentido, a taxa bruta de matrícula no Pré-escolar passou de 57,7% para 71,4% em 2017. Estes dados colocam São Tomé e Príncipe como um dos países com maior cobertura da Pré-escolar, dentro do seu grupo de comparação [países da África Subsariana]. O número de salas de aula cresceu de 170 para 253 entre 2011 e 2017, um aumento de quase 50% (CPE 2019-2023, p. 45).

Contudo, mantêm-se desafios em relação à equidade, diferenças significativas na matrícula, no rácio de crianças/ sala de aula e no número de profissionais capacitados, quando considerados os diferentes distritos e as assimetrias entre as zonas rurais e urbanas.

Já para o ensino escolar (CPE 2019-2023) houve uma evolução significativa “nos últimos cinco anos, graças aos programas de reforma implementados”, com o apoio de parceiros de desenvolvimento, tendo, no que respeita a acesso, “a universalidade do ensino [sido]

2019-2023. Ainda no âmbito das estratégias educativas, em 2015 foi criado o Programa Acelerar o Desempenho Educativo (PADE).

alcançada desde 2011” (p.28); contudo, falta melhorar a “qualidade de aprendizagem e ensino”, visto que a taxa de repetência no ensino básico é de “cerca de 12% e o número de professores sem formação específica é importante 57,5%⁵” (p. 28).

No que respeita ao ensino secundário, a CPE-STP 2012 dá conta que:

86% de jovens inscrevem-se na 7ª classe, uma percentagem relativamente elevada, mas apenas 15,2% deste grupo sobrevivem até ao fim do ciclo do secundário. As elevadas taxas de abandono e de repetência, respectivamente de 24% e 20%, e a insignificante taxa de conclusão de 13%, explicam que apenas 55,2% de jovens Santomenses frequentam o ensino secundário, em 2011” (p. 29).

Como fatores explicativos para esta situação, é apontada a insuficiência e a má localização de escolas, bem como o número insuficiente de docentes.

A CPE 2019-2023 identifica progressos, mas salienta que existem iniquidades que persistem, nomeadamente diferenças quanto ao género, ao local de residência e às condições económicas.

(...) os dados indicam que existe uma maior possibilidade de crianças de 6 a 11 anos fora da escola serem provenientes das zonas rurais (5,6% contra 3,5%), de famílias com baixo rendimento e escolaridade. Outra disparidade é que a probabilidade de estudantes oriundos de famílias com condições económicas mais favoráveis entrarem no último ano do Ensino Básico é de 96,4%, contra 76,4% dos estudantes oriundos de famílias desfavorecidas. Já as raparigas têm maiores taxas de transição e conclusão no Ensino Básico do que os rapazes (64% para as raparigas e 58% para os rapazes na taxa de conclusão na 9ª classe) (CPE 2019-2023, p. 49).

O indicador relativo à taxa bruta de escolarização indica que esta se situa acima dos 100%, o que significa que existe um número elevado de alunos repetentes, e indicia problemas relativos à eficiência do sistema.

(...) Para que haja o rompimento do círculo vicioso das altas taxas de repetência, baixos níveis de literacia, numeracia e desigualdade nas

⁵ Dados reportados a 2010.

oportunidades educacionais é necessário priorizar acções voltadas para os resultados dos alunos, envolvendo os professores, gestão escolar e as famílias (CPE 2019-2023, p. 49).

Na Carta de Política Educativa, também são reconhecidos avanços nas taxas de transição e de conclusão do Ensino Secundário; contudo a proporção de alunos no Ensino Secundário que repetem é extremamente elevada (em média, 1 em cada 4); na 12^a classe, cerca de metade dos alunos repete, não conseguindo ultrapassar com sucesso os Exames Finais Nacionais.

Existem, igualmente, elevadas taxas de abandono, de 15,2%, e um grande número de alunos acima da idade de referência.

Quanto ao ensino técnico-profissional, não existe uma verdadeira política de formação nesta área e, conseqüentemente, “o país enfrenta problemas de falta de mão de obra qualificada em quase todos os setores (...) [s]ão menos de 2% dos alunos que enveredam por esta via, devido a fraca oferta. (...) Dos centros de formação profissional existentes, a grande maioria funciona com enormes dificuldades e oferece um nível de qualificação baixo” (CPE-STP, 2012, p.29).

Na sequência deste diagnóstico, plasmado na CPE 2012,

o Ministério da Educação iniciou uma reestruturação dos Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes (CSPQ) no qual os alunos frequentam cursos durante três anos e recebem certificados tanto de conclusão do ensino secundário como de aptidão profissional. No entanto, os alunos matriculados na via profissional representam apenas uma pequena porção dos inscritos no ensino secundário (8%, em 2016-2017), facto que se pretende corrigir” (CPE 2019-2023, p. 52).

Sobre o ensino superior, na CPE 2012 afirma-se que a ausência de uma política efetiva no que respeita à formação de nível superior, tem colocado “enormes problemas de qualidade dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento do país” (p. 30). Não obstante, apresenta custos muito elevados para o país, representando as bolsas de estudo no exterior cerca de 45% das despesas correntes do Ministério da Educação Cultura e Formação (MECF), sendo que grande parte dos bolseiros não regressa a São Tomé e Príncipe após a formação.

As instituições de ensino superior locais são poucas, mais de metade dos estudantes neste nível de ensino frequentam instituições privadas, sendo o valor das propinas muito elevado e desajustado ao salário mínimo nacional praticado⁶.

Num contexto em que os estudos superiores eram, maioritariamente, desenvolvidos no estrangeiro, o governo assumiu o compromisso de desenvolver um ensino superior local, tendo sido criada, em 2014, a Universidade Pública de São Tomé e Príncipe (USTP)⁷ – a partir da fusão do Instituto Superior Politécnico (ISP) (que oferece vários cursos em ciências aplicadas e ciências sociais), do Instituto Superior das Ciências da Saúde Vítor Sá Machado (formando enfermeiros, parteiras, profissionais de farmácia, etc.) e do Instituto Superior da Educação e das Ciências, que forma os professores do pré-escolar e do ensino básico, bem como profissionais na área da comunicação (CPE 2019-2023).

A Lei de Bases do sistema educativo prevê, também, a educação especial e a educação extraescolar, como referido anteriormente.

No que respeita à educação especial (Artigo 33º), esta modalidade é destinada aos “indivíduos com necessidades educativas especiais, visando a sua integração socioeducativa e, quando possível, a preparação para uma vida activa” (ponto 1.). Para o efeito, no ponto 2. Do mesmo artigo, é estabelecido o entendimento de necessidades educativas especiais como “situações, de carácter temporário ou permanente, de existência de limitações físicas, cognitivas e/ou emocionais, bem como as de habilidades superiores, que requeiram do Sistema Educativo uma resposta específica”. A Lei prevê, igualmente, o desenvolvimento de iniciativas dirigidas aos alunos, às famílias, aos educadores e às comunidades.

O domínio da educação extraescolar engloba a alfabetização, atividades de aperfeiçoamento, atualização cultural, científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional, realizando-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal (Relatório Nacional Voluntário, 2022, p. 52);

De acordo com o Artigo 40º, ponto 1., da Lei de Bases (Lei 4/2018) a educação extraescolar “organiza-se de forma autónoma no que respeita, dentre vários aspectos, a condição de acesso, currículos, programas, avaliação e visa adaptar-se aos diferentes

⁶ O valor do salário mínimo nacional em São Tomé e Príncipe é de 2500 dobras (equivalente a cerca de 100 euros).

⁷ Existem, também, 3 instituições privadas de ensino superior (Instituto Universitário de Contabilidade Administrativa e Informática, Universidade de Lusíadas de STP e Universidade de Évora de STP).

grupos, às suas experiências pessoais, profissionais e conhecimentos adquiridos ao longo da vida”, sendo desenvolvida em dois níveis distintos (artigo 40º, ponto 3.):

- a) A educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós alfabetização e outras acções de educação permanente, numa perspectiva de elevação do nível cultural;
- b) A aprendizagem e as acções de formação profissional, numa perspectiva de capacitação para o exercício de uma profissão;
- c) Em cada um desses níveis desenrola-se processos educativos próprios de uma educação formal e não formal.

Compete ao estado, em conformidade com o ponto 4 do Artigo 41º da Lei de Bases, 4/2018. “promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, das associações de estudantes, dos organismos sindicais e comissões de trabalhadores, de organizações cívicas e outras”.

No que respeita à Educação de Jovens e Adultos, São Tomé e Príncipe, apoiado pelos parceiros de cooperação, tem vindo a desenvolver programas educativos destinados a jovens e adultos tendo em vista a erradicação do analfabetismo – situando-se a taxa de analfabetismo, nos jovens e adultos com mais de 15 anos, entre 12 a 15% (CPE-STP, 2012).

Têm sido realizadas várias acções de alfabetização, nomeadamente com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação no desenvolvimento do Programa Alfabetização Solidária e que é identificado como tendo contribuído para a diminuição das taxas de analfabetismo em São Tomé e Príncipe (CPE 2012). Neste programa,

os temas de cursos são escolhidos de maneira participativa pelos alfabetizados e reflectem os elementos da sua vida social, cultural e profissional. Os alfabetizados beneficiam, ainda de uma bolsa mensal em géneros alimentícios, o que contribui para a retenção dos mesmos, aliás, a taxa de abandono que era de 36,6% em 2005 caiu para 5,38% em 2010 (CPE, 2012, p. 30).

Continuam, no entanto, presentes alguns constrangimentos:

i) a falta de dados recentes sobre o número de analfabetos e abandono escolar no país; ii) grandes disparidades geográficas e de género e iii) falta de investimentos e de metodologia específica para a educação dos jovens e adultos. (...) [sendo que] as políticas e os investimentos para a educação e formação de jovens e adultos em São Tomé e Príncipe são mais do que nunca necessárias (CPE 2019-2023, p. 56).

5. Educação com foco no desenvolvimento: ações formais, não formais e informais

Como preconizado na própria Lei de Bases do sistema educativo de São Tomé e Príncipe, são previstas iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal, às quais acrescem, ainda que não referidas neste dispositivo legal, situações educativas informais.

De acordo com Bruno (2014) uma perspectiva de educação enquanto processo amplo e abrangente, atenta à diversidade das práticas sociais, fez emergir uma tipologia de modalidades educativas estabilizada na literatura como educação formal, não formal e informal.

De acordo com Gohn, a educação formal

“é desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante o seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos, etc. – carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende no “mundo de vida”, via os processos de partilha de experiências, principalmente em espaços e acções colectivas quotidianas” (Gohn, 2006, p.28, citada por Bruno, 2014, p. 12)

Para Bruno (2014), a tipologia cruza práticas ou intervenções educativas que decorrem num *continuum* que pode atravessar várias áreas (ensino regular, formação profissional, práticas educativas relacionadas com a construção da cidadania, socialização, etc.).

Esta trilogia aponta para uma questão relevante: a interdependência das coisas e, nesse sentido, dos diferentes tempos, lugares e atores/protagonistas.

Em realidades como a de São Tomé e Príncipe, estas complementaridades não contribuirão da mesma forma para o sucesso escolar, nomeadamente no que respeita ao

desenvolvimento de processos de socialização em contextos pouco favoráveis à valorização dos percursos escolares.

Conforme refere Bruno (2014), considerando a educação informal,

o agente do processo de construção do saber situa-se nas redes familiares e pessoais, ou nos meios de comunicação. Aqui os espaços educativos não estão delimitados e são fortemente marcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, género, religião, etnia, marcados pela espontaneidade dos ambientes, onde as relações sociais se definem segundo gostos, preferências ou pertencimentos herdados. A educação informal está associada ao processo de socialização dos indivíduos, e, neste sentido, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar segundo valores e crenças do grupo a que se pertence ou se frequenta (p. 14).

A educação com foco no desenvolvimento, ou educação para o desenvolvimento, corresponde a um processo educativo que ocorre ao longo da vida e, conseqüentemente, há a considerar diferentes âmbitos educativos, que se articulam. Apela ao conceito de participação, no sentido que reconhece que os indivíduos, incluindo as pessoas mais marginalizadas e em situação de vulnerabilidade, podem ser agentes ativos do seu próprio desenvolvimento, e tomar opções que têm implicações na vida do coletivo (ENED, 2018-2022).

Na lógica de desenvolvimento local e de valorização dos recursos endógenos (seja capital humano ou outros recursos), várias iniciativas têm sido desenvolvidas em São Tomé e Príncipe, nomeadamente com parceiros de cooperação – como é o caso das ONG – mas o foco tem sido posto, acima de tudo, nas instituições educativas formais.

Na implementação de uma política educativa, contudo, não contam como protagonistas apenas os atores institucionais; deve, segundo Marques (2008), envolver diferentes atores, desde os gestores escolares, os docentes e não docentes, as famílias, as comunidades e os alunos. A participação de todos visa sobretudo assegurar adequadamente a qualidade educativa para crianças, jovens e adultos, e melhorar a eficácia da educação. Ou, diríamos de outro modo, a qualidade do conhecimento, posto que nele residem as possibilidades de desenvolvimento de uma localidade (país, região, distrito, cidade, aldeia...) e, assim, com cruzamento e contaminação de várias práticas e de vários agentes (formais e/ou informais).

De acordo com Marques (2008), a missão da família, comunidade e escola, passa pela atenção redobrada desde os primeiros dias dos alunos nas escolas até o término de todos os anos escolares. Durante esta trajetória, todos os responsáveis educativos juntamente com os alunos, devem procurar:

- promover nestes últimos, os valores éticos (honestidade, justiça, responsabilidade, respeito);
- promover espaços de reflexão, pensamento, sentimento, entendimento e comportamento que ajudam os alunos a valorizar e agir em consonância;
- dispor aos alunos, de currículo acadêmico significativo e desafiante que lhes respeita e ajuda a ter sucesso na sua vida pessoal, social e profissional;
- desenvolver as motivações intrínsecas e liderança moral dos alunos bem como da comunidade educativa;
- exercer a função de educadores tanto fora como dentro do ambiente escolar;
- garantir a participação parental e dos membros da comunidade em todos os assuntos escolares (Marques, 2008, s.p.).

Quanto maior for a preocupação com o presente das crianças, adolescentes e jovens, por parte dos responsáveis institucionais de ensino e parceiros de desenvolvimento, melhor será o seu futuro.

O PNDS (2020-2024) estabelece a pertinência de desenhar e avaliar, em parceria com outros organismos governamentais e da sociedade civil, programas que visem a melhoria e valorização do capital humano e a sua credibilização perante a sociedade civil e a comunidade internacional. Para tal, prevê a necessidade de desenvolver mecanismos de aproximação à escola, nomeadamente de aconselhamento e de orientação de jovens e adultos que possibilitem o seu encaminhamento, de acordo com as suas aptidões, necessidades de formação, oportunidades de inserção profissional e de realização pessoal. Este tipo de intervenção, não se circunscreve ao contexto formal de ensino-aprendizagem, comumente entendido como o lugar-espço organização escolar.

O aumento e a melhoria do acesso à educação de jovens e adultos, a melhoria da qualidade e eficiência da formação e da aprendizagem, o reforço das capacidades institucionais e a adoção de uma política apropriada de inserção profissional dependem, dentre outros fatores, dos projetos inclusivos criados e implementados, sempre em parceria com os decisores políticos de topo (ministros e diretores gerais) e gestores de base, como por

exemplo dos centros de formação profissional, bem como de organizações privadas e da sociedade civil (CPE-STP, 2012).

O que remete para práticas educativas que cruzam vários espaços de ação e diferentes territórios de intervenção socioeducativa.

É necessário, conforme estipula a Carta Educativa, compreender as perspetivas dos alunos, os seus valores pessoais e sociais, o papel parental e comunitário, incentivando uma maior identificação dos alunos com o sistema educativo, de forma a recuperar ou prevenir situações de abandono escolar na sociedade santomense; considera-se, assim, a importância do envolvimento e dos contributos dos alunos, das famílias e de diferentes agentes das comunidades.

Atualmente, a prevenção do abandono escolar é uma preocupação prioritária para São Tomé e Príncipe, e que as disciplinas que se debruçam sobre o estudo desta problemática enfatizam.

Prevenir o abandono escolar por parte dos países com apoio dos parceiros de desenvolvimento, ajuda o indivíduo a se enquadrar e reintegrar na comunidade e no mercado moderno e diversificado, que exige um saber cada vez mais diversificado e aprimorado. Esta exigência, não é nada mais que um meio utilizado para levar o indivíduo a fazer parte no empoderamento organizacional, que se traduzirá no desenvolvimento local. (Simões et al., 2008, pp. 136-137)

Em São Tomé e Príncipe, embora se tenha conhecido uma evolução positiva no que respeita aos indicadores de repetências e de abandono escolar, estas problemáticas continuam a ser centrais nas preocupações dos governos e dos agentes educativos, continuando o sistema educativo a enfrentar desafios de eficiência, qualidade e governação (Banco Mundial, 2019).

Perante o fenómeno do abandono escolar, é necessário que os agentes formais investiguem os fatores específicos associados ao desenvolvimento de trajetórias de risco. Através da investigação, os agentes formais, como pode ser o caso dos educadores sociais, bem como de outros técnicos sociais e/ou professores, poderão entender de forma minuciosa e detalhada, os problemas dos alunos em risco ou em situação de abandono escolar e a relação deste risco com fatores biológicos, psicológicos, sociais e contextuais. Para entender as características do fenómeno, é necessário que o profissional da intervenção social procure conhecer e entender as diferentes dimensões que o enformam;

atender ao passado do aluno, conhecer e entender o seu ambiente doméstico, a interferência grupal, o ambiente parental, questões de género, questões comportamentais, tipos de socialização, grau de vulnerabilidade em que se encontra (Guimarães et al., 2018).

No geral, os Educadores sociais devem ter em conta quando é que a criança começou a ter pouco aproveitamento escolar, deixou de estudar (seguiu um rumo diferente e sem vínculo com a escola), ao tratamento que teve em caso de institucionalização e, se for o caso, que tipo de maus-tratos sofridos (negligência, abuso físico, emocional, sexual, etc.) e que relação com o(s) agressor(es), entre outras aspetos, que o levaram ao ponto de abandono escolar (Ragageles, 2013). Os Educadores sociais devem sobretudo, junto ao indivíduo, valorizar fatores como “os psiquiátricos, os sociológicos, os económicos e os culturais” (Capul & Lemay, 2003, p. 97).

Depois de perceber a origem do problema, os profissionais do trabalho social, e/ou as equipas multidisciplinares, munidos de fundamentos científicos da pedagogia social e áreas afins (sociologia, psicologia, psicanálise, psicodrama, teorias de crimes), devem intervir para desenvolver e promover estratégias didáticas de carácter instrumentalista no espaço formal e não formal, com propósito de autonomizar o indivíduo socialmente (Rodríguez Fernández, citado por Díaz, 2006).

Isto é, de acordo ao autor supracitado, os agentes formais devem intervir para aliviar quando necessário os problemas que afligem o indivíduo (o aluno); desenvolver uma mediação social e promover a sua reintegração escolar, a fim de regressar e de permanecer na escola. Os agentes formais devem motivar o aluno (dotá-lo de competências para caminhar e persistir), levá-lo a ter maior senso de responsabilidade, ganhar “expectativas (educacionais e de carreira)” e desenvolver maior compromisso com as instituições de ensino, a fim de garantir a “integração académica e social” (Robbins, 2004; Tinto, 1993; Silva et al., 2017).

A ação dos profissionais do trabalho social funda-se em valores da confiança, da empatia, do afeto, do diálogo e da individualização; o facto de as crianças e jovens se encontrarem em situação de algum tipo de carência e de instabilidades, tal não é inibidor de poderem criar relações fortes com os profissionais, de se envolverem em atividades significativas e de desenvolverem as competências exigidas pela escola – sendo, fundamental, o acompanhamento e apoio que lhes possa ser facultado (Abrantes & Teixeira, 2014).

A partir de Oliveira & Freire, podemos dizer que para entender e atender a necessidades familiares e de crianças ou jovens em situação de abandono escolar, os profissionais técnicos do trabalho social, enquanto agentes formais, precisam saber “ouvir e comunicar”, prevalecendo a “escuta ativa, empática e autêntica”; “serem mais prudentes, discretos, pacientes”; saber respeitar a privacidade e garantir a confidencialidades das crianças; saber identificar e “reconhecer os traços específicos das culturas”, da comunidade ou da família, de modo a estabelecer “relações” que “possibilitam o gosto pela educação extrafamiliar e a reintegração do indivíduo no sistema educativo” (pp. 7-26).

O estabelecimento de relações de empatia entre o profissional e o indivíduo, neste caso, o aluno, requer disposição para garantir condições adequadas de “escuta” de modo a assegurar a “aceitação da pessoa com as suas riquezas e os seus limites”, evitando desta feita, atitudes de antecipação (acreditação antecipada da não educação do sujeito) (Capul & Lemay, 2003).

Todo e qualquer esforço por parte do Educador social junto ao indivíduo (aluno) com problemas, sejam simples ou complexos, deve evitar “receitas já experimentadas”, uma vez que “cada caso é um caso”, exigindo assim, primeiramente, a “pesquisa/ação/avaliação” ou seja, a inovação alicerçada às hipóteses de ação como fatores chave para a intervenção (Guerra, 2000).

De acordo com Robertis (2011), a partir da

compreensão da dinâmica social e psicológica na qual se encontra o indivíduo, o educador social vai definir os objetivos precisos da mudança que pretende atingir e os meios para a eles chegar (...). Mas o trabalhador social não é mais do que um dos protagonistas que está no terreno, sendo os outros o organismo empregador que contrata profissionais para implementar a sua política social e o utente que pode aliás ser um grupo, uma família, um indivíduo ou uma comunidade. (p. 68)

A intervenção exige a colaboração entre agente e sujeitos com os quais a intervenção é feita. Assim sendo, a “intervenção define-se pela atenção aos problemas dos que pedem ajuda, o que a inscreve numa relação”, em que o sujeito é visto como “construtor do

processo de ajuda”, sendo autónomo e o agente principal para sua promoção e evolução, melhoria e progresso (Robertis, 2011, p. 69).

É tão importante o papel do técnico de intervenção social, quanto a motivação do sujeito alvo enquadrado no processo; o nível de mau estar experimentado pelo segundo na situação em que se encontra pode ser determinante para o impulso transformador e esta motivação para a transformação, por sua vez, impulsiona o profissional na sua ação.

De acordo com Capul e Lemay (2003), o desenvolvimento da relação entre o profissional e o sujeito (neste caso, o aluno), é passível de surtir efeitos positivos. Neste sentido, os autores salientam várias funções importantes na relação, das quais salientamos as seguintes:

Uma função de acompanhamento – situando-se como mediador entre os indivíduos e o seu contexto, o educador social faz-se presente, embora garantindo o necessário espaço de expressão aos sujeitos sem os dirigir e sem impor uma forma específica de resolução de dado problema. Pelo contrário, procura responder às necessidades identificadas, mas acompanhando no sentido de construção conjunta de soluções – o que implica presença, disponibilidade de escuta e algum distanciamento. (pp. 104-105).

Uma função avaliativa – o educador social antes de executar qualquer plano de ação ou projeto, deve compreender a dinâmica, as necessidades, as forças e os limites dos indivíduos (sujeito, grupo, família, comunidade, instituição, etc.); só depois desta etapa avaliativa é que deve fomentar “um campo de troca de realizações” (Capul e Lemay, 2003, p. 106) que possibilite ao sujeito desenvolver-se, autonomizar-se, empoderar-se.

Uma função auxiliar do eu – a função do educador social recorre no auxílio ao *eu* do sujeito que se encontra em situação de vulnerabilidade, de perda controlo, de isolamento, de conflito identitário. O papel do educador social passa por apoiar e orientar, procurando minimizar fatores que contribuem para o estado de “de demasiada ansiedade”, focado em encontrar, juntamente com o sujeito, condições percebidas como segurizantes (Capul e Lemay, 2003, p. 107).

O educador social, desenvolve ainda uma função de modificador do comportamento, trabalhando com o sujeito e com outros membros do contexto de pertença do mesmo, no sentido de provocar mudanças de comportamento, de uma forma não imposta. O que se pode relacionar com uma outra função, a de organizador, com preparação antecipada de todos os envolventes na situação de vulnerabilidade do indivíduo: juntamente com os

demais envolvidos, organiza o meio em função das necessidades do sujeito, grupo, família, comunidade, instituição.

Desta forma, age enquanto mediador (outra função identificada por Capul e Lemay, 2003), uma vez que enquanto técnico do trabalho social se coloca no meio envolvente, estabelece pontes, entre uma condição de estar atual (problemática) e uma outra que se pretende alcançar.

Em síntese, o educador social desempenha uma função de revelador das inquietações individuais e sociais (Capul e Lemay, 2003), revelando os problemas e provocando alterações nos fatores que os desencadeiam.

No contexto da nossa temática, o abandono escolar, estas funções, sendo desenvolvidas na interação entre diferentes ambientes em que o indivíduo se insere e circula, também fora do ambiente escolar, afiguram-se-nos, contudo, como competências de profissionais inseridos na instituição de ensino. O que nos remete para o entendimento que a separação entre formal e não formal pode, por vezes, ser complexa.

Como refere Marandino (2017),

O movimento de aprofundamento e articulação teórica dentro da área da educação, promovido pelo exercício de definição do termo não formal, tem promovido reflexões ricas e interessantes sobre as práticas educativas realizadas pela escola e pelas diferentes instituições e organizações culturais, e sobre as relações entre essas várias instâncias (p. 814).

Como refere Bruno (2014), nem sempre os contrastes entre modalidades formais, não formais e informais são claros, não sendo, também, mutuamente exclusivos; cruzam-se de formas variadas e abrangem diferentes práticas, atores, modelos e lógicas de ação.

Na mesma linha, Gadotti (2012) salienta que em processos de aprendizagem permanente não são estabelecidas fronteiras rígidas entre o formal e o não-formal; ainda que se verifique que o não formal é muitas vezes remetido para uma dimensão extraescolar (como se vê na Lei de Bases do sistema educativo de São Tomé e Príncipe), os currículos interculturais de hoje reconhecem a informalidade como uma característica fundamental da educação, englobando o conhecimento científico, os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas e considerando a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo.

Parte II: Estudo empírico

Capítulo II: Metodologia, técnicas e procedimentos da pesquisa

O estudo académico exige a construção de um conjunto de objetivos decorrentes das questões de investigação, conduzindo o estudo e dando-lhe sentido.

Subordinado à temática do Abandono Escolar em São Tomé e Príncipe: uma causa fundamental na base do subdesenvolvimento local, eram várias as interrogações de partida que tínhamos sobre esta problemática; sem a pretensão de conseguir obter resposta para todas as nossas interrogações, dada a natureza deste trabalho com limitações quer ao nível da sua extensão, quer ao nível do tempo previsto para a sua execução, mantivemos, no entanto, um conjunto de questões em mente, a partir das quais estruturámos a nossa investigação, para facilitar, assim, a compreensão do tema em causa.

Objetivos da investigação

Como objetivo geral, pretendemos, com este trabalho científico, compreender as causas e efeitos do abandono escolar, para crianças e jovens, bem como para as suas comunidades de inserção, concretamente no caso da comunidade das Praias (Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes), território geográfico no qual a pesquisa empírica se circunscreveu.

Definiram-se como objetivos específicos:

- Compreender a perspetiva dos jovens, fora do sistema de ensino, relativamente aos fatores que os levaram ao abandono escolar;
- Conhecer as perspetivas dos jovens, fora do sistema educativo, relativamente à possibilidade de regresso à escola.
- Mapear políticas educativas dos organismos públicos, e participação de entidades privadas, tendo em vista a diminuição e prevenção do abandono escolar e a promoção de formação extraescolar.

É nossa finalidade contribuir para a compreensão da relação entre abandono escolar e subdesenvolvimento local, em concreto a partir do estudo na comunidade das Praias (Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes)

Abordagem Metodológica e Técnica

Para darmos prossecução ao presente estudo, de natureza exploratória, entendemos seguir uma abordagem metodológica mista, quantitativa e qualitativa, por entendermos que a sua complementaridade poderia favorecer o entendimento da problemática em questão ao permitir chegar a mais interlocutores e ampliar a sua diversidade. Por exemplo, no caso de alunos e antigos alunos, pudemos estender o processo de inquirição a mais indivíduos, o que não seria possível através de uma abordagem estritamente qualitativa.

Uma vez definida a estratégia metodológica, havia que identificar as técnicas de recolha de informação mais adequadas aos objetivos propostos. Assim, desenvolveu-se:

- Análise documental/pesquisas bibliográfica;
- Entrevistas semi-diretivas (Anexo 1);
- Questionário (Anexo 4);
- Observação direta (participante e não participante);

As observações foram registadas em diário de campo, tendo as entrevistas sido gravadas.

Importa referir que foram muitas as dificuldades em encontrar informação atualizada, como livros, revistas, artigos, relatórios e outros documentos oficiais, que evidenciassem as características atuais do fenómeno do abandono escolar em África, especificamente, em São Tomé e Príncipe.

Mesmo com algumas dificuldades, conseguimos recolher informação em diversas plataformas científicas, selecionar legislação pertinente para a compreensão do sistema de ensino em São Tomé e Príncipe, bem como relatórios das autoridades governamentais de São Tomé e Príncipe e de organizações internacionais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas.

Os inquéritos por entrevista e por questionário tiveram como objetivo central conhecer as perspetivas dos participantes sobre as causas e efeitos de abandono escolar para as crianças, os adolescentes, jovens e adultos, bem como a perceção que têm sobre o impacto do fenómeno na comunidade das Praias (Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes).

Queremos salientar que com este trabalho não se pretende extrapolar resultados para o nível nacional, reporta-se a um estudo sobre abandono escolar em São Tomé e Príncipe (e não de São Tomé e Príncipe), tendo sido explorada parte da comunidade das Praias;

trata-se de uma amostra de conveniência, construída através do método bola de neve, e é do tipo não probabilístico.

Em cada quintal ou rua, após uma breve explicação sobre o tema e os objetivos de estudo, os membros comunitários disponibilizaram-se a conversar connosco sobre a temática, de modo informal e também formal, tendo colaborado oitenta e seis antigos e atuais alunos, de forma voluntária, respondendo ao questionário. Para além destes, participaram no estudo respondendo à entrevista um diretor do Ministério da Educação, um diretor de um dos Liceus de São Tomé e Príncipe, um Presidente da associação dos estudantes de um dos Liceus de São Tomé e Príncipe, um Representante para a Área Social de uma das Câmaras Distritais, um Representante Comunitário e uma aluna de curso noturno – num total de seis entrevistas, que nos permitiram obter mais informações e conhecimentos, no que respeita ao abandono escolar e sua relação com o subdesenvolvimento local.

Fases da investigação

Na primeira fase de investigação (de junho de 2020 a janeiro do ano 2021), pudemos obter variadíssimas informações, utilizando o método qualitativo, através de análise documental, fruto da pesquisa bibliográfica e pesquisa nos sites científicos reconhecidos (B-on, RCAAP, Scielo, etc.).

Na segunda fase de investigação (trabalho empírico), a primeira etapa foi de novembro a dezembro de 2020, com o reconhecimento das realidades e dificuldades comunitárias (estudo exploratório), e na segunda etapa, que decorreu entre janeiro e março de 2021, fase que aplicamos os inquéritos por entrevista e por questionário, e desenvolvemos observação participante junto ao público-alvo (antigos e atuais alunos, e técnicos da educação).

Na terceira fase, de junho de 2021 a dezembro de 2022, e mais tarde, abril a junho de 2023, foi para análise e tratamentos dos dados, discussão de resultados e redação final da dissertação.

As informações expostas nos questionários foram analisadas e tratadas através do Microsoft Excel 2010, tendo as entrevistas sido transcritas e realizada análise de conteúdo seguindo uma abordagem de análise por temas e categorias.

Apoios institucionais

Para enriquecimento científico desta investigação, contamos com abertura e orientação institucional de Ministério da Educação e Ensino Superior de STP, Câmara Distrital Água Grande, dos Representantes e Membros das Comunidades de Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes, das Pessoas singulares (Enilsa Sousa e Fernando Veloso), que indicaram os seus representantes para responder às entrevistas. E como técnica de apoio, durante a aplicação dos questionários, contamos com membros comunitários, Felícia Trindade e Rivaldo Ramos.

Contexto de investigação e participantes

Como referido, o trabalho de pesquisa foi realizado na localidade de Praia Gamboa (Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes), conhecida como zona/comunidade das Praias.

A localidade de Praia Gamboa, ou zona das Praias, fica à margem do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe, Nuno Xavier, e a 9 km da cidade capital de São Tomé e Príncipe. Trata-se, no entanto de uma localidade subdividida em 4 comunidades (Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes), sendo todas intituladas, zona das Praias. Estima-se uma geografia de 4 km² e um total de 10 mil habitantes.

A comunidade conta com um posto de saúde, com um médico que atende duas vezes por semana, dois enfermeiros e um técnico de laboratório que atendem diariamente, das 9h às 21h.

Esta comunidade tem 2 instituições de ensino: a Escola Básica de Praia Gamboa e o Jardim de Infância Porcelana, sendo a primeira instituição composta por um total de 8 salas, funcionando nos períodos da manhã e da tarde, desde a 1^a à 6^a classe, e a segunda instituição, com um total 5 salas para crianças, igualmente a funcionar nos períodos da manhã e da tarde.

Na localidade das Praias, predomina a atividade da *pesca e palaiês*, surgindo como profissão de fácil acesso através da qual se obtém um *bom rendimento – mesmo numa fase inicial, quando comparado com os demais trabalhadores do setor público e privado, ou por conta própria noutras áreas de atividade, o que contribui para tornar menos atrativas as trajetórias escolares.

Na observação direta e através das conversas informais, pudemos constatar que a maioria dos membros comunitários são pescadores e palaiês, a par de comerciantes, camponeses, criadores de animais, professores, entre outros.

Tratando-se de uma comunidade litoral, a maioria dos seus membros dedicam-se a atividades piscatórias, continuando uma atividade que os seus antepassados já desenvolviam; existe, assim, uma grande dependência dos recursos marinhos que, agora como no passado, servem para consumo próprio e para venda.

Não é sempre que os pescadores usam o ecossistema marinho de forma sustentável, mas com o passar do tempo, os pescadores da Praia têm vindo a usar redes de malhas maiores, motores a bordo menos poluentes e barcos de fibras em vez de madeira.

Em época de escassez dos pescados (pelágicos e demersais), os pescadores ficam em casa evitando gastos com os combustíveis.

Aos sábados, a maioria dos residentes da comunidade de Praia Lochinga vai à Igreja Adventista, e aos domingos, os membros comunitários da Praia Gamboa, Cruz e Diogo Nunes frequentam Igreja Católica e Evangélicas.

Atualmente, os membros comunitários das Praias têm vindo a investir mais na educação e formação destes e dos seus filhos, matriculando nos cursos noturnos e diurnos.

Capítulo III: Apresentação e discussão dos resultados

Após recolher a informação, os investigadores terão “de selecionar aquela que tem maior importância e que seja mais relevante para dar resposta às questões da investigação” (Sousa & Batista, 2011, p.10), bem como que permita atingir os objetivos propostos (Coutinho, 2011).

Neste capítulo fazemos a apresentação dos resultados obtidos através dos instrumentos aplicados e das estratégias de observação desenvolvidas no decurso da pesquisa empírica.

3.1. Caracterização dos participantes de estudo

Após análise e tratamentos dos dados, no que respeita à variável idade, foi possível verificar que 13,95% dos 86 inquiridos têm 23 anos, 8,14% têm 26 anos, e 6,98% têm 22 anos; a maioria encontra-se nas faixas etárias entre 16 e 30 anos, correspondendo a um total de 74,42%. A idade mínima é de 16 anos e a idade máxima é de 50 anos.

Constatamos ainda que 46,51% são do sexo feminino e 53,49% são do sexo masculino, não existindo, assim, diferenças muito significativas do ponto de vista da distribuição segundo o sexo. Sabemos, como referido anteriormente nos capítulos de enquadramento teórico e contextual, que no que respeita a abandono escolar em São Tomé e Príncipe este é superior entre os homens em relação às mulheres. Contudo, não sendo esta uma amostra representativa, esta repartição segundo o sexo resulta da própria configuração da amostra. Relativamente ao estado civil, 90,70% são solteiros e 9,30% são casados. Quanto a habilitações literárias, 40,70% dos respondentes têm o ensino básico e 55,81% o ensino secundário.

No que respeita a atividades profissionais, maioritariamente são pescadores (34,88%), a seguir domésticas (20,93%) e *palaiê*⁸ (12,79%); a sua distribuição por zona de residência é a seguinte: Praia Gamboa (33,72%), Praia Cruz (40,70%), Praia Lochinga (18,60%), Diogo Nunes (4,65%) e outra (2,33%).

Quanto às características dos nossos entrevistados, entre as seis individualidades que colaboraram, um é aluno de curso noturno, um é Presidente de Associação Estudantil, dois são diretores de serviços na área da educação (1 de escola e 1 da direção ministerial), um é representante dos membros comunitários e um vereador. Segundo o género, 50%

⁸ Vendedoras de peixes e hortaliças.

são do sexo feminino e outros 50% do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 17 e os 56 anos. Quanto às habilitações literárias, dois dos entrevistados são mestres, um é licenciado e três encontram-se na fase final de liceu.

3.2. Abandono escolar: causas e consequências

Quer os entrevistados, quer os inquiridos, estão familiarizados com o problema do abandono escolar e com o seu impacto na sociedade santomense; todos revelaram ter conhecimentos sobre o fenómeno, abordando com facilidade assuntos à volta do tema em estudo, demonstrando preocupação em relação aos indivíduos que se encontram em situação de abandono escolar.

Analisando a perspetiva dos respondentes ao inquérito por questionário, indivíduos que interromperam os seus ciclos de estudo, é possível identificar que a grande maioria (65,88%), manifestou o seu sentimento em relação a ter abandonado os estudos afirmando que se sentiram mal por o terem feito; diferente destes, 21,18% afirmaram que se sentiram bem e 9,41% sentiram-se normal [Tabela 1].

Atualmente, é revelado ainda um sentimento negativo pelo facto de terem abandonado a escola - dos respondentes⁹, 47,06% afirmaram que se sentem muito mal, 27,06% afirmaram que se sentem normal, enquanto 22,35% afirmaram que se sentem mal. É interessante verificar que o sentimento de mal estar em relação à situação de abandono escolar se intensificou – passando 47,06% dos inquiridos a referir que, atualmente, se sentem muito mal por o terem feito (apenas 1,18% haviam referido sentir-se muito mal à data em que abandonaram os estudos).

Tabela 1 - Sentimento em relação ao abandono dos estudos

Questões		Muito bem	Bem	Normal	Mal	Muito mal
1.2.	Como te sentiste assim que deixaste de estudar sem ter terminado os estudos?	2,35%	21,18%	9,41%	65,88%	1,18%
1.3.	Como te sentes agora, depois de abandonar a escola?	0	3,53%	27,06%	22,35%	47,06%

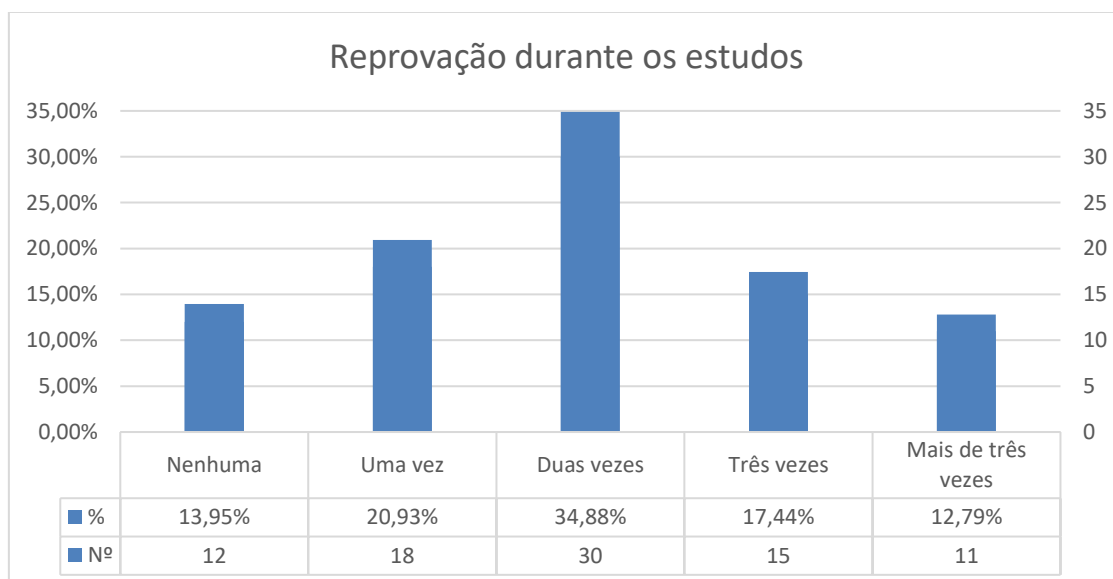
Fonte: Inquérito por questionário aplicado

⁹ Dos inquiridos, houve um que não respondeu às questões 1.1 e 1.2, relativas ao sentimento atual e anterior, em relação ao facto de ter abandonado a escola.

Para além dos inquiridos manifestarem os seus sentimentos atuais e anteriores em relação ao abandono escolar, também afirmaram que durante os seus anos de estudo alguns conheceram reprovações.

Sendo que apenas 13, 95% indica nunca ter reprovado, como ilustra o gráfico 1, apresentado a seguir, a esmagadora maioria dos inquiridos passaram por situações de retenção: 34,88% indica ter reprovado duas vezes, 20,93% reprovaram uma vez, 17,44%, reprovaram três vezes e 12,79% indica ter reprovado mais de três vezes.

Gráfico 1 - Reprovação durante os estudos



Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Para os que reprovaram mais de duas vezes, 22,09% são do sexo feminino e 12,79% são do sexo masculino, e para os que reprovaram uma vez, 11,63% são do sexo feminino e 9,30% são do sexo masculino.

Os inquiridos também afirmaram que durante os anos de estudo conheceram reprovações em diferentes níveis de ensino [Tabela 2]. Sendo 40,62% no 1º ciclo do ensino básico, 32,29% no 2º ciclo do ensino básico e 18,12% no 3º ciclo do ensino básico.

Tabela 2 – Níveis de ensino em que reprovaram

Nível de ensino	Nº	%	% acumulativa				
			1º ciclo do ensino básico (1ª à 4ª classe)	2º ciclo de ensino básico (5ª à 6ª classe)	3º ciclo do ensino básico (7ª à 9ª classe)	Ciclo de ensino secundário (10ª à 12ª classe)	Outros níveis
1º ciclo do ensino básico	21	26,25%	26,25%				
1º ciclo do ensino básico e 2º ciclo do ensino básico	14	17,5%	8,75%	8,75%			
1º ciclo do ensino básico e 3º ciclo de ensino básico	5	6,25%	3,13%		3,13%		
2º ciclo do ensino básico	13	16,25%		16,25%			
2º ciclo do ensino básico e 3º ciclo do ensino básico	3	3,75%		1,88%	1,88%		
2º ciclo do ensino básico e ciclo do ensino secundário	4	5,00%		2,50%		2,50%	
3º ciclo de ensino básico	2	2,50%			2,50%		
3º ciclo de ensino básico e ciclo de ensino secundário	3	3,75%			1,88%	1,88%	
3º ciclo de ensino básico	5	6,25%			6,25%		
Noutros níveis de ensino	2	2,50%					2,50%
1º ciclo do ensino básico, 2º ciclo do ensino básico e 3º ciclo do ensino básico	3	3,75%	1,25%	1,25%	1,25%		
1º ciclo do ensino básico, 2º ciclo do ensino básico e ciclo de ensino secundário	1	1,25%	0,42%	0,42%		0,42%	
1º ciclo do ensino básico, 3º ciclo de ensino básico e ciclo de ensino secundário	1	1,25%	0,42%		0,42%	0,42%	
2º ciclo do ensino básico, 3º ciclo de ensino básico e ciclo de ensino secundário	2	2,50%		0,83%	0,83%	0,83%	
1º ciclo do ensino básico, 2º ciclo do ensino básico, e ciclo de ensino secundário	1	1,25%	0,42%	0,42%		0,42%	
Total Geral	80	100,00%	40,62%	32,29%	18,12%	6,46%	2,50%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado

O abandono escolar é um fenómeno complexo e mundial, resultando da interrupção no ciclo de estudos (Gaioso, citado por Silva et al., 2017), como vimos anteriormente. Também vimos que podem ser vários, e até cumulativos, os fatores que originam este fenómeno – uns mais centrados na criança ou jovem, outros originados por causas externas. Quer resulte de dificuldades de adaptação da parte do aluno às normas

institucionais de ensino, quer resulte do próprio ambiente escolar e da sua organização, quer, ainda, se relacione com perspetivas familiares ou de grupos de pertença em relação aos processos de escolarização (ITAD, s.d.; Simões et al., 2008), o abandono escolar trará impactos na vida do indivíduo condicionando o seu bem-estar pessoal, social e cultural e, eventualmente, pondo em causa o seu desenvolvimento futuro.

Não muito distante dos pontos de vista dos autores, os nossos entrevistados afirmaram que o abandono escolar se trata da interrupção do ano letivo ou a impossibilidade de continuar os estudos por parte do aluno durante o período escolar, desde ensino primário até superior, muitas vezes devido a fracas condições financeiras dos pais e familiares, referindo, também, situações em que se terá dado a perda humana do pai e/ou da mãe.

3.2.1. Causas do abandono escolar

Quanto às causas de abandono escolar para as crianças, os diversos autores apontam, nomeadamente: falta de “capacidade e inteligência, depressão, ansiedade” (ITAD, s.d.); “condição socioeconómica, geralmente medida por índices de renda familiar e escolaridade dos pais, (...) a ausência de interesse por parte do educando” (Rumberger, 1995, citado por Sousa & Galinha, s.d., p. 76); expectativas e aspetos tanto educacionais e organizacionais, quanto psicológicos e motivacionais (Silva et al., 2017); a “falta de orientação, imaturidade do estudante, reprovações sucessivas, dificuldades financeiras, ausência de laços afetivos na escola, imposição familiar e o nascimento de filhos” (Gaioso, 2005, cit. por Silva et al., p. 8); práticas educativas, condições, características e classes familiares, entre outros fatores (Montandon, 2005), como vimos no capítulo dedicado à fundamentação teórica.

Quanto instados a elaborar discursivamente sobre a identificação de causas para o abandono escolar em São Tomé e na região em que foi feita a pesquisa, os nossos entrevistados apresentaram um conjunto muito diversificado de fatores.

Da análise conjunta das respostas dadas, foi possível sistematizar os seguintes aspetos:

1. Currículo pouco atrativo;
2. Assimetrias regionais (localização geográfica da comunidade/escola);
3. Gravidez precoce;
4. Alcoolismo e outras dependências;

5. Situações de violência;
6. Vícios de namoro;
7. Pobreza; Dificuldades económicas familiares, decorrentes da situação profissional (maioritariamente relacionada com a pesca);
8. Falta de atenção para com as crianças e adolescentes (na faixa etária entre 10 e 16 anos);
9. Situações de trabalho infantil e/ou juvenil precoce, nomeadamente no setor da pesca, procurando contribuir para o rendimento familiar e/ou próprio.

Um dos entrevistados apontou situações ou assimetrias regionais, tendo em conta a distância existente entre escolas básicas e secundárias. Por exemplo:

uma criança que conclua a sua sexta classe em Anselmo Andrade, nem sempre ela tem possibilidade de prosseguir em Água Izé (Diretor E em entrevista).

Para outro dos nossos entrevistados as crianças abandonam os estudos,

principalmente nas localidades das Praias, porque se reveem nas condições financeiras dos pais e inclinam mais para pesca (Vereador A em entrevista).

Assim, são destacadas questões que se relacionam com as estruturas familiares e as condições económicas das famílias, mas, também, com aspetos relativos à própria organização da rede escolar e dos processos de ensino e aprendizagem, nomeadamente no que respeita ao desenho curricular dos ciclos de estudo.

Quanto aos inquiridos, a grande maioria (82,56%) destaca como causas a existência de problemas financeiros; 75,58% aponta a falta de apoio familiar e 65,12% enfoca problemas pessoais como sendo as principais razões que levam ao abandono escolar.

Tabela 3 - Principais causas do abandono escolar

Questão	Variáveis de escolha múltipla	Percentagem
2.7	Problema financeiro	82,56%
	Falta de apoio familiar	75,58%
	Problema pessoal	65,12%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Na opção aberta para apontarem outras causas, os inquiridos que responderam a esta questão, indicaram: problemas de saúde; mau comportamento de colegas; acompanhamento familiar; família problemática (sempre em confusão, nas suas palavras); e dificuldades de deslocação (falta de transportes), como sendo as razões que levam os adolescentes a abandonar a escola.

Relacionado a mesma temática, os inquiridos apontaram, ainda, situações de insucesso escolar (59,52%), gravidez na adolescência (61,63%) e más relações entre os alunos e os membros da família (55,81%) como tendo contribuído para o abandono escolar.

Tabela 4 – Outras causas do abandono escolar

Questões	Variáveis	Sim	Não
2.9	Insucesso escolar	59,52%	40,48%
2.13	Gravidez durante a adolescência	61,63%	38,37%
2.17	Más relações entre os alunos e os membros familiares	55,81%	44,19%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Relativamente à falta de aproveitamento durante o ano letivo (pergunta 2.9.1, de resposta aberta), os inquiridos afirmaram que muitas disciplinas com notas negativas dão origem ao insucesso escolar, e assim, a idade do aluno avança, o que terá como consequência provável falta de oportunidade para continuar a estudar.

Afirmam: “se não tirar boas notas no primeiro e segundo período”, “aluno sente-se em baixo e acaba por desistir”. Outros inquiridos afirmaram que tiveram insucesso escolar porque “chegava à escola muito tarde e com fome”, ou porque “faltava muitas aulas”; um dos inquiridos exemplifica que “quando começou a reprovar” abandonou para ir construir a sua casa.

Contrariamente, alguns inquiridos consideram que “mesmo reprovando, tirando péssimas notas, os alunos devem esforçar para melhorar, levantar cabeça e continuar”, “se não conseguir no primeiro ano, conseguirão no segundo”.

No que toca à relação da gravidez na adolescência e abandono escolar (questão aberta 2.13.1), segundo os inquiridos, as alunas engravidam e acabam por abandonar porque sentem que “a escola não as aceita”, “ficam com receio de ir para escola”, faltam às aulas devido a “sintomas durante a gravidez”, perdem apoios ou “ajuda dos familiares”. Uma das inquiridas, afirmou: “falo assim, porque passei por essa experiência”. Por outro lado,

entre os inquiridos também há quem saliente que as escolas "agora aceitam alunas grávidas", ainda assim, "as crianças têm sido mau visto nas escolas".

Para estes inquiridos, as adolescentes engravidam devido a “vícios de dinheiro, brincos e cordões de ouro”, ou seja, são capazes de se envolver sexualmente e receber como troca “dinheiro, brincos e cordões de ouro”. Já outras engravidam, porque “vão atrás dos professores em vez de estudar”, vão atrás de "papoite¹⁰", ou também engravidam porque “não têm apoio familiar”.

O Diretor E chama a atenção para o cumprimento do normativo 3/2006 (regulamento dos estudantes afetos ao ensino educativo público de São Tomé e Príncipe), que garante a "continuação dos estudos, num curso diurno, por parte das alunas grávidas, evitando assim, o agravamento do abandono escolar por causa da gravidez precoce nas instituições de ensino educativo com uns casos ou outro”, nomeadamente, Liceu Nacional de São Tomé, Liceu Mé Xinhô, Escola Secundária Básica de Ribeira Afonso, Escola Secundária Básica de Desejada, Liceu Maria Manuela Margarida e Liceu do Príncipe.

Um dos entrevistados (Vereador A), apontou que entre os 6 e 12 anos não se abandona a escola por causa de “uso de drogas, gravidez na adolescência”, entre outros, mas sim, na faixa etária dos 14 a 15 anos que abandonam devido a gravidez precoce ou situação de abuso sexual sofrido.

Já um outro entrevistado acha que gravidez precoce, violência doméstica, drogas,

é uma questão muito parcial, porque a própria Direção do Ensino e Ministério da educação têm feito um trabalho por excelência, através de sensibilização das crianças, de forma a enveredar para mudança de comportamento, e ocupar com a formação da vida, ou com o projeto da vida (Diretor L).

Ou seja, procurando a implicação de crianças e jovens nas formações técnicas que possam garantir no futuro a sua condição financeira.

Um dos entrevistados garantiu que o uso de droga, gravidez na adolescência, violência escolar, trabalho infantojuvenil não levam ao abandono escolar, porque não é um fenómeno muito presente nas escolas de São Tomé e Príncipe.

Existem sim, uns casos ou outros, mas são propriamente as drogas lícitas, por exemplo, a lata de sumo com bebida alcoólica (Diretor E, em entrevista).

¹⁰ Quem reúne alguma condição financeira.

E para evitar estas atitudes e outras (uso de bebida e objetos cortantes), os professores revistam as pastas dos alunos logo no início das aulas. Segundo o mesmo, atualmente, as alunas grávidas, mesmo estando grávidas continuam os seus estudos no curso diurno. E a nível do ensino secundário a questão do abandono escolar não põe mais o problema de gravidez na adolescência, tem a liberdade de continuar a estudar, todavia, caso por questões pessoais as alunas queiram desistir, mas a maior parte continua nas escolas (Diretor E, em entrevista).

Entre os diferentes fatores que parecem ser percebidos como menos condicionantes na decisão de abandonar a escola [Tabela 5], surge para 56,98% dos inquiridos a distância em relação a escola, para 62,40% a falta de transporte, para 75,56% a escolaridade mínima exigida (6º classe), para 58,14% as más políticas públicas ligadas à educação (métodos de ensino), para 67,44% as más relações entre os alunos e os gestores escolares, docentes e não docentes e para 91,86% a existência de más relações entre os alunos e os membros comunitários.

Tabela 5 – Fatores que menos influenciam o abandono escolar

Questões	Variáveis	Sim	Não
2.10	Distância da comunidade em relação a escola	43,02%	56,98%
2.11	Falta de transporte	37,60%	62,40%
2.12	Falta escolaridade mínima exigida (6º classe) comunitária	24,42%	75,58%
2.14	Más políticas públicas ligadas à educação (método de ensino)	41,86%	58,14%
2.15	Más relações entre os alunos e os gestores escolares	32,56%	67,44%
2.16	Más relações entre os alunos e os membros comunitários	8,14%	91,86%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Entre os inquiridos que afirmaram que a distância da comunidade em relação à escola influencia (questão aberta 2.10.1.) é considerado que tal se traduz na falta de dinheiro para pagar carro e, também, porque é cansativo “ir à escola a pé”; para estes, “quando aluno vai para escola a pé, sente-se desmotivado e acaba por desistir”. Já outros inquiridos disseram que “atualmente os alunos já não importam com a distância”, “ele pode ir a pé para escola”, “força e vontade diz tudo”, “mesmo sem carro, vai-se a escola”, “sai de casa cedo e vai caminhando à escola”, “porque quando eu estudava, eu ia a pé para escola”, então, a distância “não é motivo para deixar de ir à escola”.

Quanto a falta de transporte (questão aberta 2.11.1), os inquiridos afirmaram que “as dificuldades financeiras”, por exemplo, a falta de dinheiro para comprar “passagem escolar”, leva o aluno a dar conta da “distância” e a falta de “transporte”. Estes factos, fazem “com que o aluno desista”, sob pretexto, se “as pessoas da minha comunidade não estudaram, porque irei estudar”. Por outro lado, também houve inquiridos a afirmar que “o aluno com vontade de estudar não pode ver a distância «da escola em média 4 km» como problema”, deve ir a pé para continuar os estudos e garantir o futuro”.

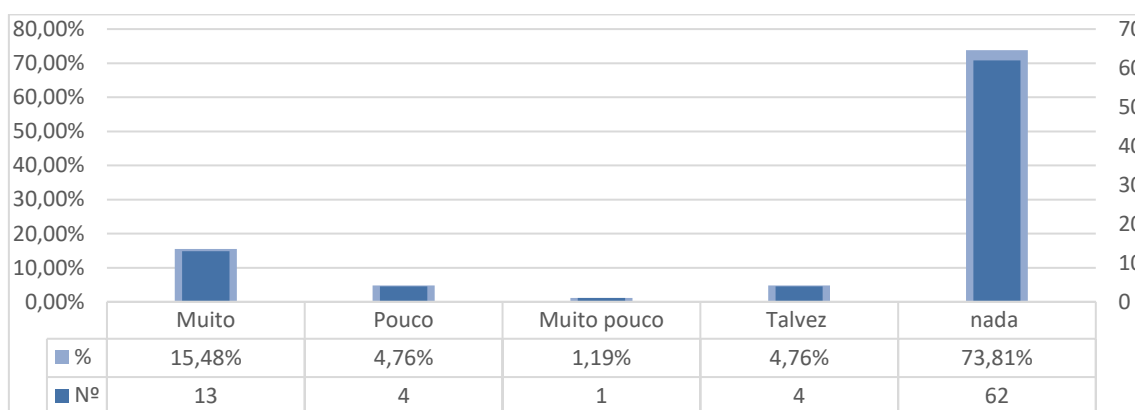
Relativamente à influência que pode ter o facto de, no contexto comunitário onde se inserem, a maioria da população não ter concluído a escolaridade mínima exigida (questão aberta 2.12.1), os inquiridos afirmaram existir discursos contraditórios: enquanto, por um lado, são “os mais velhos que aconselham para não estudar”, alegando “que o país já tem quem manda”, “já tem dono”, e que são estas “pessoas” que “colocam alunos coisas na cabeça”, por outro lado, outros disseram que os alunos são aconselhados a “seguir caminho diferente”, porque “as pessoas não podem seguir maus exemplos” dos outros ou da “sociedade”.

Quanto a metodologias de ensino (questão aberta 2.14.1), segundo os nossos inquiridos, estas condicionam devido “a aula morta” (isto é, com pouca motivação e interesse por parte dos professores), falta de boa explicação por parte do “professor”, que muitas vezes “não sabem para onde ir”, a falta de condição na escola, “má organização das salas e ensino”. Contrariamente a estas afirmações, alguns inquiridos referiram que “a escola utiliza bom método de ensino e educativo”, “está com professores capacitados”, que “expliquem bem”, mas “os alunos é que não estão a dar importância à escola”. Ainda que “cada um tem a sua maneira de pensar e agir”, os alunos devem adaptar à forma que o professor dá aula”.

No que toca a relações entre os alunos e os gestores escolares, docentes e não docentes (questão aberta 2.15.1) e relações entre os alunos e membros comunitários (questão aberta 2.16.1), os inquiridos entendem que os alunos devem saber “diferenciar” e respeitar os membros comunitários e agentes escolares, porque “amizade também conta”, com “mau comportamento, os alunos poderão ser expulsos da escola; os alunos devem “focar nos estudos e esquecer das outras coisas”, ou “pedem para trocar de turma”, e assim, evitar ser “visto como aluno rebelde”.

Ainda que apenas 13,95% dos inquiridos tenha referido nunca ter reprovado, grande parte dos inquiridos, 73,81% afirmaram que as reprovações em nada influenciaram na desistência escolar. Destes, 38,10% são do sexo feminino e 35,71% são do sexo masculino; dos 15,48% dos inquiridos que afirmaram que as reprovações influenciaram muito na desistência escolar, 3,57% dos respondentes são do sexo feminino e 11,43% dos respondentes são do sexo masculino; sugerindo, assim, que as reprovações têm maior impacto na persistência nos estudos por parte dos rapazes do que por parte das raparigas.

Gráfico 2 – Reprovação: o fator que pouco influencia ao abandono escolar



Fonte: Inquérito por questionário aplicado

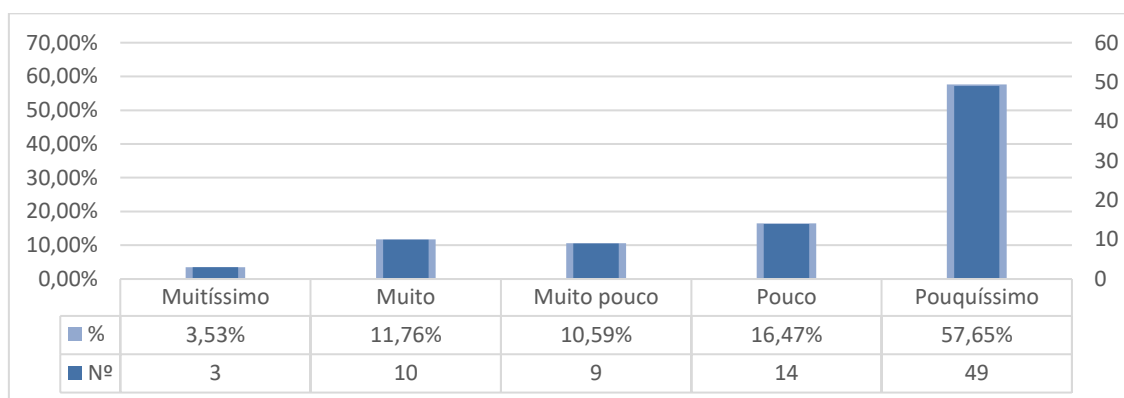
As explicações dadas para o entendimento que as reprovações em nada influenciam o abandono escolar (questão aberta 2.3.1), reportam-se ao facto de os inquiridos terem podido ultrapassar a situação e ser possível dar continuidade aos estudos no curso diurno ou noturno, tendo, assim, conseguido terminar o ciclo de estudos, evitando seguir o exemplo de outros que optaram “por pesca” porque acharam que seria “melhor”.

Relativamente à questão quanto à forma de lecionar dos professores da região [Gráfico 3], 84,93% dos inquiridos considera que a mesma tem impacto muito residual na desistência escolar - 57,65% indica que influencia pouquíssimo, 10,59% que influencia muito pouco e 16,47% considera que condiciona pouco.

Para os inquiridos que afirmaram que a forma de lecionar dos professores da região não influencia, relatam da sua experiência que no seu tempo “os professores explicavam bem”, e “faziam entender a matéria”, até incentivavam “a ter bom comportamento”, e que são “os alunos que têm cabeça dura” e são “malcriados”. Também consideram que

"mesmo que os professores expliquem bem ou não, o aluno deve ir atrás de matéria" porque "não são os professores que levam os alunos a desistir" da escola.

Gráfico 3 – A forma de lecionar dos professores da região e a sua influência na desistência escolar



Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Entre os que consideram que a forma de lecionar dos professores da região influencia (questão aberta 2.5.1), 11,76% e 3,53% considera que é aspeto com muito e muitíssimo impacto, respetivamente. Atribuem essa influência ao “facto de o professor ser da mesma zona, os alunos não respeitavam”, e assim “não gostam da escola”, não dão “importância”. Dentre estes professores há quem explique, “mas tão bem, não”, “só querem ganhar dinheiro”, “não tomam nomes dos alunos que desistiram e nem lhes façam voltar a escola”.

Quanto a razões relativas às matérias escolares que levaram a abandonar a escola, 48% dos inquiridos apontaram a disciplina de matemática e 26% dos inquiridos apontaram a disciplina de português como sendo os fatores principais que contribuíram para abandonar a escola.

Tabela 6 - Disciplina(s) que contribuiu(iram) para abandono escolar

Disciplina(s)	Freq	%	% Cumulativa					
			Biologia	Física	Matemática	Português	Química	Outros
Física	2	2,86%		2,86%				
Matemática	30	42,86%			42,86%			
Matemática e Português	6	8,57%			4,285%	4,285%		
Português	15	21,43%				21,43%		
Química	4	5,71%					5,71%	
Física, Matemática e Química	1	1,43%		0,48%	0,48%		0,48%	
Física, Português e Química	1	1,43%		0,48%		0,48%	0,48%	
Biologia e Física	1	1,43%	0,72%	0,72%				
Outra	10	14,29%						14,29%
Total Geral	70	100,00%	0,72%	4,54%	47,63%	26,19%	6,67%	14,29%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Os inquiridos afirmaram que as disciplinas contribuíram para abandonar o ambiente escolar (questão 2.8.1) porque "era muito complicado", "difícil de compreender", havia muito "cálculo", falta de gosto para com estas disciplinas, falta de compreensão dos professores. Apenas um dos inquiridos afirmou: "nenhuma disciplina me fez desistir".

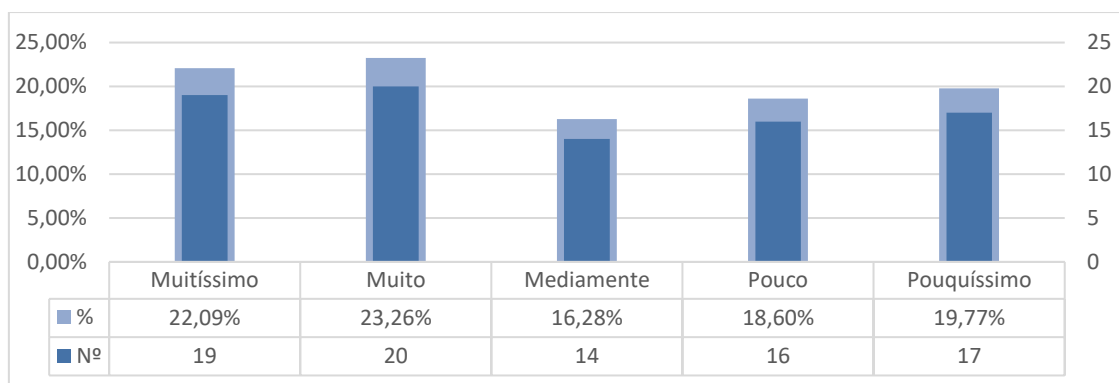
Uma outra dimensão de análise, prende-se com a relação familiar e com o apoio dado pela família durante os anos de estudo.

Relativamente a este aspeto, os inquiridos estão praticamente divididos, tendo 23,26% afirmado que o apoio contribuiu muito e 22,09% afirmado que contribuiu muitíssimo; contrariamente, 19,77% afirma que o apoio foi pouquíssimo.

Implica dizer que maioria dos inquiridos (mais de 50%) não recebeu um apoio considerável por parte da família para o manter no ambiente escolar. Sendo estes inquiridos, 25,58% de sexo feminino e 36,05% do sexo masculino.

No que respeita às relações entre os alunos e os seus familiares e as implicações desse relacionamento no que respeita ao abandono escolar (questão aberta 2.17.1), para os inquiridos "a família é a base da sociedade, deve unir para apoiar", e assim, "evitar o abandono" escolar; afirmam, contudo, que os alunos mesmo "sem apoio da família devem continuar a estudar".

Gráfico 4 - Apoio dado pela família durante os estudos



Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Quanto a questão aberta 2.4.1 (Porque consideram que o apoio dado pela família durante os estudos ajudou, ou não ajudou, enquanto estudante), constatámos que nos casos em que foi considerada a existência de apoio os inquiridos referem que a família apoiava sempre, "a minha mãe me educava e o pouco que tinha me dava", "a minha tia deu no duro para que pudesse chegar onde cheguei".

Para outros inquiridos, o apoio não foi considerável porque "nunca fui à escola", ou porque a família "apoiava, mas nem tanto", "não me ajuda com trabalho de escola, assim reprovei, e eles me tiraram de escola", ou porque "somente a avó, mãe, ou tio que me criou", e "não tinha para me dar", "tive de ir trabalhar para custear os estudos".

As personalidades entrevistadas nas suas narrativas vão ao encontro de vários aspetos identificados pelos inquiridos, bem como dos vários autores já abordados neste trabalho, no que toca à relação existente entre diversos fatores condicionantes do abandono escolar. Aquando perguntado sobre a relação entre o abandono escolar e abuso sexual, violência escolar, mau aproveitamento escolar, currículo escolar desajustado à realidade local, fracas competências pedagógicas, mau acompanhamento e comportamento familiar para com os alunos, mau acompanhamento e comportamento dos membros comunitários para com os alunos, mau comportamento dos membros grupal para com os alunos, mau acompanhamento e comportamento dos membros escolares para com os alunos, desestruturação, composição e classe familiar (questão 3.1), uns entrevistados

responderam afirmando que existem relação entre estas variáveis, já outros responderam afirmando que “não”.

Destes aspetos, segundo os entrevistados, o abuso sexual é um fenómeno que não é muito significativo nas escolas;

é um problema da justiça do país e da família, porque hoje em dia vê-se o abuso sexual dentro da família, eis razão que a família deve acompanhar as suas crianças, procurar que as crianças se ocupem com a formação da vida, com o projeto da vida” (Diretor de Liceu Nacional);

Contudo, a violência escolar, como por exemplo o fenómeno

bullying, não se encontra apenas nas escolas de Europa, como também nas de São Tomé e Príncipe, e com grande relevo (Diretor E, em entrevista).

Isto é,

depende também da proteção, da família, professor e Estado (Presidente A, em entrevista)

para que as crianças não sintam evitem

um certo receio pelo ambiente escolar, a falta de aproveitamento satisfatório, que as motivam para outros fins (Vereador A, em entrevista).

Quanto a este facto, um dos entrevistados considera que os alunos que abandonam a escola

estão errados, porque os alunos devem pegar na escola como uma coisa séria e certa, uma vez que poderá garantir o teu futuro, então as pessoas que abandonam a escola por causa de drogas, e outras coisas, estão errados (Aluno de Curso Noturno em entrevista)”.

Um dos diretores entrevistados, chama a atenção para a relação existente entre “o mau aproveitamento escolar, aumento de negativas e reprovação”, e apela aos professores a terem uma maior “capacidade para lecionar em Cauê ou Lembá como se estivesse a lecionar em Água Grande” (Diretor E, em entrevista). Coloca, assim, em evidência as disparidades entre escolas e as assimetrias regionais que atravessam o sistema de ensino.

Paralelamente, em jeito de conselho, os entrevistados acreditam que com as sessões de sensibilização e fortalecimento do ensino-aprendizagem virados para a comunidade a fim

de abordar questões como gravidez na adolescência, violência escolar, trabalho infantojuvenil e uso de drogas, irão contribuir para a permanência dos alunos nas escolas.

Pudemos constatar durante as entrevistas e inquéritos, bem como pelas conversas informais que fomos desenvolvendo durante o período de observação direta no terreno, que muitos jovens atribuem a razões múltiplas que desencadearam o seu abandono dos estudos. Entre elas, problemas financeiros, situação socioeconómica da família ou a pobreza familiar, falta de apoio familiar, questões relacionadas com disciplinas, como a matemática e o português, e não atribuem significado a questões, como insuficiência das políticas públicas (falta de escolas, materiais escolares, professores qualificados e motivados), más relações entre os alunos e os gestores escolares, docentes e não docentes e as más relações entre os alunos e os membros comunitários.

3.2.2. Consequências do abandono escolar

Para os entrevistados, elevadas taxas de abandono escolar levam ao subdesenvolvimento local. Pois, o indivíduo em situação de abandono escolar desvia-se de trajetórias formativas que contribuam para a sua sociedade, apresentando falta de conhecimento, pouca base estrutural para se desenvolver, a si próprio, e ajudar a desenvolver os outros (Presidente A). Isto é, o indivíduo não terá um emprego de maior rendimento e com maior representação, trabalhará precocemente, não sairá da classe social em que se encontra (por exemplo, a baixa), e assim, contribuirá pouco para sua localidade ou região, que por sua vez, apresentará a falta de quadros formados (Vereador A).

Um outro entrevistado realça ainda o risco de ganhar

gosto pelo consumo de drogas ilícitas, deixa de trabalhar, adquire doenças de foro psicológico, e muitas vezes, conhece a morte precoce (Aluno de Curso Noturno).

Fora destas consequências, os entrevistados realçam ainda a “delinquência juvenil”, “aumento de jovens na cadeia, perda de expectativas”, “vício de sexo” e com “inclinação para prostituição”, “gravidez na adolescência”, “empobrecimento do Estado”, falta de casas sociais e disponíveis para famílias de classes baixas, “má formação para o sujeito (nível académico indesejável)”, “fraca estruturação familiar e pessoal”, “opção por trabalho doméstico e palaiê” (vendedora) de pescados e outros géneros alimentícios.

De acordo com os entrevistados, tais consequências terão impactos na vida pessoal e social dos indivíduos, bem como das suas comunidades.

Um dos nossos entrevistados abordou esta temática tocando a questão no fundo, afirmando que

Um aluno que deixa de estudar e entra para uma oficina, serração, ele terá que carregar mais de cinquenta tábuas todos os dias, isto só irá dificultar a sua aprendizagem. Ele apenas recebe gorjeta para sobreviver e por fim não chega. Vai levá-lo a uma situação de arranjar esmolas para sobreviver, e quando uma criança se encontra nessa situação, ela entra em situações muito complicadas que sabemos que são. Neste caso, o impacto social seria «permanecer» na cadeia e «pouca» contribuição para sociedade, e o desvio comportamental (Diretor E).

Outra entrevistada afirma:

A nível pessoal, quando os alunos abandonam a escola não terão um primeiro emprego adequado, tem a ver com desenvolvimento próprio da pessoa, formação própria da pessoa, a pessoa não ter aquele conhecimento, aquela base, aquela estrutura para se desenvolver e talvez formar outras pessoas. A nível social, talvez o meio onde se encontra inserido, não seja mais adequado para sua formação, uma vez que abandonou a escola tenta procurar outros meios, outros amigos, outras comunidades para se integrar, logo isso influencia ao abandono escolar (Presidente A).

O estudante do curso noturno entrevistado considera que:

As crianças quando se encontram nessas vidas, as coisas não vão bem, isto é tudo vai correndo errado, erradíssimo, porque se bebe, fuma, entram no vício de sexo, essas coisas assim. Há outras crianças que podem morrer, que podem adquirir doenças de foro psicológico (ficar dementes). Vejo que por mim não vão bem, quando abandonam os estudos bem e mais cedo. «Quanto a sua vida social» - Nada, nada, pessoas que se encontram nessas vidas, não vão querer trabalhar, nada não dá certo. «E quanto a tua parte?» - Não entrei em nenhum desses vícios, nem vícios de sexo, mas sim fiquei em casa, porque estive sob cuidado da minha avó, aprendendo as coisas tradicionais de São Tomé e Príncipe. Também tive que ir

trabalhar nos bares, nas lojas, e depois com tempo, quando atingi uma idade assim, idade adulta, comecei a estudar a noite até então (aluno Curso Noturno).

O Membro comunitário entrevistado garante que

tem um impacto negativo, porque ela não consegue desfrutar daquilo que ela sonhou, uma vez que se tratou de alguém que sonhou em ser engenheira, médica, ele vai ver todos os sonhos indo a água baixo.

Para o Vereador entrevistado,

na vida pessoal, o indivíduo terá mais dificuldade de ter uma atividade económica de maior rendimento, terá dificilmente uma empregabilidade com maior representação social, e assim, a sua conjuntura familiar também inclina-se mais para uma conjuntura da pobreza, do que para uma classe média. Em termos sociais, é a sociedade que depara, pois, com mãos de obras com fraca capacidade, intelectualidade, e fracas potencialidades para contribuir para desenvolvimento do país, e o país sai perdendo, tendo pessoas com baixo nível académico (Vereador A).

Face a estas consequências e impactos delas para os indivíduos, os entrevistados afirmaram que querem sim uma sociedade ativa, onde cada um faça a sua parte para desenvolvimento do próprio país, porque atualmente, já se ouvem uns alunos e indivíduos a dizerem: se ontem fosse hoje não poderiam abandonar a escola. Já outros alunos, uns com baixa expectativa sobressaem afirmando o seguinte:

O país já tem dono, estudar p'ra quê?

De acordo com o Vereador A (em entrevista), está em desenvolvimento um trabalho focado, campanhas de sensibilização, palestras, entre outros, para os bairros litorais, como é o caso da Praia Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes, procurando melhorar alguns aspetos relativos a fatores que contribuem para o abandono escolar e, também, aumentar autoestima dos alunos e residentes locais. Este entrevistado adiantou, ainda, que é objetivo das autoridades responsáveis aumentar a formação dos moradores apostar numa pesca industrializada, porque

a pesca é uma atividade que depois de uma certa idade, os indivíduos têm a dificuldade de executá-la, o que lhes obrigam mais tarde, a procurar outros meios de sobrevivência (Vereador A).

Entende-se, assim, que é transversal no discurso dos nossos interlocutores a consciência da importância do desenvolvimento do setor educativo, da sua relação com outros setores de governação, do impacto negativo que baixos níveis de instrução poderão ter no desenvolvimento pessoal, local e nacional.

3.3. Impacto das políticas dos organismos públicos e privados na promoção de formação extraescolar e na diminuição e prevenção de abandono escolar

Antes de abordarmos o impacto das políticas dos organismos públicos e privados na promoção de formação extraescolar e na diminuição e prevenção de abandono escolar, lembramos que a Lei de Bases do Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe, como se viu em capítulo anterior neste trabalho, enfatiza, para este efeito, a educação extraescolar. A Lei de Bases do Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe (Lei n.º 4/2018), acentua a necessidade de promover uma educação de qualidade e de proporcionar o acesso a educação escolar básica a todos os santomenses, tendo a Lei de Bases anterior (Lei n.º 2/2003) sido da maior importância na definição da organização e estruturação do Sistema Educativo do país.

A Lei 4/2018, no seu artigo 1º, ponto 2., estabelece que:

O Sistema Educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente intervenção orientada para favorecer o desenvolvimento global do cidadão, o processo social e a democratização da sociedade.

Cabendo ao Ministério de Educação, em articulação com outras instituições, a formulação e desenvolvimento de políticas educativas.

Goulart (2006), chama a atenção do Estado e parceiros não governamentais no que concerne a escolarização e abertura de espaço para a participação da sociedade civil. Tanto é importante que já a Lei de Bases anterior (2/2003, artigo nº2) referia o quanto era fundamental o acesso e a permanência no sistema educativo, o que contribuiria para o

desenvolvimento físico, intelectual, pessoal e social do educando, a sua formação cívica e moral, aquisição de capacidade profissional, realização dos projetos individuais, reconhecimento dos valores espirituais específicos, valorização dos saberes e culturas, e por fim, contribuição para o desenvolvimento comunitário.

Atualmente, o Estado santomense tem estado empenhado em melhorar os indicadores de abandono escolar, tendo criada e empoderada a DEJA (Direção de Educação para Jovens e Adultos). Também ambas as cartas de Política Educativa (CPE 2012 e CPE 2012-2019) estabelecem um conjunto de estratégias e de ações tendo em vista a erradicação do analfabetismo e a promoção da aproximação escolar em São Tomé e Príncipe, nomeadamente, “aumentar e melhorar o acesso à educação de jovens e adultos”, “melhorar a qualidade e eficiência da formação e da aprendizagem”, “reforçar capacidades institucionais da DEJA”, com “condições adequadas de trabalho, essencialmente, instalações físicas, meios de transporte, equipamentos móveis e imóveis, adotar uma política apropriada de inserção profissional dos formados” (CPE 2012, pp.51-53).

Relativamente a políticas dos organismos públicos e privados para prevenção do abandono escolar e conseqüentemente a promoção escolar e desenvolvimento local, os entrevistados responderam que conhecem iniciativas governamentais, nomeadamente: o Programa de Ação Social Escolar e o Programa Mães Carentes, que têm apoiado as famílias de baixos rendimentos, as iniciativas das ONG - ARCAR, ONG - Casa dos Pequenos, ONG – Carita, a mais antiga, todas recebem e cuidam dos meninos órfãos e de rua, até a idade adulta, dando-lhes melhor educação e formação, como salientou o Diretor E. (em entrevista). Um dos diretores entrevistados deu ênfase aos programas de FNUAP e PNUD, que visam apoiar transversalmente as famílias e alunos com necessidades (Diretor L, em entrevista).

Foram, igualmente, mencionadas palestras e atividades culturais da Associação dos Estudantes de Liceu Nacional, para incentivar, conversar, sensibilizar e identificar alunos com algum indício de risco de abandono escolar (Presidente A, em entrevista), iniciativas de algumas individualidades locais, como por exemplo, as de Evaldo da Cruz, que disponibiliza apoios monetários e materiais escolares (Aluno de Curso Noturno, em entrevista), oferta de pescados para Escola Básica de Praia Gamboa, conselhos e acompanhamentos de crianças sinalizadas pela direção escolar e os pais (Membro

Comunitário, em entrevista), bem como programa da Câmara Distrital de Água Grande em parceria com UNICEF,

que visa incentivar a permanência e ingresso dos alunos de todos os ciclos escolares, ajudando no pagamento das matrículas, e outras despesas, como por exemplo, vestes, testes, materiais escolares, despesas muitas vezes que aparecem já no decorrer do ano letivo (Vereador A, em entrevista).

Em relação a reflexão das políticas dos organismos públicos e privados, os entrevistados entendem que tais políticas têm vindo a ser desenvolvidas no seguimento dos ODS, alinhado nas políticas do governo (Diretor E, em entrevista), fazem diminuir a taxa de abandono escolar, aumentando a taxa de sucesso escolar, incentivando assim, o desenvolvimento do ensino educativo (Diretor L, em entrevista); promovem e visam manter os alunos nas escolas, principalmente na conjuntura do aumento da pandemia (Aluno de Curso Noturno; Presidente A; em entrevistas); atendem as causas escolares e parentais dos alunos, isto é, com uma abrangência maior “lá naquela família” e “não apenas nas escolas” (Vereador A, em entrevista). Isto é, ajudam no geral, os alunos a se enquadrarem e reintegrarem na comunidade, no mercado moderno e diversificado, que exige um saber cada vez mais diversificado e aprimorado para contribuir no empoderamento organizacional e no desenvolvimento local (Simões et al., 2008).

Embora a maioria dos entrevistados acredite nos resultados positivos destas políticas, o Membro Comunitário entrevistado mantém-se em dúvida, demonstrando exigir muito mais e melhor para as localidades das Praias. Este entrevistado considera da maior urgência implementar nas localidades das Praias e a favor das crianças,

uma política que ajude a diminuir o abandono escolar na faixa etária baixa (correspondente ao ensino básico) e desfavorecida (membro Comunitário, em entrevista).

Para prevenir e evitar o abandono escolar, constatamos que a instituição para qual os entrevistados trabalham ou fazem parte, tem alguma relação com outras instituições, como por exemplo, o Setor da Ação Social (Diretor E), Associação dos Estudantes de Liceu Nacional, ONG indiana (Diretor L), Ministério da Educação e Ensino Superior, a Direção Escolar do Liceu Nacional, (Presidente A); pessoas singulares, como por

exemplo, Evaldo da Cruz, Projeto Mãe Carentiada (Aluno de Curso Noturno) e Ministério de Trabalho, Unicef, Arcar, e diferentes ONG (Vereador A).

Esta relação institucional que visa a prevenção do abandono escolar vai ao encontro dos autores que chamam atenção do entendimento entre instituições de ensino, famílias e organizações (públicas e privadas), uma vez que possibilitam a criação e implementação de estratégias que incentivem o aluno à aprendizagem e a mudanças comportamentais, os pais à prática educativa de acordo às características do aluno, levando-os a entenderem o aluno, criança e jovem, antes e durante a adolescência, através da identificação de indícios (de caráter pessoal e interpessoal, no relacionamento escola, família e comunidade) que possam levar ao abandono escolar (Simões et al., 2008).

Os entrevistados afirmaram que a relação com diferentes organismos públicos e privados para prevenção do abandono e promoção escolares é essencial, uma vez que terão mais pessoas formadas, capacitadas e motivadas, para garantir o desenvolvimento do próprio país.

O que vai ao encontro do que já estipulava a Lei 2/2003, Lei de Bases do Sistema Educativo de STP, que chama a atenção para a obediência da lei por parte destes organismos, a fim de “contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres” (Artigo 2º, alínea f; inalterado na Lei 4/2018).

No que concerne aos procedimentos que os entrevistados ou as instituições usam para identificar alunos que manifestam vontade de abandonar a escola ou se encontram em situação de abandono escolar, podemos constatar que é um papel atribuído ao Diretor de Turma, que

vai a busca e conversa com os alunos, depois informa a direção escolar e os pais, dos problemas afetos aos mesmos (Diretor E, em entrevista)

à Direção e aos Centros de Aconselhamento Escolares, que escutam, conversam e apoiam ou, ainda, através dos seus colegas de turmas,

uma vez que colega com colega, a informação passa mais rápido” (Diretor L, em entrevista).

Também são apontados os Membros da Direção da Associação que entendem, motivam e conversam com esses alunos (Presidente A, em entrevista), escuta, conversa e conselho,

tendo em conta ao que os alunos dizem: “o país já tem dono, não vale a pena estudar” (Aluna de Curso Noturno, em entrevista).

É, também, referido o papel dos elementos comunitários que vão atrás daqueles que pretendem abandonar a escola, e levam-nos para as Escolas Básica de Praia Gamboa e Básica Francisco Tenreiro (Membro Comunitário) e salientada a importância do “trabalho conjunto e contato com os líderes comunitários, agente de saúde comunitária, pessoas que estão em diferentes localidades” (Vereador A, em entrevista).

O processo de reintegração do indivíduo que se encontra fora do sistema educativo, conta com o apoio, mais uma vez, do diretor de turma (Diretor E), passa pela parceria com o Ministério da Educação e Ensino Superior e os membros comunitários, dependendo do espaço e, também, do tempo que o aluno já tenha abandonado a escola (Vereador A), bem como da garantia de apoio financeiro e/ou material (Diretor L).

Tal política de reintegração tem mais efeito, se houver uma preocupação no início do ano letivo, de forma a ativar mecanismos de reintegração (Vereador A).

Relativamente a esta matéria (reintegração), os entrevistados explicam-na:

[se a causa do abandono escolar] é por questão da gravidez, esperança é reconciliar a vida materna com a escolar, e se for por questões familiar e pessoal, encaminhamos para o Departamento de Psicologia Escolar, ou para sessão de diálogo com amigo/colega; se for a falta de materiais escolares, procuramos fonte de financiamento juntamente com a direção escolar (Presidente A, em entrevista).

Para um processo de reintegração relacionado com a idade, foi afirmado que

se é por questão de idade, abrimos uma exceção para continuar os estudos, como por exemplo, o curso especial, que poderá ser curso noturno que é recorrente, ou curso diurno, na Madre Canossiana (Diretor L, em entrevista).

O mais importante é

ajudar a organizar encontro com os pais, para que possam acompanhar e estar sempre envolvidos nas escolas, e mudar sistema da educação nos nossos bairros (Vereador A, em entrevista).

Todos os entrevistados referiram que há apoio e acompanhamento para quem manifesta vontade de abandonar a escola ou já se encontra em situação de abandono escolar, e indicaram que pretendem continuar a contribuir para fortalecer o sistema de ensino no sentido de garantir a presença e a satisfação dos alunos.

Quando solicitada informação sobre a composição dos gabinetes de apoio em termos de profissionais de diferentes áreas técnicas, foi referido que são feitos

atendimentos rápidos, com psicólogos, mas também com os da outra área (sociólogos, médicos, ente outros), para medir a temperatura, dar medicamentos, isto é, atendimentos para primeiros socorros (Presidente A).

Tentámos perceber se existiam profissionais técnicos da área da intervenção socioeducativa, foi-nos apenas referido o desenvolvimento de ações de sensibilização e informação, como referido por uma das entrevistadas;

fazem muitas palestras nas escolas, e sociólogos vão para buscar a motivação dos alunos para permanecerem na escola.

Existem, também, outro tipo de apoios referidos pelos nossos entrevistados: monetários, ofertas de manuais escolares, esferográficas, cadernos, roupas, liquidação de propinas, entrega de pescados às escolas, promoção de conversas, diálogos e apoio afetivo.

Relativamente a consideração que fazem dos apoios e acompanhamento disponibilizados, constatamos que nem todos os entrevistados consideram que sejam “apoios e acompanhamento suficientes”, porque gostariam de prestar mais, mas só não fazem porque “não têm como” ou porque “acarreta custos” (Diretor E); outro entrevistado referiu considerar o apoio prestado como “minimamente positivo”, indicando, contudo, que se está a fazer mais e a melhorar (Membro Comunitário). Para os nossos entrevistados, os apoios existentes são classificados como “importantes, porque sem os mesmos [os alunos] não conseguem continuar os estudos” (Diretor L), entendidos como positivos, porque contribuem para “diminuir a taxa de abandono escolar” (Presidente A), ou “suficientes”, porque ajudam os alunos a ocupar seu tempo em ambientes de educação e a adquirir conhecimentos para garantir o futuro (Aluno de Curso Noturno), e “satisfatórios”, porque ajudam os alunos a estar e “ficar na escola com mais dignidade” (Vereador A).

3.4. Perspetivas de retorno à escola e o papel dos agentes formais e informais

Embora salientando a existência de espaço para melhorias, os nossos entrevistados encaram como positivas as formas de apoio no combate ao abandono escolar, na promoção da manutenção dos alunos na escola ou medidas que potenciem o regresso ao sistema educativo daqueles que abandonaram.

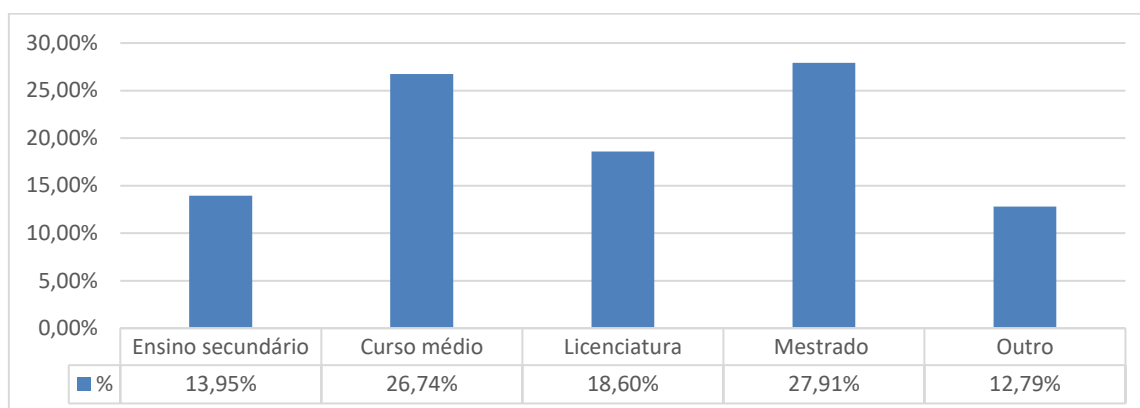
Contudo, não deixam de enfatizar que, se nada for feito, haverá o aumento do fenómeno do trabalho infantil, degradação social da comunidade, subdesenvolvimento da região, pouca produção de riqueza, opção por outros caminhos ilícitos, falta de integração social, pouca aprendizagem, diminuição de conhecimento, aumento de taxa de analfabetismo e diminuição de quadros formados, aumento de número de adolescentes e jovens na área piscatória, pouca gestão do dinheiro que ganha à base de pesca, aumento de gravidez na adolescência, perda de perspectivas e sonhos.

Como forma de estimular a aprendizagem, o aperfeiçoamento do sistema educativo e desenvolvimento local, os inquiridos (mais de cinquenta por cento) afirmaram que os encarregados da educação, docentes e não docentes, bem como os gestores escolares se “preocupam com os alunos que demonstrem vontade de abandonar a escola” e, se for possível, “levam-nos para escola”.

Salientaram ainda que, diferente dos docentes e não docentes, “os gestores escolares vão atrás dos alunos que demonstram vontade de abandonar a escola”, conversam e convencem-nos a “evitar este ato” [abandonar], sensibilizando-os para a importância, valor e reconhecimento que terão, se concluírem os ciclos escolares.

Durante os trabalhos de inquirição bem como de análise e tratamento dos resultados, constatamos que os jovens fora do sistema educativo apresentam uma perspectiva muito positiva em relação a um eventual retorno. Maioritariamente acreditam que caso voltassem a estudar e terminar ciclos de estudo, gostariam de concluir um mestrado (27,91%), uma licenciatura (18,60%) ou curso médio (26,74%).

Gráfico 5 – Nível de formação a atingir, caso voltasse à escola



Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Relativamente às áreas de formação, destacam-se: educação (29,76%), economia (19,05%), eletricista (15,48%), ou uma outra área diferente (25%).

Tabela 7 - Área profissional a seguir, caso voltasse a estudar

Área profissional	Freq.	%	% Cumulativa					
			Pesca	Educação	Economia	Eletricidade	Nenhuma	Outra
Pesca	5	5,95%	5,95%					
Pesca e educação	1	1,19%	1,19%	1,19%				
Educação	23	27,38%		27,38%				
Educação e outra	1	1,19%		1,19%				1,19%
Economia	15	17,86%			17,86%			
Eletricista	13	15,48%				15,48%		
Economia e nenhuma	1	1,19%			1,19%		1,19%	
Nenhuma	2	2,38%					2,38%	
Nenhuma e outra	2	2,38%					2,38%	2,38%
Outra	21	25,00%						25,00%
Total Geral	84	100,00%	7,14%	29,76%	19,05%	15,48%	5,95%	28,57%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Quanto à relação entre o nível de formação a atingir e o género, constatamos que tanto os homens (53,49%) como as mulheres (46,52%) gostariam de terminar o Ensino secundário, Curso médio, Licenciatura, Mestrado ou Outros.

Dentre eles, mais mulheres (26,75%) gostariam de tirar licenciatura e mestrado, enquanto 18,60% dos homens gostariam de tirar curso médio – sugerindo que as expectativas de conclusão de uma formação de nível superior são mais acentuadas para as mulheres do que para os homens.

Para os inquiridos, estes graus de formação iriam garantir mais "experiência" e encontrariam "melhor emprego", "para ter melhor condição de vida".

Os inquiridos apontaram outras áreas profissionais preferenciais, nomeadamente: jurídica, contabilidade, economia, engenharia, jornalismo, medicina, comercial, doméstica, psicologia e sociologia. Entre os inquiridos, um afirmou que está fazendo o "curso de ação educativa", porque gosta de "ensinar" "pessoas necessitadas", e ajudar a "melhorar a nossa educação". Outros afirmaram que pretendem seguir a área profissional escolhida porque "a pessoa ganha muito dinheiro" ou porque pretendem "contribuir para "melhorar a justiça" e sistema judicial do país. Enquanto um outro inquirido, afirmou que está estudando apenas porque quer "saber ler e escrever para ensinar seus filhos".

Tabela 8 – Relação entre o nível de formação a atingir e género

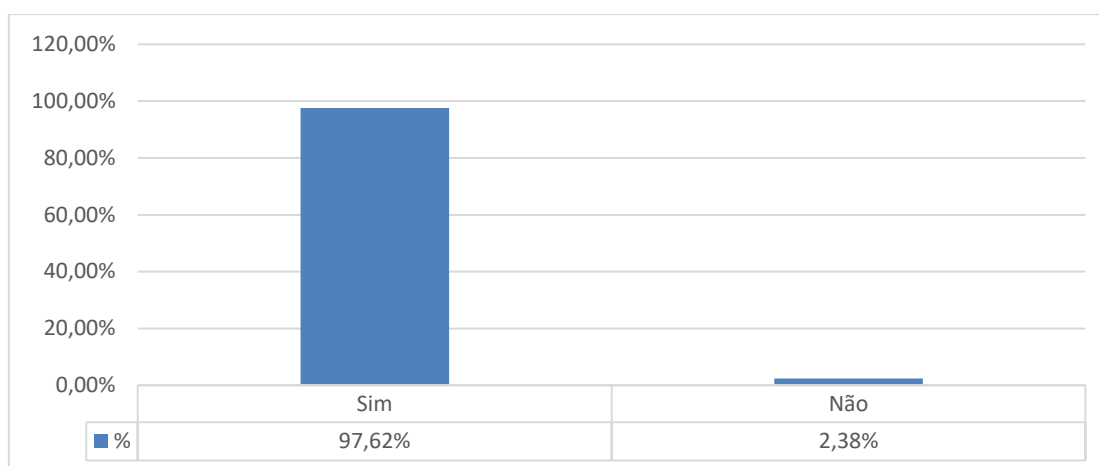
Nível de ensino	Frequência absoluta	Frequência relativa (em %)
Ensino secundário	12	13,95%
F	8	9,30%
M	4	4,65%
Curso médio	23	26,74%
F	7	8,14%
M	16	18,60%
Licenciatura	16	18,60%
F	9	10,47%
M	7	8,14%
Mestrado	24	27,91%
F	14	16,28%
M	10	11,63%
Outro	11	12,79%
F	2	2,33%
M	9	10,47%
Total Geral	86	100,00%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Do ponto de vista de 97,62% dos inquiridos¹¹, o nível de formação escolhido bem como a área profissional a seguir contribuiriam suficientemente para garantir o seu desenvolvimento pessoal e social.

¹¹ Dos inquiridos, dois não responderam à questão em causa.

Gráfico 6 - O nível de formação escolhido e sua contribuição para o desenvolvimento pessoal e social



Fonte: Inquérito por questionário aplicado

Segundo os inquiridos, a conclusão do nível de formação que indicaram "ajudaria muito em termos financeiros" e, assim, permitiria "ajudar mais a minha família e a sociedade", e, também, obter mais respeito por parte de ambas.

Atualmente, os inquiridos têm percepções diferentes dos seus progenitores, em matéria de abandono escolar, o que os leva a afirmar que em momento algum deixariam que os seus filhos abandonassem a escola para ficar em casa. Esta preocupação reporta às práticas educacionais dos agentes informais, neste caso, dos pais, dos familiares e ou dos amigos, auxiliados por agentes formais para desincentivo ao abandono escolar.

Quanto aos agentes informais, estes precisam criar ambiente de "ambivalência (de afeições)" que evite "frustrações e perturbações futuras do «aluno», isto é, que resfrie atitudes e crises de excitabilidade" (Teresa Sá, com. pessoal, 2020-03-04), e que se traduz numa relação acolhedora que garanta desenvolvimento da criança (Cia et al., 2006). Contudo, a criação deste ambiente só será possível se houver a valorização da comunicação assertiva (disposição para conversa e escuta) (Cia et al., 2006, p. 2), em vez de comunicação agressiva (autoritária) e passiva (permissiva) perante atitudes dos filhos (Montadon, 2005).

Os agentes informais têm que ter em conta fatores de risco para mudança comportamental do aluno, nomeadamente, a desorganização e desunião familiar (Simões et al., 2008), composição familiar (quantidade de filhos e ou membros constituintes), as suas características peculiares (casada, solteira, divorciada, viúva, habilitada, educada, formada, instruída, etc.), as classes e culturas a que pertencem (Montadon, 2005), a

pobreza, condição habitacional, a falta de expectativa e incentivo familiar; os constituintes familiares e comunitários devem focar nas suas crianças, e garantir ao lado destes, uma “vida coletiva e de coesão, relações de intercâmbio e objetivos comuns” (Capul & Lemay, 2003, p. 9).

De igual modo, os agentes formais (como pode ser o caso do educador social) também têm um papel importante para desincentivo ao abandono escolar. Estes, através de estabelecimento de ambiente motivacional junto ao aluno (Robertis, s.d.), traduzido em audição e escuta ativa, empática e autêntica (Oliveira & Freire, 2009), devem primeiramente investigar os fatores de riscos específicos (ambiente doméstico anterior, a interferência grupal, parental e do género) (Guimarães et al., 2018), isto é, os fatores tais como psiquiátricos, sociológicos, económicos e culturais (Capul & Lemay, 2003), podem estar associados ao desenvolvimento de trajetórias de risco e conseqüentemente ao envolvimento em práticas antissociais persistentes (Guimarães et al., 2018).

Depois de diagnosticar e perceber a origem do problema, os agentes formais devem intervir para desenvolver e promover as estratégias socioeducativas de carácter instrumentalista no espaço formal e não formal, com propósito de autonomizar o indivíduo socialmente (Fernández, 1999, citado por Díaz, 2006), ter mais senso de responsabilidade, ganhar mais expectativas (educacionais e de carreira), adquirir mais compromisso com instituições de ensino, reconhecer e almejar os seus objetivos, e por fim, garantir a integração académica e social (Robbins, 2004; Tinto, 1993; Silva et al., 2017).

Para finalizar este capítulo, recorreremos aos pontos de vista dos entrevistados, que, entretanto, realçam a escola como sendo uma organização educativa que para além de se dedicar ao ensino e aprendizagem, também está virada para a educação para a cidadania, para o desenvolvimento da própria sociedade, evitando assim, que certos alunos se afastem e se envolvam em práticas pouco aceitáveis pela sociedade.

O seu propósito, através dos seus envolventes, neste caso, podendo ser Educadores Sociais, é conhecer e fazer levantamento das dificuldades da própria sociedade, regional, local; conhecer os pontos fracos e fortes das localidades e elaborar planos estratégicos que promovam o seu desenvolvimento.

Atualmente, com os apoios disponibilizados pela família, os pais, a sociedade civil, direção das escolas e diretores de turmas, Programa Mães Carentiadas, PNASE, Programa de Ação Social Escolar, ARCAR, Casa dos Pequenininos, Caritas, entre outros,

há mais atração dos alunos ao espaço escolar, diminuindo assim, o abandono escolar. Contudo, os organismos públicos, por intermédio de parcerias interdisciplinares (nomeadamente, introduzindo a figura do Educador Social, cuja formação lhe permite desenvolver uma ação socioeducativa estruturada do ponto de vista metodológico e técnico) precisam evitar o abandono escolar recorrendo aos aspetos fundamentais: segurança da própria organização, envolvimento de todos na causa sociedade, criação do ambiente favorável, garantia de sucesso escolar, e criação de políticas que evitem a deambulação das crianças nas ruas.

3.5. Subdesenvolvimento local

Concernente a subdesenvolvimento local, os entrevistados definem como sendo a falta de desenvolvimento na sociedade, ou seja, pouca atenção às necessidades básicas e secundárias, nomeadamente, saúde, escola, formação, energia, água e saneamento. Tais necessidades básicas registam-se pelo facto de: não haver quadros suficientes para proporcionar o desenvolvimento desta determinada região e, em geral, do país; faltar mão de obra qualificada para transformar o produto bruto em útil; ausência de campanhas de sensibilização que foquem e chamem a atenção para construção e melhoramento de habitação, mudança e melhoramento da educação e formação, garantia da alimentação, saúde, vias de acesso, salubridade, iluminação pública”, etc.

Da mesma forma, o subdesenvolvimento local é entendido como sendo a falta de parcerias, consórcios, arranjos produtivos locais, redes, outras variações interorganizacionais, escolarização, abandono escolar, entre outros. Quando as comunidades ficam aquém do desenvolvimento, o que se traduzirá em poucas competências coletivas e individuais, principalmente numa era considerada global, e que exige, dos membros comunitários e das partes interessadas, cada vez mais um assumir de responsabilidades (Goulart, 2006).

A pouca valorização cultural e importância societal (Verhelst, 1992, citado por Martins, 2002), bem como o decréscimo de taxas de crescimento e indicadores económicos condiciona o progresso comunitário e promove privações, aflições e sofrimentos dos membros comunitários (Harvey, 1998, citado por Martins, 2002).

Quanto às comunidades em estudo (Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes) e a situação de subdesenvolvimento local, os entrevistados afirmaram que a satisfação de necessidades e desenvolvimento das mesmas, passa pela modernização do setor piscatório (isto é, transformar-se em pesca industrializada) através da concretização de projetos assertivos (Membro comunitário); realização de campanha de sensibilização focada nos bairros litorais com enfoque para aumento de autoestima (Vereador A); tendo em conta tratem-se de zonas consumistas, pesqueiras, periféricas, com outro tipo de cultura (Diretor L); melhoria e diversificação de educação e formação; criação de espaço de diversão e integração social (Aluna curso noturno); implementação da bolsa família (apoio financeiro do Estado aos familiares dos alunos), resultante da criação de rubrica no orçamento de estado que atenda a situação de vulnerabilidade escolar e situações de pobreza, de forma a evitar que os jovens comecem a trabalhar precocemente nas diversas áreas, nomeadamente, agricultura, comércio de rua e/ou pesca; solicitação à Câmara que faça um levantamento das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, de modo a apoiar os seus filhos, quer com transporte, quer com o apoio financeiro, mas a condição, é mantê-los na escola (Diretor E); criação de mais instituições que se preocupem com os alunos em situação de abandono escolar, que acompanhem diretamente o aluno e a família (Presidente A); que apoiem e acolham as crianças que perdem seus entes queridos (Vereador A).

3.6. Pistas para reflexão e sugestão para minimização do abandono escolar (agentes formais e informais)

A análise da informação recolhida permite estabelecer algumas linhas para reflexão, tendo em vista a minimização do fenómeno do abandono escolar.

Como se viu, o abandono escolar é uma questão complexa para a qual contribuem diferentes fatores sociais, económicos e culturais. Em São Tomé e Príncipe, assim como em outros lugares, a abordagem para minimizar o abandono escolar pode envolver uma combinação de estratégias formais e informais.

Algumas pistas para reflexão sugerem que as autoridades responsáveis, envolvendo os diversos agentes e atores educativos, entre os quais as comunidades locais, devem dar particular atenção a diferentes dimensões socioeducativas. Sobressai da análise feita que:

- 1- Os Pais devem estabelecer diálogo aberto e franco com os seus educandos, abordando entre outras questões, assuntos escolares e práticas educacionais e comportamentais.
- 2- Os agentes formais, docentes, devem facilitar a consciencialização dos pais, familiares e amigos, no que respeita os cuidados a ter diante dos indivíduos (por exemplo: em situação de abandono escolar, ou que engravidaram precocemente);
- 3- As escolas e encarregados de educação terão que ter mais atenção com os alunos, os seus problemas pessoais, sociais e financeiros, e implementar estratégias que venham a diminuir a taxa de abandono escolar que, como se viu, atualmente é cerca de sete por cento, aumentar a taxa de aproveitamento escolar principalmente no primeiro nível de ensino (primeira a quarta classe).
- 4- A partir deste estudo, sobressaem evidências que o Estado e os parceiros de desenvolvimento local (associações comunitárias e outras organizações não governamentais) terão que trabalhar no futuro próximo na concretização de escolaridade mínima obrigatória, na abertura de mais escolas vocacionadas para formação extraescolar, isto é, centralizadas na alfabetização e atividade de aperfeiçoamento e atualização cultural e científica.
- 5- Tendo em conta o papel que a DEJA desempenha junto aos jovens que abandonam estudos, torna-se urgente adequar esta instituição à realidade moderna e global, com instalações físicas, equipamentos móveis e imóveis, leque de cursos e formações para os alunos em situação de abandono escolar, a fim de conseguirem uma adequada inserção profissional.
- 6- Vocacionar a DEJA para a matéria de abandono escolar, disponibilizando apoios que atendam as necessidades parentais específicas, como por exemplo, na área financeira, profissional e pessoal, isto é, que facilitam subsídios sociais e empréstimo bancário, ajudando deste modo, os indivíduos a aumentarem autoestima e a encontrarem um emprego digno e compensatório, garantia e satisfação no trabalho.
- 7- Ajudar os alunos na matéria de educação cívica e moral, capacitação profissional e realização dos seus projetos individuais, que se traduzirá na contribuição positiva para o desenvolvimento da sua comunidade.

8- É responsabilidade de todos, escola, comunidade e família, agir sobre os impactos negativos de violências escolares e de más relações entre os alunos, escola, comunidade e família, e conseqüentemente, o abandono escolar.

9- Chamamos atenção dos docentes e não docentes, e dos gestores escolares, embora tenham sido considerados por parte dos inquiridos como elementos importantes que preveem e evitam a desistência escolar, devem continuar e primar constantemente na sinalização dos indivíduos em situação de abandono escolar e ou que demonstram vontade de abandonar a escola.

10- Apelamos que o estabelecimento de sessões de diálogos abertos e francos podem e devem ser acompanhados por uma equipa multidisciplinar que enquadra os pontos de vistas dos Educadores Sociais (agentes socioeducativos), tendo em conta o papel fundamental destes no desenvolvimento de metodologias e no acionamento de técnicas adequadas às especificidades e complexidade das situações que envolvem a situação de abandono escolar e trabalho infantil, e centrado na mediação, isto é, no acompanhamento, na monitorização e na avaliação de indivíduos, grupos e comunidades, com o propósito de promover a inclusão social.

11- Considerar a figura do Educador Social como agente de mudança e promover a sua inserção em equipas de trabalho multidisciplinares afigura-se-nos de grande importância, porque ajudará os indivíduos não apenas na situação escolar como também na situação pessoal, ambiental e social (nomeadamente, situação relacionada ao insucesso escolar e reprovações, faltas escolares, violências escolares, problemas de foro familiar, problemas financeiros, más relações consigo próprio e com os outros (problema interpessoal), baixa autoestima, drogas, sexos, prostituição, entre outras situações).

12- Os Educadores sociais devem preparar aos alunos um ambiente acolhedor, ser os primeiros testemunhos e polos identificadores, trabalhar na perspectiva de mudança dos seus comportamentos e das perspectivas das suas famílias sobre o lugar da escola na vida de cada indivíduo, bem como conseguir diminuir as inquietações individuais e sociais demonstradas.

13- Para isto, é necessário criar e executar programas específicos de formação e atualização de conhecimento para professores e demais técnicos da educação, uma vez que se identificam situações de pouca motivação e preparação para a função que desempenham.

14- Partindo das evidências do desenvolvimento doutras sociedades, o Estado, setor privado, as comunidades e as famílias devem fomentar inclusão dos indivíduos nas decisões gerais e de grande importância das comunidades e do Estado, para ajudar na dinamização da *sociedade*, onde cada um contribuirá com seu saber ou exemplo de vida para desenvolvimento do país, tornando o exemplo positivo, de forma a evitar desta feita, a velha frase popular e cada vez mais propalada: *o país já tem dono, estudar p'ra quê?*

15- Garantir o desenvolvimento comunitário e Estatal, através do trabalho focado nos e com os membros dos bairros litorais e rurais, de forma a melhorar os seus aspetos e aumentar a sua autoestima. Quanto aos bairros litorais, uma aposta na pesca industrializada, em vez da atual artesanal, através de projetos de grande envergadura, ajudará os seus membros comunitários em matéria financeira e, conseqüentemente, contribuição de mais impostos para o Estado, construção e melhoramento das suas habitações, colmatação de necessidades, nomeadamente as primárias, e aposta na educação e formação dos seus filhos.

16- O Estado santomense e parceiros de desenvolvimento devem primar por cuidado mais acompanhado junto às comunidades de Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes, tendo em conta tratem-se de localidades dependentes de economia virada ao mar, e de forma artesanal, que basicamente se traduz na sobrevivência dos seus membros comunitário.

Em síntese, considerar a existência de fortes desigualdades socioeconómicas, que podem contribuir para o abandono escolar, sendo necessário considerar a distribuição de recursos educativos bem como constrangimentos e oportunidades de acesso em diferentes regiões do país; considerar o acesso limitado a recursos educativos, como equipamentos, material didático e material escolar, pois pode contribuir para o abandono escolar, sendo premente desenvolver estratégias nacionais e locais para melhorar o acesso a recursos fundamentais aos processos de ensino-aprendizagem; considerar a qualidade do ensino, sendo fundamental a melhoria da oferta formativa, nomeadamente no que respeita à formação de professores, aos métodos de ensino e, também, aos equipamentos e às infraestruturas escolares; considerar formas de envolvimento dos pais/famílias/encarregados de educação na vida escolar dos alunos e na escola – ainda que seja da maior importância promover a educação em casa, devem também ser pensadas formas alternativas de colmatar eventuais lacunas neste aspeto uma vez que, em São Tomé e Príncipe quanto mais recuarmos nas gerações menor é o nível de escolaridade e, conseqüentemente,

maiores as dificuldades em apoio concreto às crianças e jovens nos diferentes níveis de escolaridade; levar em linha de conta a cultura e as tradições locais, que também têm impacto na educação, refletindo sobre a importância de integrar práticas culturais na educação formal e compreender as especificidades culturais dos alunos e famílias.

Conclusão

Os resultados expostos levam-nos a concluir que conseguimos alcançar o objetivo geral antes levantado: compreender as causas e efeitos de abandono escolar para as crianças, os adolescentes, jovens e adultos e bem como o seu impacto nas comunidades das Praias (Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes).

Neste trabalho científico, percebemos que os inquiridos já ouviram falar de abandono escolar, sabem do que se trata, preocupam-se com quem está em situação de abandono escolar ou demonstram vontade para enfrentar este fenómeno.

Podemos concluir que embora os inquiridos tenham abandonado a escola há muito tempo, ainda se sentem muito mal com tal situação. Esta demonstração de sentimento diante do inquiridor e de outros membros comunitários, é reveladora da importância que os mesmos dão a escola, aos estudos, à educação e à formação, e o papel a desempenhar junto a escola no sentido de acompanhar os educandos, diminuir a taxa de abandono escolar e aumentar a taxa de aproveitamento escolar.

Os participantes deste estudo reportaram-nos variadíssimas razões que levam os alunos a abandonar a escola, ou seja, a interromper o ano letivo ou os estudos. Entre essas razões, consta: falta de apoio familiar, más relações entre os alunos e os membros familiares, problema pessoal, insucesso escolar, gravidez na adolescência, currículo pouco atrativo, situações e assimetria regionais, alcoolismo, violências, a condição financeira dos pais, dos familiares bem como dos alunos que por sua vez podem ser pais, trabalhadores e responsáveis pela sua educação.

Percebe-se que os inquiridos respondem afirmando que estes fatores têm a ver com o problema dos professores, da justiça do país e da família, porque atualmente vê-se o abuso sexual dentro da família. Eis razão que a família deve acompanhar as suas crianças, procurar que as crianças se ocupem com a formação da vida e com o projeto da vida.

Uns dos fatores escolares que também levam os indivíduos a abandonar a escola relaciona-se com determinadas disciplinas, como a matemática e português. Quanto a estes condicionantes escolares, percebe-se que os indivíduos chamam atenção para criar e executar programas específicos de formação e atualização de conhecimento para professores, que indiquem as metodologias apropriadas para lidar com as disciplinas em causa, que incentivem na elaboração de planos de aulas diárias, e que motivam os

professores e os levem a exercer a sua função com mais resiliência e, nalguns casos, responsabilidade.

Partindo das ilações tiradas deste estudo, importa lembrar que não basta apenas formações e mais formações, quando se sabe que os gestores, os docentes e não docentes trabalham em regime e de forma precária, auferem um salário precário, o que, em muitos casos, os pode levar a exercer de forma menos cuidada as funções confiadas junto aos alunos e comunidade.

Perante estas razões, na nossa perspetiva, consideramos importante que os Educadores sociais na qualidade dos agentes formais e ao lado dos outros técnicos devem trabalhar e mediar em conjunto no devir, aqui e agora, e aumentar a autoestima dos indivíduos (neste caso, dos alunos), trabalhando para o seu empoderamento, procurando não apenas prevenir as situações de desvio dos caminhos que vão ao encontro do abandono escolar, como também, uso de drogas e outras substâncias ilícitas, prática de sexo e prostituição infantil, trabalhos forçados.

Percebemos que existem os normativos:

- Lei Base do Sistema Educativo, que assegura o direito à educação a todos os santomenses, de forma obrigatória, gratuita, sem prejuízo do concurso das escolas particulares e cooperativas, garante educação de qualidade ao indivíduo que se encontra no sistema ou fora dele, assegurando a eliminação do analfabetismo e a escolaridade.
- Regulamento 3/2006, regulamento dos estudantes afetos ao ensino educativo público de São Tomé e Príncipe, que faculta a continuação dos estudos, no curso diurno, das alunas que engravidam precocemente, evitando assim, o agravamento do abandono escolar nas diferentes escolas e liceus nacionais.

Com este estudo, percebemos que a não diminuição significativa da taxa de abandono escolar:

- poderá desencadear situações difíceis para indivíduos, levando estes ao trabalho precoce e precário (de pouco rendimento e representação), à marginalização social;
- os indivíduos poderão ganhar gosto pelo consumo de drogas ilícitas, deixar de trabalhar, adquirir doenças de foro psicológico, pessoal, social e financeira, e muitas vezes, conhecer a morte precoce;
- levará ao subdesenvolvimento local, pois, o indivíduo em situação de abandono escolar apresenta a falta de conhecimento, pouca base estrutural para se desenvolver

e desenvolver os outros, não conseguindo contribuir eficazmente para a sua localidade, região e país, resultando em falta de quadros formados.

Torna-se necessário o trabalho conjunto e melhorado por parte dos agentes formais e informais na prevenção e diminuição do abandono escolar, ajudar na construção e desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa, contribuindo para o enriquecimento das comunidades e do país.

Percebe-se neste estudo que existe no momento, políticas dos organismos públicos e privados contribuindo na promoção de formação extraescolar, diminuição e prevenção de abandono escolar e empoderamento dos membros comunitários (sinalização e acompanhamentos dos alunos em situação de abandono escolar e vulneráveis, apoios financeiros e materiais). Contribuem de forma positiva, os seguintes organismos: DEJA (Direção Escolar para Jovens e Adultos), Programa de Ação Social Escolar, o Programa Mães Carenciadas, PNASE, ONG - ARCAR, ONG - Casa dos Pequenininhos, ONG – Carita, FNUAP, PNUD e UNICEF, Associações dos Estudantes, Individualidades Locais, Associações dos Moradores, Programas Sociais das Câmaras Distritais (em particular, os da Água Grande).

Este trabalho académico leva-nos a reconhecer a importância da DEJA e o papel que desempenha junto aos jovens que abandonam estudos, tornando-se assim a esteira que facilita à educação, formação e instrução, mesmo com inúmeras dificuldades à realidade moderna e global: falta de instalações físicas, equipamentos móveis e imóveis, falta de oferta de cursos conferentes de graus e de formações profissionalizantes para aqueles em idade escolar e fora da idade considerada de referência para cada ciclo de estudos, bem como para alunos em situação de abandono escolar, a fim de conseguirem uma adequada inserção profissional.

Concluimos que os pais e instituições acima citadas, estão a trabalhar para minimizar o abandono escolar em São Tomé e Príncipe, para ajudar alunos em matéria de educação cívica e moral, capacitação profissional e realização de projetos individuais, que, por conseguinte, se traduzirá na contribuição positiva para o desenvolvimento da sua comunidade.

Como vimos neste trabalho, o desenvolvimento sustentável refere-se à capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. O fenómeno do abandono escolar corresponde

a um desafio que pode afetar negativamente o desenvolvimento de uma sociedade, uma vez que este depende do desenvolvimento do capital humano e o abandono escolar representa uma perda significativa desse capital, pois limita o acesso a conhecimentos e a competências. Por outro lado, o abandono escolar está associado a desigualdades sociais e económicas; uma distribuição desigual de oportunidades educativas pode perpetuar ciclos de pobreza, criando disparidades que comprometem o desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. Também no que respeita à empregabilidade e crescimento económico está estabilizado na literatura que os indivíduos com níveis mais baixos de educação enfrentam maiores desafios na obtenção de emprego e, conseqüentemente, o abandono escolar pode limitar a capacidade de uma sociedade desenvolver uma força de trabalho qualificada, assim como dificultar que as metas de desenvolvimento sustentável sejam alcançadas.

Outro aspeto a salientar reporta à participação cívica, na qual a educação desempenha um papel fundamental ao formar cidadãos informados, envolvidos e participativos. O abandono escolar pode resultar em falta de consciência cívica e fraca ou nula participação na sociedade.

Também, uma sociedade com elevados níveis de formação está mais preparada para ser inovadora e resolver problemas, sendo o abandono escolar um fenómeno que traz limites à capacidade de enfrentar desafios complexos das sociedades contemporâneas.

Abordar o abandono escolar de maneira holística, considerando as suas causas e conseqüências, é essencial para promover o desenvolvimento sustentável; o que envolve políticas educacionais, sociais e económicas abrangentes uma vez que a educação desempenha um papel central na construção de uma base sólida para o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

Embora este seja um trabalho empírico e prático sobre a temática do abandono escolar nas comunidades de Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes, fica em aberto a possibilidade de pesquisa noutras comunidades e, assim, perceber e relacionar de forma minuciosa as suas causas e possíveis conseqüências, ampliando o conhecimento sobre o impacto do fenómeno para indivíduos e para outras regiões de São Tomé e Príncipe.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, P. & Teixeira, A. R. (2014). Revista Lusófona de Educação, 27. pp.27-41.
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4828/3244>
- Álvares, M. & Estêvão, P. (2012). De que falamos quando falamos de Abandono Escolar Precoce.
https://www.researchgate.net/publication/262258532_De_que_falamos_quando_falamos_de_Abandono_Escolar_Precece
- Almeida, A. N., André, I. M., & Almeida, H. N. (1999). Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, XXXIV (150), pp. 91-121.
- Araújo, L. M. & Galinha, S. A. (2020). Evasão escolar: análise das causas da evasão escolar no Curso Técnico em Administração do PROEJA no Campus Gama do Instituto Federal de Brasília. In M.J. Cardona & E. Linhares (Coords.) Do institucional ao pedagógico: pesquisas e práticas em Administração Educacional, (pp. 73-88). Instituto Politécnico de Santarém - UI_IPS/ESE. ISBN: 978-989-54983-2-
- Azevedo, F. V. M. (2006) Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves” – angicos/RN. *Dominium*, Natal, v. 1, p. 1-38.
- Banco Mundial (2019). São Tomé e Príncipe Quality Education for All Project. Implementation Completion and Results Report.
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/676871580236018535/pdf/Sao-Tome-and-Principe-Quality-Education-for-All-Project.pdf>
- Banco Mundial (2022). Prosperidade para todos os são-tomenses. Prioridades para acabar com a pobreza, promover o crescimento e aumentar a resiliência em São Tomé e Príncipe. Diagnóstico Sistemático do País.
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/337541636634318974/pdf/Sao-Tome-and-Principe-Systematic-Country-Diagnostic.pdf>
- Barbosa, M. G.. (2015). A educação como empoderamento na ótica do desenvolvimento: uma discussão de modelos. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación* eISSN: 2386-7418, 2015, Vol. Extr., No. 4. DOI: 10.17979/reipe.2015.0.04.144
- Braconnier, A., & Marcelli, D. (s.d.). Adolescência e sociedade . In A. Braconnier, & D. Marcelli, *As mil faces da adolescência* . Climepsi.
- Bruno, A. (2014). Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. *Mediações –Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal*. Vol. 2–n.º 2–2014.

pp.2-16. https://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68/pdf_28

Calheiros, M., & Monteiro, M. B. (2000). Mau Trato e negligência: Contributos para a definição social dos conceitos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 145-176.

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (s.d.). Os objetivos de Desenvolvimento do Milénio. https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/objectivos_desenvolv_milenio.pdf

Carta de Política Educativa de São Tomé Príncipe (maio/2012). Ministério da Educação, Cultura e Formação. <https://www.globalpartnership.org/sites/default/files/2012-05-sao-tome-education-sector-plan.pdf>

Capul, M., & Lemay, M. (2003). As mediações educativas. In M. C. Lemay, *Da educação à intervenção social* (R. D. Carvalho, Trad., Vol. 1º). Porto Editora.

Cia, F., Pamplin, R. C., & Prette, Z. A. (2006). Comunicação e participação pais-filhos: Correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. *Paidéia*, 16(35), pp. 395-406. <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n35/v16n35a10.pdf>

Costa, A. F. (2012). Desigualdades globais. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 68 | 2012, <http://journals.openedition.org/spp/650>

Costa, A. F. (2019). *Maus tratos a crianças e jovens: Realidade em São tomé e Príncipe*. Tese de mestrado. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre. <http://hdl.handle.net/10400.26/30421>

Díaz, A. S. (2006). Uma aproximação à Pedagogia - Educação social. *Revista Lusófona*, 7, 92.

Dias, P. C. (2017). *National Geographic e outros: o seu valor na aprendizagem das Ciências (Documentários científicos e aprendizagem)*. Novas Edições Académicas.

Dias, P. C., Hormigo, I., Marques, R., Pereira, A., Correia, C., & Pereira, P. (2017). Análise da implementação do ensino vocacional básico em Portugal nas treze escolas do projeto-piloto. *Revista Interações*, 13(46). <https://doi.org/10.25755/int.13882>. pp. 1-29.

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022. Portugal. Ministério da Educação. <https://ened-portugal.pt/site/public/paginas/introducao-pt-2.pdf>

Ferreira, E. C. S., & Oliveira, N.M, (2020). Evasão escolar no ensino médio: Causas e consequências. *Scientia Generalis*, 1 (2), pp. 39-

48.<http://www.scientiageneralis.com.br/evasaoescolarnoensinomédio:causaseconsequencias>

Fórum das Cidades (s.d.). *Desenvolvimento local de base comunitária*.
<https://www.forumdascidades.pt/content/desenvolvimento-local-de-base-comunitaria>

Gadotti, M. (2012). Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In Proceedings of the 4th.Congresso Internacional de Pedagogia Social
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000200013&lng=en&nrm=iso.

Guimarães, L. C., Franco, M. G., & Bazon, M. R. (2018). Delinquência juvenil e maus-tratos: uma revisão crítica de literatura. *Psicologia - Saberes & Práticas*, 1 (2), pp. 28-37.

Goulart, S. (2006). Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. *Cadernos EBAPE.BR*, 4 (3), pp. 1-15.
<https://www.scielo.br/j/cebape/a/XgpmTKmtHqZSJyyj7r7snKQ/?format=pdf&lang=pt>

Instituto de Apoio e Desenvolvimento (s.d.). Abandono escolar.
<http://www.itad.pt/problemas-escolares/abandono-escolar/>

Kastrup, V. (2000). O Devir-Criança e a cognição contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), pp. 373-382.

Lei 2/2003, de 2 de junho de 2003. *Diário da República nº 7*. São Tomé e Príncipe. Ministério da Educação, Cultura e Formação.
<https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/SERIAL/95145/111918/F1094550940/STP95145.pdf>

Lei 4/2018, de 19 de Fevereiro de 2019. Lei de Bases do Sistema Educativo. Diário da República nº 14. São Tomé e Príncipe. [Repositório Digital do Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe \(gov.st\)](#)

Lima, L. L. & D'Ascenzi, L. (2018). Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local. Editora Metamorfose. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/214554/001068173.pdf?sequence=1>

Marandino, M. (2017). Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? Editorial • Ciênc. educ. (Bauru) 23 (4)
<https://doi.org/10.1590/1516-731320170030001>

Marques, R. (2008). O livro da nova educação do caráter. <https://issuu.com/ese-ipsantarem/docs/o-livro-da-nova-educacao-do-caracte>

- Martins, S. R. (2002). Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *INTERAÇÕES*, 3 (5), pp. 51-59. <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/570/607>
- Mateus, S., Pinho, F. & Amaral, P. (2018). O Projeto Below 10 – prevenir e combater o abandono escolar. *Jornal de Sociologia da Educação*, nº 2, maio de 2018.
- Mendes, S. M. C. (2007). Educação e desenvolvimento: As consequências do abandono escolar precoce na inserção na vida activa. Estudo de caso sobre o ensino básico no concelho de Beja [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2007. Tese de mestrado. <http://hdl.handle.net/10071/1276>.
- Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e as experiências das crianças. *Educação Social*, 26 (91), pp. 485-507.
- Nações Unidas em São Tomé e Príncipe (s.d.). Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos do Desenvolvimento Sustentável. <https://saotomeeprincipe.un.org/pt/sdgs>
- Oliveira, A., & Freire, I. (2009). *Sobre... a mediação sócio- cultural*. Lisboa: Textype, Artes Gráficas.
- Organização de Ricardo Bielschowsky (2000). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL (vol.1)*. Editora Record.
- Pappámikail, L. (2011). A adolescência enquanto objeto sociológico: Notas sobre um resgate. In *A adolescência enquanto objeto sociológico: Notas sobre um resgate* (pp. 81-99).
- Plano Nacional de Desenvolvimento (2017-2021). Um crescimento acelerado, redutor da pobreza e protetor do ambiente. <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/STP/PND%20STP%202017-2021.pdf>
- Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2020-2024). <https://financas.gov.st/phocadownload/Planeamento/publicacao/Plano%20Nacional%20de%20Desenvolvimento%20Sustentavel%20-%20STP%20-%202020-2024.pdf>
- Parlamento Europeu (2011). Reducing early school leaving in the EU. Directorate General for Internal Policies. Policy Department: structural and cohesion policies. https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2011/460048/IPOL-CULT_ET%282011%29460048%28SUM01%29_EN.pdf
- Ragageles, R. I. (2013). *Caracterização da relação entre maus-tratos e delinquência e das crenças sobre a violência em jovens do concelho de Moura (Dissertação de mestrado)*. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6224/1/2013_Ragageles%2c%20Rute%20I..pdf

- Relatório Nacional Voluntário (2022). São Tomé e Príncipe.
<https://saotomeeprincipe.un.org/pt/217963-relat%C3%B3rio-nacional-volunt%C3%A1rio-2022>
- Robertis, C. (2011). Metodologia da intervenção em trabalho social. In A. D. Carvalho, *Educação e trabalho social* (pp. 58-105). Porto Editora.
- Satrústegui, K. U. (2013). Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mau-desenvolvimento e pósdesenvolvimento: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: Um enfoque multidimensional*. 1 (1), pp. 34-69. periodicos.unb.br
<https://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/14373/12685>
- Sá, T.(2020). Transições e Vulnerabilidades. Da parentalidade:algumas considerações gerais sobre o laço parental e filial. Comunicação pessoal.
- Sebastião, J. (2009). Violência na escola: Uma questão sociológica. *Revista Interações*, 13, pp. 35-62
- Serrano, G. P. (1993). Técnicas de investigación en educación social: Perspectiva etnográfica. In J. S. (Coord.), *El Educador Social* (pp. 277-311). El Taller, Ingramur, S. L.
- Silva, J., Dias, P. C., & Silva, M. C. (2017). Fatores de influência no processo de evasão escolar em três cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. *Revista da UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 5 (3), pp. 6-21. Obtido em 17 de 06 de 2020, de <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14522/10907>
- Simões, M. C., Fonseca, A. C., Formosinho, M. D., Dias, M. L., & Lopes, M. C. (2008). Abandono escolar precoce: Dados de uma investigação empírica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 42-1, pp. 135-151.
- Soares, T. M., Fernandes, N. S., Nóbrega, M. C. & Nicolella, A. C.. (2015). Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. *Educ. Pesqui.* 41 (3) • Jul-Sep 2015 • <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201507138589>
- Sousa, M. j., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. Factor.
- Sousa. L. M. e Galinha, S. A. (s.d.). Evasão Escolar: Análise das Causas da Evasão Escolar no Curso Técnico em Administração do PROEJA no Campus Gama do Instituto Federal de Brasília. pp. 73-88. <http://hdl.handle.net/10400.15/3192>

- Sousa, C. M., Theis, I. M., e Barbosa, J. L. A. (2020). Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, pp. 169-302. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4. <https://doi.org/10.7476/9786586221695>.
- Souza L. R. (2018). O subdesenvolvimento e as políticas para superação da pobreza na América Latina. *Leituras de Economia Política, Campinas*, (27), pp. 41-55.
- Vázquez-Barquero, A.. (2000). Desarrollo endógeno y globalización. *EURE (Santiago)*, 26(79), 47-65. <https://dx.doi.org/10.4067/S02507161200000790003>
- Vázquez-Barquero, A.. (2009). Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis. Apuntes del CENES, Colombia, v. 28, n. 47, p.117-132, jun. 2009. <https://www.redalyc.org/pdf/4795/479549575007.pdf>

ANEXOS

Anexo 1 - Guião de inquérito por entrevista

Caro cidadão ou cidadã:

No âmbito de desenvolvimento da Dissertação de Mestrado (trabalho final do curso), cujo tema proposto é *Abandono escolar em São Tomé e Príncipe: Uma causa fundamental na base do subdesenvolvimento local*, vimos desta forma solicitar a vossa participação nesta entrevista para que possamos compreender as causas e efeitos de abandono escolar para as crianças, os adolescentes, jovens e adultos e bem como o seu impacto na sociedade santomense, e nas comunidades mais vulneráveis.

Esta entrevista é dirigida aos responsáveis do Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe, ao representante do Sindicato dos Professores e Educadores de São Tomé e Príncipe, ao representante da Associação dos Estudantes de Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe, ao aluno de curso nocturno, ao representante do poder local de Água Grande e aos líderes comunitários das localidades de Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes.

Relembramos que a sua participação é anónima e confidencial, e que todos os dados recolhidos desta investigação serão guardados em sítio próprio do Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior da Educação, do Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe e da Agência de Proteção de Dados de São Tomé e Príncipe, pelo que agradecemos pelas suas respostas.

Grelha orientadora:

Blocos e Temas	Objetivos	Questões orientadoras
Bloco 0 Explicação da razão da entrevista Consentimento	Identificar o investigador; Identificar a instituição do ensino; Apresentar tema da investigação;	<ul style="list-style-type: none">• Chamo-me Evaldo da Graça da Cruz• Estou a investigar para Escola Superior da Educação – I.P. Santarém• O meu estudo é sobre <i>Abandono escolar em STP: Uma causa</i>

informado da entrevista		<i>fundamental para subdesenvolvimento local</i>
Bloco 1 Caraterização sociodemográfica do entrevistado	Recolher informações de âmbito sociodemográfico do entrevistado.	<p>1.1.Qual a sua idade?</p> <p>1.2.Qual é o seu sexo?</p> <p>1.3.Qual é o seu estado civil? (solteiro, casado divorciado ou viúvo)</p> <p>1.4.Qual é a sua habilitação literária? (Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Superior...)</p> <p>1.5.Qual é a sua atual morada?</p> <p>1.6.Qual é a sua profissão?</p>
Bloco 2 Abandono escolar	<p>Conceptualizar a temática o ‘‘abandono escolar’’.</p> <p>Descrever a experiência de vida que relaciona ao indivíduo que manifesta(va) a vontade de abandonar a escola.</p> <p>Identificar alguns fatores relacionados a desistência escolar.</p>	<p>2.1.Já alguma vez ouviu falar de abandono escolar?</p> <p>2.2.O que é para si o abandono escolar?</p> <p>2.3.Qual é ou foi a sua reação diante do indivíduo que manifesta(va) a vontade de abandonar a escola?</p> <p>Atualmente, São Tomé e Príncipe regista uma taxa de abandono escolar que ronda 7%. Um valor mais baixo em relação a 9,3% de 2015/16, 10,3% de 2016/17 e 12,2% de 2017/18.</p> <p>2.4.Que fatores podem estar por detrás de tanta desistência escolar? Ou seja, o que levam os alunos a desistirem da escola?</p> <p>2.5.De todos os fatores citados por si, qual/quais do(s) condiciona(m) mais o abandono escolar?</p>

	<p>Conhecer os possíveis fatores que mais elevam ao abandono escolar.</p> <p>Relacionar o abandono escolar com “n” fatores de âmbito <i>intro e extra pessoal</i>.</p>	<p>Alguns autores relacionam o abandono escolar com a violência juvenil, uso de drogas, gravidez na adolescência e trabalho infanto-juvenil.</p> <p>2.6.O que acha disso?</p>
<p>Bloco 3</p> <p>Prevenção de abandono escolar e promoção do desenvolvimento local</p>	<p>Cita as estratégias a adotar que contornem os possíveis fatores sugeridos e promovem interesse escolar.</p> <p>Relacionar o impacto dos fatores sugeridos para a problemática abandono escolar.</p> <p>Citar algumas consequências para os alunos que abandonam a escola.</p>	<p>Alguns autores relacionam o abandono escolar a/ao: a) abuso sexual, b) violência escolar, c) mau aproveitamento escolar, currículo escolar desajustado à realidade local, d) fraca capacidade professoral, e) mau acompanhamento e comportamento familiar para com os alunos, f) mau acompanhamento e comportamento dos membros comunitários para com os alunos, g) mau comportamento dos membros grupal para com os alunos, h) mau acompanhamento e comportamento dos membros escolares para com os alunos, i) desestruturação, composição e classe familiar, etc.</p> <p>3.1.O que acha sobre cada um dos pontos?</p> <p>3.2.Quais as consequências para os alunos que abandonam a escola?</p> <p>3.2.1. Que impacto tem essas consequências na vida pessoal e social dos alunos?</p>

	<p>Descrever o impacto dessas consequências na vida pessoal e social dos alunos.</p> <p>Conhecer algumas políticas dos organismos públicos e privados para prevenção do abandono escolar e consequentemente a promoção escolar e desenvolvimento local.</p> <p>Perceber a importância das políticas dos organismos públicos e privados, implementadas em São Tomé e Príncipe, que visavam diminuir a prática de abandono escolar, aumentar a formação extra-escolar, estimular o desenvolvimento local e desincentivar a delinquência e criminalidade.</p> <p>Entender o grau de preocupação da instituição do entrevistado com os jovens em situação de abandono escolar.</p>	<p>3.3. Conhece algumas políticas dos organismos públicos e privados para prevenção do abandono escolar e consequentemente a promoção escolar e desenvolvimento local?</p> <p>3.3.1. Pode citar alguma(s)?</p> <p>3.4. Que reflexão faz das políticas dos organismos públicos e privados, implementadas em São Tomé e Príncipe para diminuição da prática de abandono escolar, aumento de formação extra-escolar e consequentemente para estimulação do desenvolvimento local e promoção das atividades não informais e de pouco rendimento, e que desincentivam à delinquência e criminalidade?</p> <p>3.5. A sua instituição tem algum contato/relação com outras instituições que se preocupem com jovens em situação de abandono escolar?</p> <p>3.5.1. Se “sim”. Qual é a importância dessa relação para a prevenção do abandono escolar?</p> <p>3.5.2. Qual é a importância dessa relação para a promoção escolar?</p> <p>3.6. Que procedimentos, segue a sua instituição para identificar indivíduo que manifesta vontade de abandonar a escola ou se encontra em situação de abandono escolar?</p>
--	--	--

	<p>Descrever a importância das relações entre as instituições para prevenção do abandono e promoção escolar.</p> <p>Citar os procedimentos adotados pela sua instituição que identifiquem indivíduo que manifesta a vontade de abandonar o ambiente escolar ou se encontram em situação de abandono escolar.</p> <p>Citar o tipo de apoio e acompanhamento prestados pela instituição do entrevistado.</p> <p>Caracterizar o apoio e acompanhamento disponibilizados pela instituição do entrevistado.</p>	<p>3.7. Que procedimentos segue, a sua instituição para ajudar na reintegração do indivíduo fora do sistema educativo?</p> <p>3.8. Há algum tipo de apoio e acompanhamento disponibilizados pela sua instituição ao indivíduo que manifesta vontade de abandonar a escola ou se encontra em situação de abandono escolar?</p> <p>3.9. Que tipo de apoio e acompanhamento são disponibilizados?</p> <p>3.10. Como considera o apoio e acompanhamento disponibilizados pela sua instituição? (Numa escala de suficiente e ou insuficiente) Porquê?</p>
--	--	--

	Explicar as razões desses apoio e acompanhamento disponibilizados pela instituição do entrevistado.	
Bloco 4 Subdesenvolvimento local	<p>Conceptualizar o subdesenvolvimento local.</p> <p>Perceber a relação existente entre o abandono escolar e subdesenvolvimento local.</p> <p>Indicar o impacto do abandono escolar para as comunidades, principalmente as de Cauê (concretamente, Malanza, Ponta Baleia e Porto Alegre).</p> <p>Indicar os caminhos a seguir para erradicar o abandono escolar e incentivar o desenvolvimento local.</p>	<p>4.1.O que é para si o subdesenvolvimento local?</p> <p>4.2.Qual é a relação entre abandono escolar e subdesenvolvimento local?</p> <p>4.3.Qual é impacto de abandono escolar para as comunidades, principalmente as de Água Grande (concretamente, Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes)?</p> <p>4.4.Do seu ponto de vista pessoal e institucional, que estratégias a adotar (caminhos a seguir) para erradicar o abandono escolar e incentivar o desenvolvimento local?</p>
Bloco 5 Questões do entrevistado, sobre entrevista	Facilitar ao entrevistado colocar algumas questões sobre o assunto da entrevista.	<p>5.1. Espaço aberto para o entrevistado colocar algumas questões ou falar sobre o tema da entrevista.</p> <p><i>(Coloque questões ou fale de algo que se escapou durante a entrevista).</i></p>
Bloco 6 Agradecimento	<p>Informar ao entrevistado da transcrição da entrevista.</p> <p>Aproveitar o momento para agradecer mais uma</p>	<p>6.1. Informação sobre a transcrição da entrevista.</p> <p>6.2. Muito obrigado.</p>

	vez da disposição do entrevistado.	
--	------------------------------------	--

Anexo 2 – Entrevistas transcritas

- **Caraterização sociodemográfica dos entrevistados**

Contaram para enriquecimento deste trabalho, a participação de 6 entrevistados, sendo 1 aluno de curso noturno, 1 Presidente da Associação Estudantil, 3 Diretores (1 de escola e 2 das direções ministeriais) e 1 Representante dos membros comunitários. Destes, 50% são do sexo feminino e outro 50% do sexo masculino, com idade compreendida de 17 a 56 anos.

- **Abandono escolar**

2.1. Já alguma vez ouviu falar de abandono escolar?

Quando perguntado aos entrevistados se alguma vez já ouviu a falar de abandono escolar?

A resposta não tardaram a chegar:

Todos os entrevistados disseram que “sim”. O outro foi mais longe afirmando que é um dos fenómenos que mais se depara na sociedade santomense e que atinge transversalmente todas as comunidades

2.2. O que é para si o abandono escolar?

A interrupção do ano lectivo por parte de um aluno durante o período escolar, chama-se o abandono escolar (entrevistado 6 – Vereador A). É também entendida como sendo “a ausência de uma criança no ambiente escolar, sobretudo em idade escolar. Segundo a convenção do direito das crianças, todos os alunos em idade escolar são abrangidos pelo sistema escolar. Quando um aluno em idade escolar simplesmente abandona por motivos pessoais ou outros, chama-se abandono escolar” (Entrevistado 1 – Diretor E). Este fenómeno envolve apenas “os estudantes que matriculam, ingressem no ensino e por razões diversas são impossibilitados de continuar os seus estudos” (Entrevistado 2 – Diretor L). Ou seja, é quando um aluno ou uma aluna que se encontra inscrito no estabelecimento escolar deixa de estudar e exercer atividade escolar por diversos motivos” (Entrevistados 3 e 4 – Presidente A e Aluno Curso Noturno).

Para entrevistado (Membro Comunitário), a saída dos alunos no ambiente escolar pode acontecer desde o “1º ciclo até o 2º ciclo, do ensino básico e secundário”, devido muitas

vezes a “fraca condição financeira dos pais como também dos familiares, a perca humana do pai, da mãe,

2.3. Qual é ou foi a sua reação diante do indivíduo que manifesta(va) a vontade de abandonar a escola?

Diante do individuo que manifesta vontade de abandonar a escola, os entrevistados abaixo comportam assim:

Sinto-me triste, porque estudar é muito bom, porque se conseguires estudar, consegues ajudar quem um dia te ajudou (Aluno curso Noturno). Mas, primeiro tento saber “o motivo pelo qual o indivíduo pretende o abandonar a escola, procurar saber quais são as causa e tentar ajudar de alguma forma” (Presidente A), ou seja, conhecer as reações que levaram o indivíduo a abandonar a escola, identificá-las, e “junto a ele e mostrá-lo o melhor caminho, uma vez que abandono não seria a resolução do problema pela qual vive e apresenta” (Vereador A). E “quando se trata de um caso desses, nós conversamos com a criança, pedimos que os pais vêm a escola para esta conversa, se for questões secundárias da família, nós ajudamos. Queremos que os alunos na idade escolar estivessem na escola. O que posso dizer é que nós ajudamos, apoiamos, nós muitas vezes através do departamento da Acção Social Escolar” (Diretor E). “A nossa intenção é tentar ajudar, dar uma mão para que continuem os estudos e ultrapassar os problemas” (Diretor L), estar junto a escola, neste caso, as escolas Básicas de Praia Gamboa e Aeroporto, para colaborar no sentido que abrissem “a porta de oportunidade para garantir a esses alunos o mínimo que é a conclusão dos seus estudos” (Membro Comunitário).

Atualmente, São Tomé e Príncipe regista uma taxa de abandono escolar que ronda 7%. Um valor mais baixo em relação a 9,3% de 2015/16, 10,3% de 2016/17 e 12,2% de 2017/18.

Entrevistas sem tratamentos:

2.4. Que fatores podem estar por detrás de tanta desistência escolar? Ou seja, o que levam os alunos a desistirem da escola?

E – Diretor E

A desistência pode estar relacionado com questões familiares, com currículo pouco atrativo, com situações ou a simetria regionais, basta lhe dizer que uma criança que conclua a sua sexta classe em Anselmo Andrade, nem sempre ela tem possibilidade de prosseguir em Água Izé, basta lhe dizer que temos uma área chamada artes visuais, é lecionada em liceu nacional, e neste ano para Liceu Maria Manuela Margarido, imagina uma criança que tem capacidade para fazer esta área e vivendo no distrito longínquo, não é, não lhes deixam outra alternativa, ou muda para outra área ou simplesmente desistem. Mas dizer-lhe que comparativamente a anos anteriores, neste já. A partir de 2018, melhorou-se muito no que se toca ao abandono. O currículo pouco atrativo também leva ao abandono. Sabe que o nosso público alvo é jovens, e são muito imediatista, quer terminar 12º (quer concluir os estudos) e trabalhar, então muitas vezes lamenta o currículo pouco atrativo, e assim encaminhamos-lhes para uma área profissional e profissionalizante, um curso de dupla certificação, o que ajudará a exercer uma função com mais qualidade.

E – Diretor L

Como já disse, o abandono escolar está relacionado com diversos factores, até que falei que o problema essencial é da família, pois existem outras questões como a gravidez precoce, alcoolismo, drogas, situação financeira, motivação pessoal, parental e ou familiar, e outros problemas conjunturais.

E – Presidente A

São diversos factores podem estar por detrás de tanta desistência escolar, primeiramente a depressão, porque não se fala sobre isso, mas é um dos motivos que faz com que os alunos deixam de estudar, também a questão familiar é muito importante, por exemplo a desestruturação familiar e bem como da pessoa na sociedade também leva ao abandono escolar. Outros factores lidado a adolescência, a violência também implicam no abandono escolar.

E – Aluno Cursos Noturno

Também pode ver, ou há mãe que não tem como de em termo colocar as crianças nas escolas; também há crianças que abandonam a escola depois de entrar vícios de namoro;

há crianças que não tem como. Essas crianças que abandonam a escola porque não tem como é diferente, já aquelas que abandonam por causa de namoro, estão erradas.

E – Membro Comunitário

Sendo uma zona piscatória, os factores principais, muitos aproveitam da condições financeiras dos pais e inclinam mais para pesca. Já outros é porque não ter apoio financeiro, tendo em conta a forma como o país se encontra, a situação em que o país se encontra realmente, estamos a ver o que é de lamentar, essas famílias desfavorecidas, sem condições para manter os seus filhos nas escolas.

É o que vejo como líder, o abandono tem a causa em duas ou três vertentes, primeiro, pais que não têm condições de garantir a continuação dos estudos, segundo, pelo facto de estamos numa zona piscatória, e as pessoas inclinam mais para pesca e ganhar dinheiro mais cedo e com maior facilidade, ainda faixa etária de 10 a 12 anos, de forma a sustentar a vida. Eis as razões que fazem com que as pessoas abandonam os estudos.

E – Vereador A

Em termos de factores podemos destacar mais a questão familiar, o não acompanhamento por parte das famílias, isso também proporciona ao abandono escolar. Outros factores têm a ver com a condições sociais da própria família, muitas vezes a família tem a dificuldade proporcionar um prato quente aos seus filhos, e eles as vezes vão a busca de outras formas de sobrevivência, o que lhes impede em certos momentos de poder frequentar a escola.

Mas o factor familiar, no meu ponto de vista é uma das causa de abandono escolar.

2.5. De todos os fatores citados por si, qual/quais do(s) condiciona(m) mais o abandono escolar?

E – Diretor E

De todos os factores referidos, o que mais leva a abandono escola é a pobreza familiar. Somos um país em que muitas gentes a sair de país, quer dizer a emigrar. Ao saírem para Gabão, Portugal, Angola, outras partes do mundo muitas as vezes as crianças ficam com

a avó, e nem sempre a avó tem recursos para que as crianças continuem os estudos, outros aspectos, é seguimento. Devido acompanhamento, nem sempre a avó conseguiria fazer. outra questão prende com o facto de família não ter meios, e depois da sexta classe a criança é retirada da escola para seguir uma aérea de arte. E ainda assim através acção social escolar, temos conseguido resolver em grande parte o problema do abandono escolar. - isto quer dizer que o Ministério da educação tem um sector da Acção social escolar? - sim. E já que tocaste no sector de acção social da educação, este sector está organizado, estruturado? - está organizado e estruturado para atender a esta demanda. E para atender a esta demanda necessário se torna ter um valor peculiar, uma rubrica no orçamento do estado. O que sector tem, tem feito face a essa situação.

E – Diretor L

Como disse e muito bem é a família. Enquanto a família não ter condições para sustentar as necessidades de um educando, estes podem sair da escola para busca do outro meio a fim de garantir a sua sobrevivência.

E – Presidente A

Acho que por parte das meninas, o que mais condiciona é a gravidez na adolescência, e muitas delas abandonam a escola por causa da gravidez, e por parte dos rapazes, é mais a motivação, eu acho que a escola não oferece aquilo que eles querem, então abandonam e entram mais rapidamente no ramo de trabalho em vez de concluir os estudos.

- No caso dos rapazes, o abandono escolar é para busca do primeiro emprego? - Exatamente.

E – Aluno Curso Noturno

Para mim, por minhas palavras, hoje em dia há umas crianças também que mesmo com ... ou como posso dizer, muitos abandonam a escola porque não tem como (devido a situação socioeconómica da família), ...

- Pode ser as condições financeiras ou familiares? – Sim, sim.

E – Membro Comunitário

Mais é quando uma criança perde a peça fundamental, que é a pessoa que lhe pode dar de tudo, como por exemplo, um pai ou uma mãe.

E – Vereador A

É a situação social da família...

Alguns autores relacionam o abandono escolar com a violência juvenil, uso de drogas, gravidez na adolescência e trabalho infanto-juvenil.

2.6.O que acha disso?

E – Diretor E

Essa relação tem tudo a ver. Basta dizer que a gravidez na adolescência/precoce também conduz ao abandono escolar. Mas, nós, no nosso regulamento 3/2006, que é o regulamento das escolas secundária, este aspecto foi retirado, porque tínhamos uma cláusula que dizia que todas as alunas grávidas no ambiente escolar fossem para curso noturno. Mas essa cláusula foi retirada. Hoje as alunas grávidas, mesmo estando grávidas, continuam os seus estudos no curso diurno. A nível do ensino secundário a questão do abandono escolar não põe mais o problema de gravidez na adolescência, tem a liberdade de continuar a estudar, todavia, caso por questões pessoais as alunas queiram desistir, mas a maior parte continua nas escolas. Basta dizer que, nós temos a nível do Liceu um ou outro caso das alunas grávidas, temos a nível do Liceu Men xinhô, temos a nível de Ribeira Afonso, temos a nível da Escola Secundária de Desejada, temos a nível de Liceu Maria Manuela Margarida, a nível do Liceu do Príncipe.

Há casos de gravidez, mas não é assim tão grave para o sistema, conseqüentemente o abandono escolar.

- Quer dizer que a gravidez na adolescência não é obstáculo para abandonar a escola?

– Não. Já não é obstáculo.

- Quanto ao fenómeno de uso de droga?

- Para dizer que o fenômeno de uso de droga, embora que diga de passagem um fenômeno que tem que ver com as escolas, mas não é um fenômeno muito presente nas nossas escolas. Existem sim uns caso ou outros, mas propriamente as drogas lícitas. Levam a lata de sumo que em vez de está sumo, está uma outra coisa. Por isso que agora, revistamos as pastas dos alunos logo no início das aulas. Proibimos o uso de qualquer bebida, e objetos cortantes, mas sim simplesmente cadernos, lápis ou seja materiais exigidos para a formação que se encontram.

Há casos de alunos que são por exemplo de Guadalupe, em que as famílias têm plantados as folhas antigas ou "de liamba", e os mesmos levam para escola. Embora reconheçamos que quando as drogas estão presente, podem levar ao abandono.

Mas como eu dizia: nem a questão da gravidez, nem a questão da droga, e nem a questão da delinquência juvenil, para a nossa sociedade se opõe ao abandono escolar.

E – Diretor L

A questão de gravidez precoce, violência doméstica, drogas, é questão muito parcial, porque a própria Direção do Ensino e Ministério da Educação têm feitos um trabalho por excelência, através de sensibilização das crianças, da direção, uma sinergia de forma para mudança de comportamento. Isso tem surtido efeito e tenho visto isso na escola. Portanto, a questão da juventude no que se toca as ambições, pois, quer ter um bom telemóvel, já insere um outro aspecto que deve envolver a família, porque a família deve acompanhar os seus filhos, impedindo que eles refugiem para esses campos.

- Quanto ao abuso sexual - o abuso sexual, como já disse é um problema da justiça do país e da família, por que hoje em dia vê-se o abuso sexual dentro da família. Eis razão que família deve acompanhar as suas crianças, procurar que as crianças se ocupem com a formação da vida, com o projeto da vida, porque quando não tem isso, eles têm a tendência de se refugiar para outros lados. Por isso digo que maior problema é mesmo família e, outros problemas são problemas que nós podemos encontrar solução através de ONGs, e outras organizações.

E – Presidente A

Acho que todos estes factores influenciam muito para o abandono escolar, como por exemplo, a gravidez na adolescência, em que os alunos sofrem bulling por isso, o trabalho

infanto-juvenil tem acontecido na família, principalmente quando a família não tem uma base, uma estrutura que favoreça ao aluno, de modo que o mesmo não entre em depressão, e sai da escola. Caso contrário, tudo isso faz com que o aluno perca a motivação ou procurar motivação noutros lugares.

E – Aluno Curso Nocturno

Eu acho que eles estão errados, porque os alunos devem pegar na escola como uma coisa séria e certa, uma vez que poderá garantir o teu futuro, então as pessoas que abandonam a escola por causa de drogas, e outras coisas. Eles estão errados.

Eles deveriam encerrar estudo como uma coisa que amanhã depois irá garantir o seu futuro. Através de estudo, podes ser alguém na vida.

E – Membro comunitário

Como sou alguém que faço parte da igreja, ganhei mais conhecimento com uma juíza que estava a passar alguns saberes para as crianças de catequese, ela focou nesses assuntos e fiquei muito satisfeito com aquelas situações, principalmente quando falava da gravidez na adolescência, como sendo uma das causas que eleva ao abandono escolar.

Fora disso, há necessidade de reverter a nossa educação, uma vez que muitas crianças precisam de ser muito mais séria, o que ajuda a permanecer nas escolas.

E – Vereador A

Quando falamos de abandono escolar podemos ver para uma duas ou três vertentes de abandono escola, porque há uma faixa que ainda não está muito relacionado com abandono escolar com uso de drogas, gravidez na adolescência, essas coisas. Essa taxa é muito mais reduzida. Mas temos uma outra taxa dos seus 14, 15 anos que abandonam devido a gravidez precoce, que também, e por conseguinte é uma taxa muito elevada no nosso país. Sabemos que quando uma moça vai dar a luz, é claro que terá que dedicar ao filho.

Depois temos o abuso sexual, que em parte relaciona, há crianças que depois de sofrer de abusos sexuais, ganha um certo receio pelo ambiente escolar.

Estes factores, como por exemplo o abuso sexual, fazem criar na criança um certo receio, impedindo a interagir socialmente. Estes autores que consideram estes aspectos, considero de leal.

Esses aspectos considerados vigoram na nossa sociedade.

Alguns autores relacionam o abandono escolar a/ao: a) abuso sexual, b) violência escolar, c) mau aproveitamento escolar, currículo escolar desajustado à realidade local, d) fraca capacidade professoral, e) mau acompanhamento e comportamento familiar para com os alunos, f) mau acompanhamento e comportamento dos membros comunitários para com os alunos, g) mau comportamento dos membros grupal para com os alunos, h) mau acompanhamento e comportamento dos membros escolares para com os alunos, i) desestruturação, composição e classe familiar, etc.

3.3.O que acha sobre cada um dos pontos?

E – Diretor E

O abuso sexual é um fenómeno que começa a aparecer nas nossas escolas, mas não é representativo. Temos casos de alunos e alunas mas fora da escola, são caso mais familiares, também temos casos de professores com alunos. Nesse momento temos casos apenas na escola da Desejada. Temos Caso de abuso sexual entre o professor e aluno, mas o professor já foi suspenso e caso está entregue ao Ministério público e Inspeção geral da Educação Escolar.

- Violência escolar) - O Fenómeno bulling não se encontra apenas nas escolas de europa, como também nas nossas, mas não com grande relevo como se diz, é apenas um caso ou outro entre os alunos, e um dos palcos desses acontecimentos é o Liceu nacional, onde por exemplo uma aluna que bofeteou a colega, depois ele age com o mesmo. Mas ambos foram suspensos e já fizeram as pazes. Dizer que a questão da violência prende-se muitas vezes com um meio social da criança, a própria aculturação, entre outros. Sabe-se que a criança vive muito dependente da internet, isto é com tipos de filmes que vê, das agressões que vê, e isto muitas vezes condicionam a mente das crianças. Mas ainda assim, a nível

das nossas escolas temos o conselho disciplinar, quando há um ou outro caso esporádico, o conselho disciplinar reúne, analisa o nível da violência. Além da advertência, a essas parte coletiva que simplesmente para levá-los a corrigir. Mas não tão frequente a violência, embora existem uma caso ou outro.

- O mau aproveitamento escola - um professor que acha que dá muitas negativas aos alunos também condicionam ao abandono escolar. O nosso sistema de avaliação é sistêmico e progressivo. Isto quer dizer que logo ao entrar, o aluno passa por uma validação diagnóstica, que possibilita conhecer as potencialidades do aluno no que se toca a disciplina que ele vai estudar. E assim o professor trabalha lacunas para que o aluno possa suprir essas dúvidas provavelmente ditas.

Depois começa as avaliações propriamente ditas, avaliem e devem avaliar no fim de cada unidade curricular/didática. Avaliação formativa, que mede o progresso para corrigir as diferenças no que toca as aprendizagens, e é isto que tem feito. Para além da formativa, temos feito a sumativa que depois para nota do período. É bom ter cautela que mau aproveitamento pode levar ao abandono. E assim, temos criado condições para aulas com alunos com dificuldades de aprendizagens, e conseguimos ultrapassar estas dificuldades. Mas como sabe, ainda estamos no primeiro período, simplesmente concluímos o primeiro período, depois houve essas situação do aumento da pandemia, mas tudo está a ser feito para que retomemos o segundo período e possamos suprir lacunas que se prendem com as avaliações do primeiro período.

- Currículo escola - Tem que ver com o meio, basta dizer-lhe que ensinar a mesma coisa que um professor ensina aqui no Distrito de Água Grande à um aluno do Distrito de Lembá ou Cauê, compreende-se logo a defasagem que existe, a dificuldade de um aluno desses distritos quando comparado com o de Água Grande, mas, ainda assim, é o mesmo currículo e professor tem que ter a capacidade mesmo lá no Distrito de Cauê ou Lembá, levar o aluno a aprender como ele faria se estivesse a lecionar em Água Grande.

- As zonas piscatórias? -Essas zonas têm uma característica muito própria, primeiro porque como dizia ao longo da entrevista, chega ver caso em que aluno prefere ir à pesca em vez da escola, há caso em que uma aluna abandona os estudos para ter uma cesta na cabeça, a fim de vender seu peixe, ou apoiar a sua mãe ou familiares próximos. Para esses casos, a escola tem tido uma relação mais próxima/direta com a comunidade. A escola tem que privilegiar a escola, família e comunidade, não é. Esta relação tem que ser saudável para que o aluno aproxima ou venha a escola, e felizmente a escola tem conseguido. Mas, ainda assim, caso há em que passa a situação do abandono. A ideia não

é apenas conversar com os pais, mas também com os líderes comunitários no sentido de os levar para escola, porque é o direito que tem em aprender ler e escrever.

E – Diretor L

A questão de gravidez precoce, violência doméstica, drogas, é questão muito parcial, porque a própria Direção do Ensino e Ministério da Educação têm feitos um trabalho por excelência, através de sensibilização das crianças, da direção, uma sinergia de forma para mudança de comportamento. Isso tem surtido efeito e tenho visto isso na escola. Portanto, a questão da juventude no que se toca as ambições, pois, quer ter um bom telemóvel, já insere um outro aspecto que deve envolver a família, porque a família deve acompanhar os seus filhos, impedindo que eles refugiem para esses campos.

- Quanto ao abuso sexual – O abuso sexual, como já disse é um problema da justiça do país e da família, por que hoje em dia vê-se o abuso sexual dentro da família, eis razão que família deve acompanhar as suas crianças, procurar que as crianças se ocupem com a formação da vida, com o projeto da vida, porque quando não tem isso, eles têm a tendência de se refugiar para outros lados. Por isso digo que maior problema é mesmo família e outros problemas são problemas que nós podemos encontrar solução através de ONGs, e outras organizações.

-Mau aproveitamento escolar- O abandono escolar é o resultado de mau aproveitamento escolar, como por exemplo a questão de o professor colocar aos alunos muitas faltas, e se ele falta muito, perde a vontade de estudar, perde a assimilação das matérias, ele desmotiva e acaba por desistir. Portanto o abandono escolar é resultado do insucesso escolar.

-Currículo escolar desajustado – Era necessário ser reajustado, porque houve uma revisão curricular em 2010, no âmbito da escola mais, atualmente em relação ao currículo anterior, era mais pesado, mais exigente, mais acessível, o que precisa é de um reajuste de conteúdos programados, e tudo era preciso fazer uma revisão curricular para que as matérias seja bem dadas e ensinadas aos alunos.

-Frac capacidade professoral – No meu ponto de vista o que falta é a formação dos professores, a formação contínua, há necessidade que os professores possam atualizar mais, desenvolver-se mais.

Mau acompanhamento e comportamento familiar – No mau acompanhamento e comportamento familiar também têm reflexo na abandono escolar, porque desliga automaticamente a família da escola, sendo assim, traz um desconhecimento total da situação dos alunos, o que pode provocar o mau desenvolvimento ou aproveitamento escolar do aluno.

-Membros comunitários internos e externos – Damos uma palavra positiva aos membros comunitários internos, já comunidade externa, é mais difícil, agora estamos a tentar aproximar à escola os ONGs, a Camara, as pessoas individuais no sentido estarem mais atentos as preocupações dos alunos, porque sem engajamento deles, também traz o abandono escolar.

-Grupos de alunos – Dou nota dez aos grupos dos alunos, principalmente a associação dos alunos da escola onde faço parte, porque tem desenvolvido um trabalho muito ativo, participativo, exemplar, fazendo com que os alunos aproximem mais à escola, através de debate, sensibilização, palestra. Eles sensibilizam para questão de gravidez precoce, tudo deles tem um papel muito preponderante na escola.

E – Presidente A

Esses factores influencia de que maneira,

-Abuso sexual- Este fator depende também da proteção, muitos alunos que sofrem o abuso sexual, abandonam a escola talvez por ter uma gravidez indesejada, ou por motivação pelo facto de sofrer o abuso sexual assim perderá a motivação de continuar. Há professores que assediem as alunas, isto também contribui para aumento do abandono escolar.

-Uso de drogas – Isso é mais por parte dos rapazes, acontece por parte dos certos rapazes, as vezes consomem bebidas alcoólicas e drogas, isto acabar por alterar o seu estado psicológico, perdem atenção nas escolas, e isto acaba também por influenciar o sucesso escolar/baixo aproveitamento. Aluno já tem péssimas notas e ainda com um comportamento inadequado, já não sentem vontade de ir à escola, e pensam que tudo já está acabado.

- Currículo escolar desajustado – Nessa realidade que estamos a passar muitos alunos não estão a acompanhar tudo que estão a dar, os alunos não estão a adquirir conhecimento mas sim adquirir matéria para fazer teste, e não para levar à universidade. O que pode levar a fraco aproveitamento e consequentemente o abandono escolar.

- Fraca capacidade professoral – Os professores estão formados para dar a aula, embora muitos professores não lecionam as matérias de forma que os alunos compreendam, porque há alunos que compreende melhor com os professores, outros com os colegas, então isso depende dos professores e do próprio aluno. Então professor tem buscar a forma de fazer os alunos aprenderem e dar atenção numa turma de 60 ou mais alunos.

- Mau acompanhamento e comportamento familiar para com os alunos – Isso influencia muito, principalmente quando não há uma atenção especial na vida de um aluno, então isso desmotiva e leva ao abandono escolar.

- Mau acompanhamento e comportamento dos membros comunitários – Para isso, não influencia tanto como noutros factores, como vejo em casos desses que falei, pode ser que aconteça, mas..

- Mau acompanhamento dos membros grupais – Isso também pode acontecer, se um grupo de amigos que tem indivíduo que abandonou a escola, também pode influenciar outros a abandonar a escola também.

E – Aluno Curso Noturno

-Abuso sexual – Também, as vezes também influencia. Para mim, vejo que se trata de uma coisa errada, em que as pessoas mais velhas envolvem com as crianças.

-Violência escolar – Também é errado, eles deveriam lidar como se fossem um irmão, eles deveriam se abraçar, porque a escola somos uma família, isso sim que eles deveriam ver, vê-los como se fossem uma família.

-Mau aproveitamento escolar – Acho que não. Os pais devem lutar mais um pouco de forma que os seus filhos se esforcem mais, melhorando as suas notas e não vêm mais tarde abandonar a escola. Porque a escola é a base de educação, eleva à educação.

-Currículo escolar desajustado à realidade – Acho que não. Para mim é bom, vejo que uma criança, seja ela de Praia Gamboa pode e deve aprender a mesma coisa que uma criança da cidade. O que uma criança de cidade aprende é bom que a criança da Praia Gamboa possa aprender.

-Fraca capacidade professoral – Em termo de escola, deveria ter mais paciência com as crianças, porque nem todas as crianças não têm a mesma capacidade de aprender. Assim sendo, o professor deveria ter mais paciência com as crianças.

-Mau acompanhamento e comportamento pais para com os alunos – Também é errado, quando é assim, da parte dos familiares, os professores deveriam chamar os pais para pudessem conversar acerca das suas crianças e o comportamento que os pais demonstrem diante deles, de forma a poder mudar dessa forma de agir.

-Mau acompanhamento e comportamento dos membros comunitários – Há família que quando a criança tenta abandonar escola, eles esforçam para que as crianças continuem, dizendo, apelando sempre: ‘vai à escola, porque estudar é bom, é a forma de adquirir conhecimento, e assim poderás ser homem ou mulher de amanhã,...’ e por vezes há criança que ouve e vai à escola. Há criança que quando está “assim-assim”, não se preocupe com a escola, e não vai querer estudar mesmo. Ou seja, não se interessa mesmo com a escola.

-Acompanhamento e comportamento dos membros escolares – Também pode ser, se as pessoas que estão na escola não têm um bom comportamento com as crianças, as crianças fogem e caba por abandonar a escola.

E – Membro Comunitário

-Abuso sexual – só tenho que dizer que é muito triste, é lamentável, o que tem estado a acontecer em São Tomé e Príncipe. Não se admite por dia ou por semana o que se tem a constatar acerca de abuso sexual, está de mal a pior. E isto condiciona ao abandono escolar.

-Violência escolar – são muitos problemas que a gente tenta controlar, uma atrás da outra, falamos de abuso, falamos de violência e digo que todos estão numa vertente quase igual. Porque na escola, principalmente na zona onde sou líder comunitário e ainda polícia local,

tem estado a deparar muitas situações de violência, comportamentos negativos perante outros colegas nas escolas, perante os professores, perante a diretora.

-Já que Sr. Está a para de violência escolar, como que tem estado agir para pôr cobro a esta situação?

– A verdade é que já tivemos um encontro com os pais, encarregados da educação, e ainda fiz a Diretora «da Escola Básica de Praia Gamboa» ter encontro com a policia da esquadra de aeroporto de modo a garantir segurança na escola. Neste momento, a Diretora está muito satisfeita com a prestação policial junto a escola.

-Mau aproveitamento escolar – O que vejo disso é que quando as crianças não têm um bom aproveitamento tudo fica por aí, a criança perde o seu ano letivo, e depois de perder o ano lectivo os pais não encorajam para continuar no ano seguinte, e assim sendo, a criança fica por aí, e não terá futuro, nem carreira. Nesas condições, a criança torna-se pessoas perdidas, não consegue controlar nada mais na sua vida, porque os pais e mães não encorajam os filhos para estudarem.

-Currículo escolar desajustado – Não posso falar muito disso, porque não tenho estado a acompanhar no processo da matéria escolar. A minha função é ajudar a preservar a nossa escola, ajudar a garantir uma boa educação.

-Fraca capacidade professoral – Isto em mim, não vejo se está a nível do Ministério da Educação, porque há muitos formados, formandos, há muitos a busca do primeiro emprego, estão a necessitar desse emprego. Mas não sei o que se passa no Ministério da Educação, portanto não posso precisar sobre a fraca capacidade dos professores.

-Mas será que influencia? – Influencia sim, porque vejo que os professores trabalham imenso e sem condições. Não se admite os professores estarem ocupados nos dois períodos durante o dia, logo não terão capacidade para dar respostas adequadas.

-Mau acompanhamento e comportamento familiar – Influencia, porque há alunos que durante o ano letivo não têm acompanhamento dos pais, nem do encarregado da educação, isso fragiliza muito a educação, vejo que é o momento em que os pais deveriam acompanhar os seus filhos para educar e ajudar a estudar.

Mau acompanhamento e comportamento dos membros comunitários – Como sabem todos nós não somos iguais, e mesmo que a gente queira fazer melhor há sempre quem

queira destruir, por isso vejo que também influencia muito. Aqueles que querem fazer melhor são mal recebidos, e é o que nós estamos habituados com ele, e temos que lutar para ultrapassar.

E – Vereador A

Depois temos o abuso sexual, que em parte relaciona, há crianças que depois de sofrer de abusos sexuais, ganha um certo receio pelo ambiente escolar.

Estes factores, como por exemplo o abuso sexual, fazem criar na criança um certo receio, impedindo a interagir socialmente. Estes autores que consideram estes aspectos, considero de leal.

-Esses aspectos considerados vigoram na nossa sociedade? – Sim. Vigoram na nossas sociedade. O que posso dizer que vigoram mais, e é mais marcante na nossa sociedade, é uso de drogas. Mas em termos de violência juvenil, gravidez na adolescência, trabalho infantil também, esses factores, são menos.

-Mau aproveitamento escolar – Quando não há aproveitamento escolar, ou seja aproveitamento escolar satisfatório, os alunos têm a tendência de abandonar.

-Curricular escolar desajustado a realidade – Não coloco isso como um dos elementos fundamentais, pelo menos com a nossa realidade. Coloco muito bem os currículos, mas não é lá grande factor para condicionar ao abandono escolar.

-Fraca capacidade professoral – Este factor depende muito em algumas classes, no meu ponto de vista o ensino básico e 1º ciclo, este factor é chave para levar ao abandono escolar. É a fase em que aluno lida muitas vezes apenas com um professor e se ele tiver dificuldade de estabelecer laços afetivos e escolares com o professor, devido a sua fraca capacidade professoral, então poderá abandonar.

-Mau acompanhamento e comportamento familiar – Como já disse anteriormente, esse é um dos elementos que promove o abandono escolar, porque os alunos precisam de acompanhamento e os pais pensam que estão na escola, mas não passa duas três semanas. Há ainda pais que fisicamente agredem os alunos, como consequência, os alunos escondem e nunca mais voltam para escola.

-Mau acompanhamento e comportamento dos membros comunitários – É um dos factores que hoje em dia tem estado a reduzir, nós outrora, tínhamos aquela coisa de “Kinté Glánji”, e as pessoas idóneas natural da localidade que davam vozes aos nossos filhos e hoje com o desaparecer desses tipos de culturas, estamos a registar uma sociedade cada vez mais pobre. Mas anteriormente, esses tipos de culturas impediam mesmo para evitar o abandono escolar, isto é os membros comunitários faziam chegar as informações aos encarregados de educação no que se tocam ao comportamento dos seus educandos. Atualmente esse acompanhamento social diminuiu muito, o que contribui para que o aluno abandona escola e optando assim por outros caminhos não aconselháveis.

-Mau acompanhamento e comportamento grupal – Influencia sim. Se caso os meninos estão muito inclinados para atividades como futebol, praias, busca de frutos sazonais, virados mais para estes tipos de acções, com obrigações doutros colegas, então, esses comportamentos induzem ao abandono.

3.4. Quais as consequências para os alunos que abandonam a escola?

E – Diretor E

As consequências para abandono escolar é visível, uma vez que poderá entrar na delinquência juvenil, no uso de drogas, pode muitas vezes envergar para trabalho infantil. O abandono leva muitas vezes a perder as expectativas, a prostituição, tudo isso está relacionado com abandono escolar.

O que nós temos feitos a nível das escolas secundárias, é manter os alunos ocupados, com os estudos, porque também os estudos demonstram que a falta de ocupação levam a todas situações, drogas, delinquência, prostituição, trabalho infantil, entre outros. Por isso estamos a manter os alunos mais ocupados possível, para evitar estes factores e alcançar outras expectativas.

E – Diretor L

As consequências dessa situação, são para o aluno e bem como para o estado. O estado investe nestes alunos, investe nas escolas e para desenvolvimento do país, e quando os alunos abandonam a escola, automaticamente o próprio estado fica a perder, e estes alunos

se refugiarem noutros caminhos, também ficam a perder, podem ser delinquentes, alcoólatras, fazer parte de grupos de drogas, tendo como final a cadeia, ou a perda da vida. Assim sendo, contribuem para a própria sociedade e não para a formação da sua vida. E não é isso que queremos, queremos sim uma sociedade ativa, onde cada um faça a sua parte para o desenvolvimento do próprio país.

E – Presidente A

Primeiramente é a má formação para o sujeito, o aluno que abandona a escola tem a tendência de ir à busca de primeiro emprego, então não terá aquela base, por vezes não vão buscar emprego na área que eles queriam, são mais encaminhados. Muitas pessoas trabalham numa área que eles mesmos não dominam e não têm vocação para tal, e isso condiciona para a construção da sociedade, se a pessoa não tem uma formação adequada claro que não vai contribuir de forma adequada para a sociedade. Então isso influencia para o abandono escolar.

-Apenas a formação para emprego? Pode citar outras consequências? - No ramo da sua família, no ramo pessoal...

E – Aluno Curso Noturno

Os alunos que abandonam a escola, para mim, vejo que não é uma boa coisa, vejo que é triste. A escola faz parte de nós, é uma parte de nós, e que nos ensina muita coisa. A escola é a vida...

-Quais as consequências?

As crianças quando abandonam a escola, podem entrar nos vícios de drogas, podem também entrar no vício de sexo, podem entrar também no vício de bebidas, essas coisas a volta.

E – Membro Comunitário

As consequências são várias. Nota agora para uma menina dos seus 10 a 12 anos de idade, depois de abandonar, ela só tem estes caminhos: gravidez na adolescência, ou entrar no

trabalho infantojuvenil. E isto é bocado triste porque fica sem fazer nada de jeito. Ou ainda pode ficar em casa para fazer todos os deveres domésticos, que não é normal e nem da sua idade, ou talvez pode entrar na peixaria, venda dos pescados.

E – Vereador A

Uma das consequências é ter alunos que não atinge o nível acadêmico desejável, satisfatório, uma outra consequência é ter alunos com dificuldades de entrar amanhã no mercado de emprego, uma vez que as exigências hoje são muito elevadas, quanto mais os alunos tiverem o nível acadêmico baixo, maior será a sua dificuldade no mercado de emprego, ou integração laboral. E assim as consequências serão maiores.

Socialmente já se ouve os alunos a dizerem que se ontem fosse hoje não poderiam abandonar a escola.

3.2.2. Que impacto tem essas consequências na vida pessoal e social dos alunos?

E – Diretor E

Um aluno que deixa de estudar e entra para uma oficina, serração, ele terá que carregar mais de cinquenta tábuas todos os dias, isto só irá dificultar a sua aprendizagem. Ele apenas recebe um gorjeta para sobreviver, e por fim, não chega. Vai levá-lo a uma situação de arranjar esmolas para sobreviver, e quando uma criança se encontra nessa situação, ela entra em situações muito complicadas que sabemos que são. Neste caso o impacto social seria cadeia e não contribuição para sociedade, o desvio comportamental,

E- Presidente A

-A nível pessoal - Quando os alunos abandonarem a escola não terão um primeiro emprego adequado, tem a ver com desenvolvimento próprio da pessoa, formação própria da pessoa, a pessoa não ter aquele conhecimento, aquela base, aquela estrutura para se desenvolver e talvez formar outras pessoas.

-A nível social - Talvez o meio onde se encontra inserido, não seja mais adequado para sua formação, uma vez que abandonou a escola tenta procurar outros meios, outros amigos, outras comunidades para se integrar, logo isso influencia ao abandono escolar.

E – Aluno Curso Noturno

As crianças quando se encontram nessas vidas, as coisas não vão bem, isto é tudo vai correndo errado, erradíssimo, porque se bebe, fuma, entram no vício de sexo, essas coisas assim. Há outras crianças que podem morrer, que podem adquirir doenças de mentes. Vejo que por mim não vão bem, quando abandonam os estudos bem e mais cedo.

-Quanto a sua vida social?

-Nada, nada, pessoas que se encontram nessas vidas, não vão querer trabalhar, nada não dá certo.

-E quanto a tua parte?

-Não entrei em nenhum desses vícios, nem vícios de sexo, mas sim fiquei em casa, porque estive sob cuidado da minha avó, aprendendo as coisas tradicionais de São Tomé e Príncipe. Também tive que ir trabalhar nos bares, nas lojas, e depois com tempo, quando atingi uma idade assim, idade adulta, comecei a estudar a noite até então,

E – Membro Comunitário

Tem um impacto negativo, porque ela não consegue desfrutar daquilo que ela sonhou, uma vez que se trata de alguém que sonhou em ser engenheira, médica, ela vai ver todos os sonhos indo a água baixo.

E – Vereador A

-Na vida pessoal – O indivíduo terá mais dificuldade de ter uma atividade económica de maior rendimento, terá dificilmente uma empregabilidade com maior representação

social, e assim, a sua conjuntura familiar também inclina-se mais para uma conjuntura da pobreza, do que para uma classe média,

-Em termos sociais – É a sociedade que depara pois com mãos de obras de fraca capacidade, intelectualidade, e fracas potencialidades para contribuir para desenvolvimento do país, e o país sai perdendo, tendo pessoas com baixo nível académico.

3.3. Conhece algumas políticas dos organismos públicos e privados para prevenção do abandono escolar e conseqüentemente a promoção escolar e desenvolvimento local?

3.3.1. Pode citar alguma(s)?

E – Diretor E

Sim

Temos assistência social, com programas mães carentiadas, que tem apoiado as famílias de baixa renda, permitindo que ele estudo. Outras políticas privadas seriam por exemplo ARCAR, que tanto recebe os meninos órfãos e dando uma melhor educação. Melhor dizer seguem os meninos os alunos para que eles possam ter aproveitamento escolar. Temos a Casa dos Pequenininos que faz o mesmos, temos a Carita que é a mais antiga. Temos ainda Ministério da Educação com o seu Programa de Acção Social Escolar, que dá respostas face ao abandono escolar.

- Este sector, o de Acção Social, tem tido relações com outras organizações?

- Sim. Há relação direta entre eles,

E – Diretor L

Sim, conheço.

A nível do Ministério não posso indicar. Mas sei que vários projetos para efeito, através de FNUAP, PNUD, eles têm feito vários trabalhos de sensibilizar os alunos para não abandonar a escola. A nível interno, temos feito vários trabalhos para sensibilizar os alunos, para que os mesmos motivem e não abandonam a escola.

E – Presidente A

Sim, conheço alguns.

Existem instituições que fazem palestras que fazem sensibilizações, inclusive com parcerias com a Nossa associação, por vezes aqui na escola, de forma a incentivar, conversar, sensibilizar, tentar ver se tem algum indício ou interesse em abandonar a escola.

E – Aluno Curso Noturno

Pode ser que existe, mas não conheço. Mas conheço um, por exemplo, a iniciativa do Ministério de Trabalho e Assuntos Sociais, "Projeto Mãe Carenciada". Esse projeto também ajuda muito, principalmente com materiais escolares, apoios monetários.

-Para além do estado, conhece algum organismo privado, ou pessoa individual?

Não conheço muito, pode ser que existe, mas a nível individual, conheço algumas pessoas que ajudam com dinheiro, material escolar, por exemplo, Evaldo da Cruz,

E – Membro Comunitário

Há alguns trabalhos de algumas ONG, que tem estado a fazer algum trabalho de sensibilização, oferecer kits escolares, o que me dá muita satisfação em ver essas iniciativas, embora não conseguindo precisar nomes dessas ONGs.

E – Vereador A

A nível do Ministério da Educação, em parceria com diversos parceiros, estão a trabalhar na ótica de melhorar a questão de abandono escolar, e assim tem surtido efeito.

Sáímos de 12 para 7%, isto quer dizer que existe aí um trabalho de casa para melhor e diminuir índice de abandono escolar.

Temos ainda parceria com Unicef, que estão a desenvolver políticas que visam permanecer e ingressar os alunos na escola. Temos ainda a questão de pagamento das matrículas junto aos pais, uma vez que não há condições para efetuá-las. Temos estado também a pagar outras despesas extras dos alunos, como por exemplo, teste, livros materiais escolares, despesas muitas vezes que aparecem já no decorrer do ano letivo. Pagamos para incentivar a permanência nas escolas e evitar e prevenir das zombas por parte dos alunos e ou membros escolares e externos.

Mas atualmente. Tem diminuído essa taxa de pagamento.

-E sua instituição?

A Câmara tem estado a trabalhar com as famílias carenciadas, mesmo no início desse ano letivo, fizemos a inscrição de muitos alunos a nível de todos os níveis de ensino, desde de primeiro nível do ensino básico até último nível do ensino secundário.

Damos também apoio de materiais, para ajudar a estudar, uma vez que muitos pais não têm condições financeiras. Também acompanhamos dia a dia dessas crianças, vamos fazendo como forma de incentivar.

Temos no momento uma boa parceria com Ministério da Educação, em particular com delegado Distrital, que um desses dias, irei abordar sobre o abandono escolar ainda nesse ano letivo, e assim busquemos soluções como forma de dar cobro a esta situação, incentivando os alunos a regressarem a escola, uma vez que estamos a viver um momento difícil, único e transversal.

-A sua organização tem alguma política pública que visa prevenir e ..?

E – Presidente A

Nós primeiramente fazemos sensibilizações, conversamos com os alunos para entender como está a situação deles na escola, principalmente alunos que nos cheguem porque não conseguimos chegar a todos os alunos, normalmente tem alunos que não se sentem a vontade de conversar diante de outras pessoas. Então, o apoio que nós conseguimos a situação do aluno se tem algum interesse de abandonar a escola tentar saber o motivo e assim ajudar para não abandonar.

3.4. Que reflexão faz das políticas dos organismos públicos e privados, implementadas em São Tomé e Príncipe para diminuição da prática de abandono escolar, aumento de formação extra-escolar e conseqüentemente para estimulação do desenvolvimento local e promoção das atividades não informais e de pouco rendimento, e que desincentivam à delinquência e criminalidade?

E – Director E

Todas essas políticas vêm no complemento dos objetivos da ODS, os objetivos 34, tudo isto está dentro, e governo tem tudo isto alinhado. Embora que essa relação não faça fluentemente, mas concorre para uma educação de qualidade, uma vez que não há educação de qualidade com abandono escolar, com situações da violência, delinquência, etc. Tudo isso concorre para promoção, como dizia, para garantir uma educação de qualidade.

E -Diretor L

São reflexões boas, porque essas políticas fazem diminuir a taxa de abandono escolar, aumentando assim a taxa de sucesso escolar. Para nós, é importante que essas acções sejam desencadeadas para efeito do desenvolvimento do ensino educativo.

E – Presidente A

É positivo. Porque muito alunos poderiam estar a abandonar a escola, muitos alunos não estão a abandonar porque tem surtido efeito, converso com alguns alunos e muitos demonstram interesse em abandonar, mas talvez por estarem já em contato com a nossa conversa, não acabam por desistir.

-Quer dizer que atualmente, e com a situação que estamos a viver tem influenciado ao abandono escolar?

– Tem influenciado muito.

E – Aluno Curso Noturno

Para mim eu vejo que são boas iniciativas, em que o organismos público apoia bem como os privados, principalmente para não abandonarem a escola, assim sendo vejo que se tratam de boas iniciativas.

E – Membro Comunitário

Com jogo de interesse que atualmente existe, não sei se positivo ou negativo. Mas de uma forma ou outra o que queremos é melhor para a localidade bem como as nossas crianças, uma política de ajudar a diminuir o abandono escolar nessa faixa etária, através de palestra, sensibilização, ...

E – Vereador A

Devido a crise pandêmica que vivemos, poderíamos fazer mais, principalmente o básico obrigatório. Porque se formos ver o que está na lei, estamos a violar, principalmente ao ensino básico que é obrigatório e gratuito. Isto é que trava os alunos de poderem continuar, a falta de política de proximidade e obediência da lei.

As vezes, resolvemos os problemas escolares dos alunos, mas não sabemos como que lá em casa eles se encontram, então devemos primar pela política social de maior envolvimento.

Temos hoje essa política de “Mãe Carentiada”, em que um dos objetivos é apoiar a mãe carentiada nos aspecto de mãe que tem filho nas escolas como forma de essa verba ser canalizada para alunos que se encontram na idade escolar, e impedindo assim o abandono escola.

Se tivermos uma maior abrangência dessa política poderemos em grande parte contribuir para a melhoria. Na segurança social, com essa politica de mãe carência, existe um maior acompanhamento lá naquela família. Não há apenas acompanhamento nas escolas, como aquilo que professores fazem, mas também existem um acompanhamento na família, um acompanhamento de proximidade.

3.5 A sua instituição tem algum contato/relação com outras instituições que se preocupem com jovens em situação de abandono escolar?

E – Diretor E

Sim tem, até que os meninos muitos deles são a nossa família, a nossa direção tem relação direta com o sector da ação social (ou a direcção da administração social, o sector que dirige), e assim temos estado a fazer o nosso trabalho.

E -Diretor L

Nós temos vários, e quem deveria responder esta questão é associação dos estudantes de liceu nacional, porque estão mais ligados a este tipo de atividade. Eles têm feito muito trabalho para motivação dos alunos, e conseqüente aumentar o número de alunos no espaço escolar. Eles vão a busca sempre de apoio para esses alunos, de vez em quando, uniforme, alguns valores monetários, apoios no passe. Trabalhos com associação dos estudantes neste sentido também. Temos por exemplo uma ONG que declarou o seu apoio para 90 alunos do Liceu Nacional. Esses alunos vão ter acesso a material escolar, sebenta, e ter propina paga. Bem como vês, e sabe, são instrumentos importantes para permanência nas escolas.

E – Presidente A

Sim tem.

Por exemplo, o Ministério da Educação, também se preocupe e nos procure para realização de sensibilizações de forma a minimizar essas situações.

-Para além do Ministério da educação, tem uma outra instituição que vos apoie?

Há outras organizações que nos procurem para fazer palestras e sensibilizações na escola. Também temos a direção escolar principalmente, nos ajuda muito a conversar com os alunos, de modo a tentar entender a situação de forma a prevenir o abandono escolar.

E – Aluno Curso Noturno

-Tens algum contato ...?

Da minha parte, não tenho, mas em termo das pessoas particulares que já vi varias vezes a apoiar as crianças, por exemplo, é Evaldo da Cruz, bem como a nível estatal, é o projeto de Mãe Carenciada, que também ajuda a criança no que se toca aos materiais escolares e géneros alimentícios.

E – Membro Comunitário

Não temos. Nós aqui, na comunidade, optamos mais em termo de estar na zona, e assim não temos associado a qualquer grupo, nós pactuamos somente em ajudar a nossa comunidade

-Não pensa em ter/colaborar com outras instituições?

– Pensamos, mas ainda vimos essa possibilidade para estabelecer acordo de parceria com outras instituições.

E – Vereador

Sim. Temos parceria com Ministério de Trabalho, temos com Unicef, temos também embora um pouco reduzida, com Arcar, e com diferentes ONG's que nos vêm bater a porta como forma de trabalhar e salvaguardar uma boa educação.

3.5.1. Se "sim". Qual é a importância dessa relação para a prevenção do abandono escolar?

3.5.2. Qual é a importância dessa relação para a promoção escolar?

E – Presidente A

A relação é essencial, uma vez que temos essa relação teremos mais pessoas formadas, mais alunos capacitados, mais alunos com a formação e motivação própria para continuar os estudos. Então, é importante termos essas relações para garantir o desenvolvimento do próprio país.

E – Vereador A

Posso dizer que a importância é grande, tendo em conta a consequência do abandono escolar para a nossa sociedade. É verdade que a nossa sociedade tem vindo a ser fustigada com o fenómeno abandono escolar, então essas parcerias são de grande valia para nós como para a sociedade, em particular os alunos.

Para promoção escolar é grande, porque um dos índices do desenvolvimento do próprio país passa pela educação. E quando tivemos um bom índice académico quer dizer que o país poderá crescer muito mais. Então academicamente, quer dizer que vamos ter muitas pessoas bem formadas, educadas, para poder dar respostas adequadas e fomentar o desenvolvimento do nosso país.

3.6. Que procedimentos, segue a sua instituição para identificar indivíduo que manifesta vontade de abandonar a escola ou se encontra em situação de abandono escolar?

E – Diretor E

A nível das nossas escolas, cada turma tem um diretor de turma para conversar com os alunos. Haverá sempre um espaço para essa conversa. O seu papel é envolver com os problemas dos alunos, da escola, . O fulano e tal deixou de vir para escola, nº 15 desistiu , e com essas informações, o diretor de turma informa a direção escolar e a mesma juntamente com os pais, na reunião resolvem os problemas afetos. Na reunião com os pais, põem esta questão, porque associação dos pais é dos indivíduos da comunidade, e a questão é posta, se conhece o aluno tal, e a resposta virá sim ou não. Queremos saber porque o menino deixou de vir para escola e se é possível levar-nos para lá. Assim sendo, um elemento da escola, um secretário docente, ou diretor de turma ou qualquer indigitado, - Os diretores de turma turma têm estado a fazer?

- Sim. têm resultado. embora reconheçamos que não é tal qual como digo. O nosso papel é erradicar o abandono, porque queremos que abandono escolar reduza até um dígito, de 9 para 0.

-Quer dizer que as duas coisas estão a andar juntas?

- Naturalmente. Quer na reprovação quer no aproveitamento. Basta lhe dizer que neste período findo, tivemos uma taxa de abandono na ordem de 12%, uma taxa de reprovação na ordem de 25%, e da gravidez, na ordem de 1,2%. A nossa lógica é erradicar o abandono e diminuir a reprovação. Embora saibamos que são componentes inerentes ao sistema, mas o propósito é diminuir e erradicar.

E – Diretor L

Nos temos vários procedimentos, através da associação, nós chamamos-lhes e eles nos apoia nesse sentido, em termo de sinergia, auscultação, troca de experiência, troca de ideias. Como sabe, quando um aluno fala com outro a informação passa mais rápido. A nível da escola, temos um centro de aconselhamento, em que auscultamos os alunos, conhecemos as dificuldades, e através dessas dificuldades, buscamos a forma de os ajudar. Temos feitos isso, temos tirado muitos alunos nessas dificuldades.

E -Presidente A

No momento temos a metodologia, que é conversar com os alunos. Identificamos os alunos que manifestam vontade ou tem interesse para tal, então procuramos saber o motivo por intermédio de conversa. Então, é mais por conversa com os alunos. Alunos falam que tal fulano quer abandonar, então nós aqui somos praticamente uma família, então uns aconselham aos outros.

E – Aluno Curso Noturno

Já vi muitas crianças, as vezes converso com eles, a perguntar porque não vão a escola, e eles dizem, “devido assado e cozido, ah porque país já tem Dono”.

Em contrário, digo não, não diga isso. A minha conversa é com todos, seja mulher ou homem, converso com crianças, adolescentes, jovens para que possam ir a escola e deixar de falar e possuir-se naquela frase, em que dizem: “ o país já tem dono”. Eles dizem ainda porque não estudam porque não tem como, porque seus pais não lhes ajudaram, porque deram a luz. E digo para que os mesmo possam esforçar, e não ver bebê como entrave para não continuar a estudar. Aconselho a eles, para deixarem bebê com alguém para continuar a estudar. Porque vejo que a escola é muito boa, quando terminas 12º ano, podes fazer uma formação e conseguir um bom emprego, ...

E – Membro Comunitário

Está sempre ligado a direção das escolas, está sempre em sintonia., ir atrás daqueles que pretendem abandonar a escola. Temos e estamos sempre em conversação com a Diretora. Aliás, amanhã possivelmente poderei ter um encontro com a Sra. Diretora, onde irei reforçar essa ideia de modo a prevenir o abandono escolar.

-Que diretor? – A Diretora da Escola Básica de Praia Gamboa, a Sra. Elsa, que chegou recentemente, mas já tem estado a fazer um trabalho de se gabar.

E – Vereador A

Nós, em termos da identificação das pessoas, trabalhamos com os líderes comunitários, agente de saúde comunitária, pessoas que estão em diferentes localidades, mesmos diferentes equipas da nossa instituição, uma vez que temos uma área social que dê respostas para situações dessas, então fazemos diferentes contatos com essas pessoas e comunicamos também de uma forma geral. Quem identificar uma criança que tem esse ou aquele problema, que comunique à Camara, de forma a identificar as suas necessidades e encaminhar para solução desejada, principalmente quando se trata de abandono escolar, tendo em conta as necessidades que achamos ser muito básicas.

3.7. Que procedimentos, segue a sua instituição para ajudar na reintegração do indivíduo fora do sistema educativo?

E – Diretor E

«Respondido anteriormente» (veja resposta da questão 3.6).

E – Diretor L

Para reintegração tem dois caminhos, apoio financeiro e ou material, mesmo assim há outros que abandonam que não temo como dar a volta a situação que vive. Aqueles que conseguimos recuperar, se é por questão de idade, abrimos uma exceção para continuar os estudos. Caso não poderá estudar de dia, preferindo trabalhar para sustentar a família. Nós damos oportunidade de estudar o curso especial, que poderá ser curso noturno que é recorrente, ou Madre Canociana.

E -Presidente A

Quando um aluno ou aluna abandona a escola por questão da gravidez, esperança é reconciliar a vida materna com a escolar, e os alunos que abandonam a escola por questões financeiras ou familiar, encaminhamos para o departamento de psicologia escolar para conversar com os mesmos, porque aqui na escola temos psicólogos. Se ela não sentir a vontade de conversar comigo ou com a psicóloga, poderá conversar com um amigo/colega. Conversamos para trazer as pessoas de novo para escola, para ajudar na formação. Se for o caso dos materiais escolares, procuramos fonte de financiamento juntamente com a direção, e buscar apoio para essas pessoas e reintegrá-los na escola.

-Disseste que o Liceu Nacional tem um Gabinete com psicólogos? Não tem técnicos doutras áreas?

- Fazemos atendimentos rápidos, com psicólogos, mas também com os da outra área, para medir a temperatura, dar medicamentos, isto é, atendimentos para primeiros socorros.

-Não tem técnicos doutras áreas, como por exemplo os sociólogos, socioeducadores?

-Temos muitas palestras nas escolas, e sociólogos vêm para buscar a motivação dos alunos para permanecerem na escola.

E – Membro Comunitário

O procedimento usado é seguinte, ajudar a organizar encontro com os pais, para que possamos estar sempre nas escolas, e mudar sistema da educação nos nosso bairros.

E – Vereador A

Passa na parceria com o Ministério de Educação, dependendo do espaço e tempo que o aluno já tinha abandonado a escola. Mas trabalhamos na política mais de reintegração no início do ano letivo, e esses que abandonam no decorrer do ano letivo, muitas vezes não temos essas informações. Mas, quando está no início do ano letivo, então temos esta preocupação de saber e querer saber quem está fora do Sistema, e assim, ativar mecanismos para reintegrá-los. Por exemplo, este ano fizemos inscrição de três crianças, uma vez que os pais não tinha condições para permanecê-los na escola.

3.8.Há algum tipo de apoio e acompanhamento disponibilizados pela sua instituição ao indivíduo que manifesta vontade de abandonar a escola ou se encontra em situação de abandono escolar?

E – Diretor E

Há.

Para além do programa Ação Social do Ministério, temos Acção Social da Escola. E a título de exemplo, temos caso que damos esferográfica, cadernos, roupas,

E -Diretor L

Há.

Há, de vez em quando, é nas propinas. Nós ajudamos também com manuais escolares.

E -Presidente A

Sim...

Apoiamos com materiais escolares, nem que façamos uma contribuição para comprar os materiais escolares. Outros factores, procuramos outras soluções não apenas vinda da nossa instituição, como outras, Direção da Escola, Ministério da Educação, ONGs, etc.

E – Aluno Curso Noturno

Nunca dei, apenas disponibilizo a conversa, e aconselho para não seguirem o meu exemplo.

E – Membro Comunitário

Oficialmente não, não vou mentir. Nós não temos estado a prestar nenhum tipo de apoio, apenas conversamos, damos moral. Há momento que deparamos com crianças nas praias a fazerem negociação dos pescados, a carregarem pescados para as palaiês, quando deveriam estar nas turmas a estudar.

Por vezes, pedimos a colaboração dos doutros membros e pescadores para ajudar a escola com peixes. Nós recolhemos estes peixes dos pescadores que se encontram nas Praias e enviamos para escolas para confecionar as crianças. Esta é uma forma de patrocinar a escola, consequentemente os nossos alunos. Ainda na semana passada, fizemos isso, nos meses anteriores também.

E – Vereador A

Há...

Maior apoio nosso é material escolar, como por exemplo bata, materiais escolares, calçados, que recebemos doutras instituições e nossas para esses alunos.

3.9. Que tipo de apoio e acompanhamento são disponibilizados?

E – Diretor E

Caderno, lápis, uniforme, roupas, etc.

E – Diretor L

Há, de vez em quando, é nas propinas. Nós ajudamos também com manuais escolares.

E – Presidente A

Os materiais escolares, conversas, etc.

E – Membro Comunitário

Entrega dos pescados para garantir o almoço e lanche escolares. Em menos de um mês, já conseguimos entregar três bacias grandes de pescados. Porque se não fizemos, os alunos podem até abandonar a escola, vemos que há muitos alunos que abandonam os estudos só porque falta almoço nas escolas.

Na nossa comunidade, existem alunos que vão à escola sem ter tomado mata-bicho, e se conseguimos fazer a nossa parte, junto a direção, conseguiremos oferecer um lanche ou almoço as nossas crianças.

E – Vereador A

Maior apoio nosso é material escolar, como por exemplo bata, materiais escolares, calçados, que recebemos doutras instituições e nossas para esses alunos.

3.10. Como considera o apoio e acompanhamento disponibilizados pela sua instituição?
(Numa escala de suficiente e ou insuficiente)

Porquê?

E – Diretor E

Não vamos nos dizer que sejam apoios suficientes, porque gostaríamos de dar muito mais, mas não podemos porque não temos, ou porque acarreta custos. Lembro-me quando estudava, se alguém me desse um caderno, não iria escrever no papel A4, mas sim, ia

passar os apontamentos no caderno como é habitual e devido, e assim conseguiria estudar e prosseguir. Por isso, considero que o apoio é insuficiente, dá caderno ao um aluno, da materiais didáticos, dá uniforme, estaríamos a dar o insuficiente mas considerável.

E – Diretp L

Esses apoios são importantes, porque sem o mesmo não conseguem continuar os estudos. Com apoios, têm a possibilidade de continuar os estudos.

E – Presidente A

Considero de positivo. Porque não é grande coisa, mas é muita coisa. É suficiente, porque a taxa de abandono escolar tem estado a diminuir.

-Porque é suficiente?

-A taxa de aluno que abandona a escola não é lá alta mas tem estado a diminuir.

E – Aluno Curso Noturno

Apenas converso com as crianças para que eles possam voltar a escola e continuar. Como não tenho um outro meio de apoio, vejo que é suficiente.

E – Membro Comunitário

Considero minimamente positivo, mas deveria ser positivo se pudéssemos fazer mais e estamos a lutar para isso.

E – Vereador A

Em termos de apoio, penso que é satisfatório. Quando se trata de apoios materiais, o problema muitas vezes não é apenas por esse apoio. Demos esse apoio para que os alunos estejam e fiquem na escola com mais dignidade, mas o acompanhamento familiar requer

outro tipo de apoio, e nós não estamos em condições de dar este tipo de apoio familiar que gera uma coisa pontual. Mas, nestes casos, trabalhamos com Seguranças Social para dar resposta a essa família, uma vez que se trata de uma família muito carente e que não está abrangido no “Programa Mãe Carentiada”, e assim será ingressado e atendido de acordo as necessidades.

-Nestes momentos têm estado a reencaminhar muitos indivíduos, alunos, famílias, para segurança social?

-Neste momento não. Mas, no início desse ano letivo já fizemos, mas nesse 2020 até dezembro encaminhamos alguns casos, mas com pandemia, paragens da aula, pouca deslocação das pessoas, ainda não fizemos nesse 2021.

Considero suficiente em termos materiais, mas... («parou de falar»).

4.1 O que é para si o subdesenvolvimento local?

E – Diretor E

O país também se mede não pela taxa de abandono escolar como também pela taxa de rendimento. De 100% que entra, teríamos 25% a sair. Um país assim não tem um futuro. O desenvolvimento local é quando um determinado local, zona não tem quadros suficientes para proporcionar o desenvolvimento desta determinada região, em geral país. O subdesenvolvimento é falta de, falta de quadros em altura para desenvolvimento local. Nós dizemos que STP é um país subdesenvolvido porque não tem mãos de obras qualificadas para transformar o produto bruto em útil. Se tirares petróleo um dia, o que vais ver? Quem vem, leva 60%, e nós levamos apenas 40%, porque somos um país subdesenvolvido, com ausência de quadros locais formados para atender estas demandas.

E – Diretor L

O subdesenvolvimento local – para mim é... numa determinada zona, ou região, onde vive pessoa muito precária, com necessidades básicas, nomeadamente, saúde, escola, etc. Quando não tem essas condições, saúde, escola, formação e energia, quando não tem possibilidades de ter esses meios, consideramos de subdesenvolvimento local. Em São

Tomé e Príncipe quase maior parte das zonas são enquadradas nesse volume, nesse pacote de que é subdesenvolvimento local. Ter uma zona enquanto a criança não pode estudar, não tem pequeno almoço, almoço e ou jantar, não é isso, não tem esse ambiente do meio, não tem água, não tem energia, acho que obviamente não está em condições de viver como um cidadão normal.

E – Presidente A

É quando não há desenvolvimento na sociedade...

E – Aluno Curso Noturno

É quando uma localidade não tem energia, água, e mais. Posso dizer que temos um pouco de água, não como pior, quando comparado com a energia. Temos um centro de integração jovem, mas para mim poderia ter mais computadores, essas coisas assim, para que as crianças possam ocupar mais a sua mente. Deveriam criar mais coisas na zona para crianças, e outras pessoas, de forma que as crianças possam distrair mente e não meter nas coisa que lhes não convém, isto é pra não envolver nas drogas, falarem conversas obscenas, essas coisas assim.

-Então, quer dizer que estás a relacionar a falta de energia, água, falta de atividades de tempo livres, com o subdesenvolvimento local?

-Sim.

E – Membro Comunitário

Comparo quando vejo a minha localidade/comunidade a desenvolver na área piscatória, ver alunos a serem formados. Nós temos aqui que já terminaram e nada fazem, não há oportunidade, eu pessoalmente já tenho uma filha que já terminou e não faz nada. Sendo assim, desenvolvimento para mim, é quando vejo tudo isso resolvido, realizado.

E – Vereador A

O subdesenvolvimento local tem a ver com factores que condicionam o próprio desenvolvimento local. Quando dissemos que localmente estamos subdesenvolvidos quer dizer que há muitos indicadores que deveriam estar a um nível de 50% que não estão. Então devemos trabalhar para que esses indicadores atinjam 50% para atingimos um desenvolvimento.

-Como representante local, tem trabalho para melhorar esses índices?

Esses índices são vários, o governo em si, a própria constituição, ou seja muitas vezes como poder central leva o poder local a trabalhar, muitas vezes tira a possibilidades de melhorar alguns índices. Como sabem sobrevivemos de algum valor que o governo central põe a disposição, e muitas vezes quase 80% virado para questões de salubridade, e assim a nossa política centra-se muito na salubridade.

Outros índices que temos que melhorar, não conseguimos, eis razão que tentamos sempre trabalhar com poder central para focar nesse índices.

-Têm trabalhado mais junto a comunidade para melhorar os índices, como habitação, educação, alimentação? E noutros indicadores, não pensam?

-Noutros indicadores em termos da área social, podemos dizer que estamos a dar respostas. No que se toca habitação, damos respostas principalmente para aquelas pessoas que sofrem de incêndio; quanto a vestuários, temos recebidos alguns apoios, principalmente das ONGs portuguesas que nos ajuda a ajudar os moradores necessitados; as vias de acessos, é outra preocupação nossa, mas devido os meios não conseguimos dar respostas; temos também a iluminação pública, e outros.

Para não esquecer da nossa preocupação com primeiros ciclos, a formação que apoiamos constantemente de forma a ter mais jovens mais capacitados para dar respostas as nossas preocupações.

O que não trabalhamos imenso é a saúde. Mas trabalhos na sensibilização e apoio a sensibilização para melhorar a nossa saúde.

4.2.Qual é a relação entre abandono escolar e subdesenvolvimento local?

Existe sim. Porque temos muitas zonas periféricas em STP, em que os alunos preferem dedicar outras atividades em vez de ir à escola, tudo isso devido as condições sociais que têm. Preferem ir à pesca, agricultura, ao campo.

E – Diretor E

O subdesenvolvimento local tem uma relação direta com o abandono escolar, isto porque as pessoas não têm referência, por exemplo, qual é o quadro de Santa Catarina que foi estudar e veio, e continua vivendo em Santa Catarina e ainda é bem sucedido? Este é ou não um factor de atração. O facto de não haver um quadro formado que estudou fora ou no país que é bem sucedido, que é uma referência para o próprio Distrito, faz com as pessoas desistem da escola e vão para outros negócios, lavouras. Se por exemplo ele planta a sua mandioca, dois três meses depois, ele já tem seu tubérculo pra vender e ganhar dinheiro. Já a escola é a longo prazo.

-Também é o mesmo que acontece com a região de Praia Gamboa?

- Naturalmente. porque o senhor vai para Praia Gamboa, encontra jovens pequeninos todos na pesca, e senhor acha que... O que está acontecer hoje...essas coisas coexistem, ele é pescador e ao mesmo tempo estudante.

E – Diretor L

(Não respondeu)

E -Presidente A

O abandono escolar relaciona/condiciona o subdesenvolvimento, normalmente quando um aluno abandona a escola terá uma capacitação fraca, irá faltar um a capacitação própria, e assim ele não vai contribuir para a construção e desenvolvimento dessa sociedade para qual se encontra inserido e também o aluno quando abandona a escola pode optar por outros caminhos, caminhos não ilícitos. Então, isso também faz com que não desenvolvam a sociedade ou local onde está inserido.

E – Aluno Curso Noturno

É quando uma localidade não tem energia, água, e mais. Posso dizer que temos um pouco de água, não como pior quando comparado com a energia. Temos um centro de integração jovem, mas para mim poderia ter mais computadores, essas coisas assim, para que as crianças possam ocupar mais a sua mente. Deveriam criar mais coisas na zona para criança, e outras pessoas, de forma que as crianças possam distrair mente e não meter nas coisa que lhes não convém, isto é pra não envolver nas drogas, falarem conversas obscenas, essas coisas assim.

-Então, quer dizer que estás a relacionar a falta de energia, agua, falta de atividades de tempo livres, com o subdesenvolvimento local?

Sim.

(Resposta da pergunta anterior).

E – Membro Comunitário

São duas coisas diferentes, mas são iguais. Quando há abandono escolar, não haverá o desenvolvimento, então eis as razões que trabalhando com abandono escolar, poderemos evitar o subdesenvolvimento local. Vejo que uma coisa influencia outra, sim.

E – Vereador A

A Água Grande é pequena em termo geográfico mas grande em termo demográfico. No Distrito existe alguns bairros que são complexos.

Anexo 3 – Entrevistas transcritas (resumidas)

2.1. Já alguma vez ouviu falar de abandono escolar?

Quando perguntado aos entrevistados se alguma vez já ouviram a falar de abandono escolar, (questão 2.1), todos os entrevistados responderam que “sim”. E um outro foi mais longe afirmando que é um dos fenómenos que mais se depara na sociedade santomense e que atinge transversalmente todas as comunidades.

2.2. O que é para si o abandono escolar?

Relativamente a conceitualização que têm do abandono escolar (questão 2.2.). Os entrevistados entendem este fenómeno como sendo, a interrupção do ano lectivo por parte de um aluno durante o período escolar, a ausência de uma criança no ambiente escolar, sobretudo em idade escolar, quando um aluno em idade escolar simplesmente abandona por motivos pessoais ou outros, quando os estudantes que matriculam, ingressem no ensino e por razões diversas são impossibilitados de continuar os seus estudos, quando um aluno ou uma aluna que se encontra inscrito no estabelecimento escolar deixa de estudar e exercer atividade escolar por diversos motivos.

Para um dos entrevistados, a saída dos alunos no ambiente escolar pode acontecer desde o 1º ciclo e ou 2º ciclo, do ensino básico e secundário, devido muitas vezes a fraca condição financeira dos pais como também dos familiares, a perda humana do pai e ou da mãe.

2.3. Qual é ou foi a sua reação diante do indivíduo que manifesta(va) a vontade de abandonar a escola?

Diante de alguém que manifesta vontade de abandonar a escola (questão 2.3), as respostas dadas, indicam que os entrevistados se sentiam triste, porque para eles, quando alguém estuda, consegue ajudar quem um dia lhe ajudou. Outros entrevistados disseram que, primeiro, tentam saber o motivo pelo qual o indivíduo pretende o abandonar a escola, procurar saber as causas e tentar ajudar de alguma forma, ou seja, conhecer as razões que levaram o indivíduo a abandonar a escola, identificá-las, e junto a ele, mostrar o melhor

caminho, uma vez que abandono não seria a resolução do problema pela qual vive e apresenta. Já outros entrevistados disseram que prefere conversar e pedir a comparência dos pais na escola, e se for questões secundárias da família, eles ajudam, muitas vezes através do departamento da Acção Social Escolar.

Os entrevistados entendem que a sua função principal é colaborar constantemente com as Escolas Básicas de Praia Gamboa e Aeroporto, e assim ajudar os alunos a continuar os estudos e bem como a ultrapassar os demais problemas pessoais e ou familiares.

2.4. Que fatores podem estar por detrás de tanta desistência escolar? Ou seja, o que levam os alunos a desistirem da escola?

Relativamente ao aumento de abandono escolar em São Tomé e Príncipe, atualmente na casa dos 7% (questão 2.4), os entrevistados acreditam que os fatores relacionados podem ser: questões familiares, currículo pouco atrativo, situações ou a simetria regionais (localização geográfica da comunidade), a gravidez precoce, alcoolismo, outras drogas (outras substancias aditivas), situação financeira, motivação pessoal, parental e ou familiar, problemas conjunturais, desestruturação familiar e pessoal, a violência, vícios de namoro, pobreza, condições sociais da própria família, isto é, dificuldade para proporcionar um prato quente, pouco controle da atividade económica que exerce (a pesca), falta de atenção para com as crianças e adolescentes (na faixa etária entre 10 e 16 anos) que inclinam precocemente para pesca, a fim de ganhar dinheiro e sustentar a sua vida e a sua família.

2.5. De todos os fatores citados por si, qual/quais do(s) condiciona(m) mais o abandono escolar?

Dentre os fatores citados (questão 2.5), os entrevistados realçam a situação socioeconómica da família ou a pobreza familiar, estrutura familiar, gravidez na adolescência, currículo pouco atrativo, perda ou afastamento dos pais como sendo os mais condicionantes para abandono escolar.

No que concerne a relação que muitos autores dão ao abandono escolar com a violência juvenil, uso de drogas, gravidez na adolescência e trabalho infantojuvenil (questão 2.6), os entrevistados concordam com a relação que fazem, mas contudo reportam atenção para

o normativo 3/2006 (regulamento dos estudantes afetos ao ensino educativo público de São Tomé e Príncipe), que garante a continuação dos estudos, num curso diurno, por parte das alunas grávidas, evitando assim, o agravamento do abandono escolar por causa da gravidez precoce nas instituições de ensino educativo com uns casos ou outro, nomeadamente, Liceu Nacional de São Tomé, Liceu Men Xinhô, Escola Secundária Básica de Ribeira Afonso, Escola Secundária Básica de Desejada, Liceu Maria Manuela Margarida e Liceu do Príncipe.

Um dos entrevistados que concorda com esta relação, aponta 6 a 12 anos, como sendo a faixa etária que não se abandona por causa de uso de drogas, gravidez na adolescência, entre outros; 14 a 15 anos, grande maioria abandona devido a gravidez precoce, e outros fatores, e crianças e adolescentes que abandonam devido ao abuso sexual, que sofrem ou sofreram.

Já um outro entrevistado acha que gravidez precoce, violência doméstica, drogas, é uma questão muito parcial, porque a própria Direção do Ensino e Ministério da educação têm feitos um trabalho por excelência, através de sensibilização das crianças, de forma a envergar para mudança de comportamento, e ocupar com a formação da vida, ou com o projeto da vida.

Uns entrevistados garantiram que uso de droga, gravidez na adolescência, violência escolar, trabalho infantojuvenil não levam ao abandono escolar, porque não é um fenómeno muito presente nas escolas de São Tomé e Príncipe. Existem sim, uns casos ou outros, mas são propriamente as drogas lícitas (por exemplo, a lata de sumo com bebida alcoólica). E para evitar estas atitudes e outras (uso de bebida e objetos cortantes), os professores revistam as pastas dos alunos logo no início das aulas. Os entrevistados acham que essas atitudes são erradas e que os alunos devem encarar a escola como uma coisa séria e certa, uma vez que poderá garantir o seu futuro.

Em jeito de alternativa, um dos entrevistados, acredita que com as sessões de sensibilização e fortalecimento do ensino-educativo para abordar as questões como gravidez na adolescência, violência escolar, trabalho infantojuvenil e uso de drogas, as crianças irão permanecer nas escolas.

- **Prevenção de abandono escolar e promoção do desenvolvimento local**

No que concerne a relação do abandono escolar com o abuso sexual, violência escolar, mau aproveitamento escolar, currículo escolar desajustado à realidade local, fraca capacidade professoral, mau acompanhamento e comportamento familiar para com os

alunos, mau acompanhamento e comportamento dos membros comunitários para com os alunos, mau comportamento dos membros grupal para com os alunos, mau acompanhamento e comportamento dos membros escolares para com os alunos, desestruturação, composição e classe familiar, etc. (questão 3.1-2), contatamos que,

O entrevistado (Diretor E), não as considera como maiores condicionantes, isto porque o abuso sexual é um fenómeno que não é muito ‘representativo’ nas escolas; a violência escolar, como por exemplo, o fenómeno *bullying*, ‘não se encontra apenas nas escolas de europa’, como também nas de São Tomé e Príncipe, e com ‘grande relevo’; o mau aproveitamento escolar tem a ver com aumento de ‘negativas’; o professor tem que ter capacidade para lecionar em Cauê ou Lembá como se estivesse a lecionar em Água Grande;

O entrevistado (Diretor L), encara alguns destes itens como condicionantes para abandono escolar, isto porque ‘o abuso sexual é um problema da justiça do país e da família, porque hoje em dia vê-se o abuso sexual dentro da família, eis razão que família deve acompanhar as suas crianças, procurar que as crianças se ocupem com a formação da vida, com o projeto da vida;’ ‘o abandono escolar é o resultado de mau aproveitamento escolar, como por exemplo a questão de o professor colocar aos alunos muitas faltas, e se ele falta muito, perde a vontade de estudar, perde a assimilação das matérias, ele desmotiva e acaba por desistir;’ ‘fazer uma revisão curricular para que as matérias seja bem dadas e ensinadas aos alunos;’ falta mais ‘formação continua’ para os professores; ‘o mau acompanhamento e comportamento familiar também têm reflexo na abandono escolar, porque desliga automaticamente a família da escola’ (Diretor L);

Para este entrevistado, deve-se dar ‘uma palavra positiva aos membros comunitários internos, já comunidade externa, é mais difícil, agora estamos a tentar aproximar à escola os ONGs, a Camara, as pessoas individuais no sentido estarem mais atentos as preocupações dos alunos;’ dar nota dez aos grupos dos alunos, principalmente a associação dos alunos da escola onde faço parte, porque tem desenvolvido um trabalho muito ativo, participativo, exemplar, fazendo com que os alunos aproximem mais à escola, através de debate, sensibilização, palestra.

Presidente A

Paralelamente, a Presidente A, associa estes fatores como condicionantes ao abandono escolar, isto porque o abuso sexual depende também da proteção, da família, professor e estado, o uso de drogas; verifica-se mais nos rapazes, o que poderá alterar o seu estado psicológico, tirar vontade de estudar, e influenciar o seu sucesso escolar; não acompanham e passam alunos sem aproveitamentos e os mesmos não adquirirão conhecimentos mas sim, matéria para fazer teste e não para levar à universidade”; “professores” não dão “atenção” e nem “lecionam as matérias de forma que os alunos compreendam”, principalmente nas “turma de 60 ou mais alunos”; mau acompanhamento e comportamento familiar para com os alunos – isso influencia muito, principalmente quando não há uma atenção especial na vida de um aluno”; “o mau acompanhamento dos membros grupais poderá influenciar, se num grupo de amigos tiver “indivíduo que abandonou a escola”.

A mesma entrevistada, acredita que “o mau acompanhamento e comportamento dos membros comunitários não influenciam tanto, como outros factores”.

O fato das “pessoas mais velhas envolverem com as crianças,” os alunos não se lidarem “como se fossem um irmão,” dos professores não terem “mais paciência com as crianças” e não compreenderem a “capacidade” individual de cada criança, dos pais e membros comunitários não conversarem com as crianças acerca dos “comportamentos” e, assuntos inerentes a “educação e formação”, dos grupos não terem colegas que aconselham para bem, fazem com que a taxa de abandono escolar possa aumentar (Aluna de Cursos Noturno).

Mas, a entrevistada afirma que com mais atenção e preocupação dos pais, os alunos podem “melhorar as suas notas” e ter um “aproveitamento escolar”, mesmo tendo um currículo igual aos dos alunos da cidade capital.

O entrevistado (Membro Comunitário), acredita que todos os fatores acima mencionados pelos cientistas, influenciam ao abandono escolar, isto porque “é muito triste e lamentável”, o aumento de “abuso sexual” em São Tomé e Príncipe, “comportamentos negativos perante outros colegas nas escolas, perante os professores, perante a diretora”, a falta de encorajamento dos pais para com os alunos, a fim de terem um bom

“aproveitamento escolar”, a falta de professores no sistema e com formação para dar resposta, a falta de “acompanhamento dos pais” e membros comunitários, o que “fragiliza” a educação dos alunos.

De igual forma, o Vereador A, também acredita que alguns destes fatores ora levantados também contribuem para aumento considerável de abandono escolar, isto porque, “depois de sofrer abusos sexuais, as crianças ganham um certo receio pelo ambiente escolar”, a falta de “aproveitamento satisfatório”, motiva para outros fins, os professores demonstram a “dificuldade de estabelecer laços afetivos e escolares com o professor”, os pais não aparecem nas escolas “semanas” ou meses, nos ambientes familiares já não existem preservação de culturas, como por exemplo, *Kinté Glánji*, que ajudava a passar “informações” e, transmitir saberes e exemplos, os meninos com comportamentos desviantes convencem outros para atividades extraescolares que mais tarde possam trazer inúmeras consequências.

Contudo, o Vereador A, não acredita que o curricular escolar desajustado a realidade possa concionar ao abandono escolar, embora não especificado porquê.

No que se respeita as consequências de abandono escolar para os indivíduos (questão 3.2), os entrevistados responderam citando a delinquência juvenil, uso de drogas, trabalho infantojuvenil, perda de expectativas, vício de sexo, e com a inclinação para prostituição, gravidez na adolescência (na faixa etária de 12 anos), empobrecimento do estado, falta de construção social, aumento de jovens na cadeia, perda da vida, má formação para o sujeito (nível académico indesejável), busca precoce do primeiro emprego, trabalho na área que não domina e sem vocação para tal, fraca estruturação familiar e pessoal, trabalhador doméstico, ser *palaiê* (vendedora) de pescados.

Face a estas consequências, os entrevistados afirmam que querem sim uma sociedade ativa, onde cada um faça a sua parte para desenvolvimento do próprio país, porque atualmente, já se ouvem os alunos a dizerem que “se ontem fosse hoje não poderiam abandonar a escola”.

Quanto aos impactos das consequências do abandono escolar, na vida pessoal e social dos alunos (3.2.1), verificamos o emprego mal monerado durante a vida toda, aprisionamento constante, pouca contribuição para sociedade, desvio comportamental (Diretor E), falta

de conhecimento, pouca base estrutural para se desenvolver e talvez formar outras pessoas, procura de outros caminhos, outros amigos, outras comunidades para se integrar (Presidente A), aquisição de doenças de foro psicológicos, consumo de drogas e mortes precoces, pouca vontade constante para trabalhar (Aluna de Curso Noturno), não realização de sonho, como por exemplo, ser engenheira, médica, etc. (Membro Comunitário), mais dificuldade em ter uma atividade económica de maior rendimento, uma empregabilidade com maior representação social, mais dificuldade para sair na classe baixa, mãos de obras com fraca capacidade e intelectualidade, e fracas potencialidades para contribuir para desenvolvimento do país (Vereador A).

Relativamente as políticas dos organismos públicos e privados para prevenção do abandono escolar e conseqüentemente a promoção escolar e desenvolvimento local (questão 3.3), os entrevistados responderam que conhecem as iniciativas governamentais, *Programa de acção Social Escolar*, o *Programa Mães Carenciadas*, que têm apoiados as famílias de baixa renda, as iniciativas de ONG - *ARCAR*, ONG - *Casa dos Pequeninós*, ONG – *Carita*, a mais antiga, todas recebem e cuidam dos meninos órfãos e de rua, até a idade adulta, dando-lhes melhor educação e formação (Diretor de Ensino Secundário), os programas de FNUAP e PNUD, que visam apoiar transversalmente as famílias e alunos com necessidades (Diretor L), palestras e atividades culturais da Associação dos estudantes de Liceu nacional, para incentivar, conversar, sensibilizar e identificar alunos com algum indicio ou interesse de abandono escolar (Presidente A), iniciativas de algumas individualidades locais, como por exemplo, Evaldo da Cruz, que apoia com dinheiro e materiais escolares (Aluno de Curso Noturno), oferta de pescados para Escola Básica de Praia Gamboa, conselhos e acompanhamentos de crianças sinalizadas pela direção escolar e os pais (Membro Comunitário), programa da Câmara Distrital de Água Grande em parceria com UNICEF, que visa incentivar a permanência e ingresso dos alunos de todos os ciclos escolares, ajudando no pagamento das matrículas, e outras despesas, como por exemplo, vestes, testes, materiais escolares, despesas muitas vezes que aparecem já no decorrer do ano letivo (Vereador A).

Em relação a reflexão que fazem das políticas dos organismos públicos e privados, os entrevistados entendem que essas políticas vêm no complemento dos ODS, alinhado nas políticas do governo (Diretor E), fazem diminuir a taxa de abandono escolar, aumentando assim a taxa de sucesso escolar, incentivando assim, o desenvolvimento do ensino educativo (Diretor L); promovem e visam manter os alunos na escola, principalmente na

conjuntura atual, com o aumento da pandemia (Aluno de Curso Noturno; Presidente A); atendem as causas escolares e parentais dos alunos, isto é, com uma abrangência maior “lá naquela família” e “não apenas nas escolas” (Vereador A).

Embora que maioria dos entrevistados acredita na positividade destas políticas, o entrevistado (Membro Comunitário), mantém-se em dúvida, mas quer “o melhor para a localidade bem como as crianças” e “uma política que ajuda a diminuir o abandono escolar na faixa etária” baixa e desfavorecida.

Para prevenir e evitar o abandono escolar, constatamos que a instituição para qual os entrevistados trabalham ou fazem parte, tem alguma relação com outras instituições, como por exemplo, o Setor da Ação Social (Diretor E), Associação dos Estudantes de Liceu Nacional, ONG indiana (Diretor L), Ministério da Educação e Ensino Superior, a Direção Escolar do Liceu Nacional, (Presidente A); pessoas singulares, como por exemplo, Evaldo da Cruz, Projeto *Mãe Carentiada* (Aluno de Curso Noturno) e Ministério de Trabalho, Unicef, Arcar, e diferentes ONGs (Vereador A).

Já o outro entrevistado (Membro Comunitário), afirma que até então não tem “associado a qualquer grupo” ou organismo, porque não teve essa possibilidade, mas contudo, pactua somente em ajudar a sua *comunidade*.

Os entrevistados afirmaram basicamente que a relação com diferentes organismos públicos e privados, para prevenção e promoção escolares (questão 3.5.1-2), *é essencial*, uma vez que terão mais pessoas formadas, capacitadas e motivadas, para garantir o *desenvolvimento do próprio país*.

No que concerne aos procedimentos que os entrevistados ou as instituições usam para identificar indivíduo que manifesta vontade de abandonar a escola ou se encontra em situação de abandono escolar (questão 3.6), podemos constatar que é possível graças ao Diretor de Turma que vai a busca e conversa com os alunos, depois informa a direção escolar e os pais, dos problemas afetos aos mesmos (Diretor E), Direção e Centro de Aconselhamento Escolares, que escutam, conversam e apoiam, ou ainda, através dos seus colegas de turmas, uma vez que colega com colega, a “informação passa mais rápida” (Diretor L), Membros da Direção da Associação que entendem, motivam e conversam com esses alunos (Presidente A), escuta, conversa e conselho, tendo em conta o que os alunos dizem: “o país já tem dono, não vale a pena estudar” (Aluna de Curso Noturno),

membros comunitários que vão atrás daqueles que pretendem abandonar a escolar, e levam-nos para as Escolas Básica de Praia Gamboa e Básica Francisco Tenreiro (Membro Comunitário), trabalho conjunto e contato com os líderes comunitários, agente de saúde comunitária, pessoas que estão em diferentes localidades (Vereador A).

O processo de reintegração do indivíduo fora do sistema educativo (questão 3.7), conta com apoio mais uma vez do diretor de turma (Diretor E), passa pela parceria com o Ministério da Educação e Ensino Superior e os membros comunitários, “dependendo do espaço e tempo que o aluno já tinha abandonado a escola” (Vereador A), garantia de apoio financeiro e ou material (Diretor L).

Para o entrevistado (Vereador A), a política de reintegração tem mais efeito, se houver uma preocupação “no início do ano lectivo”, de forma a ativar mecanismos de reintegração.

Se a causa do abandono “é por questão da gravidez, esperança é reconciliar a vida materna com a escolar”, e se for por questões familiar e pessoal, encaminhamos para o Departamento de Psicologia Escolar, ou para sessão de diálogo com amigo/colega. “Se for a falta de materiais escolares, procuramos fonte de financiamento juntamente com a direção da escolar” (Presidente A). “Se é por questão de idade, abrimos uma exceção para continuar os estudos, como por exemplo, o curso especial, que poderá ser curso noturno que é recorrente, ou curso diurno, na Madre Canociana” (Diretor L).

Deste modo, o Vereador A, afirma que o mais importante é “ajudar a organizar encontro com os pais, para que possamos estar sempre nas escolas, e mudar sistema da educação nos nossos bairros.”

Todos os entrevistados disseram que há apoio e acompanhamento (questão 3.8), para indivíduo que manifesta vontade de abandonar a escola ou se encontra em situação de abandono escolar.

E quando perguntado, que tipo de apoio e acompanhamento são disponibilizados (questão 3.9), os entrevistados não tardaram em responder e de acordo as suas respostas, verificamos que são apoio monetário, manuais escolares, esferográfica, cadernos, roupas, pagamento de propinas, entrega de pescados às escolas, promoção de conversas, diálogos, e apoio afetivo (estabelecimento de relação de empatia e conselhos), etc.

Relativamente a consideração que fazem dos apoios e acompanhamento disponibilizados (questão 3.10), constatamos que nem todos os entrevistados consideram que sejam apoios e acompanhamento suficientes, porque gostariam de dar mais, mas só não fazem não têm como, ou porque “acarreta custos” (Diretor E) e um outro entrevistado considera de “minimamente positivo”, mas estão a fazer mais para melhorar (Membro Comunitário). Já outros entrevistados acreditam que “são importantes, porque sem o mesmo não conseguem continuar os estudos” (Diretor L), “é positivo”, porque está ajudar a diminuir “a taxa de abandono escolar” (Presidente A), “é suficiente”, porque ajudam os alunos a ocupar seu tempo em ambientes de educação, e a adquirir conhecimentos para garantir o futuro (Aluno de Curso Noturno), “é satisfatório”, porque ajudam os alunos a estar e ficar “na escola com mais dignidade” (Vereador A).

- **Ssubdesenvolvimento local**

Os entrevistados entendem que o subdesenvolvimento local (questão 4.1) é quando “não há desenvolvimento na sociedade” (Presidente A), ou seja, quando na sociedade existe e “vive pessoa muito precária, com necessidades básicas, nomeadamente, saúde, escola, formação (Diretor L), “energia, água, e mais” (Aluno de Curso Noturno).

Um outro entrevistado (Diretor E) vai mais longe, considerando e relacionando o subdesenvolvimento local com a falta de “quadros suficientes para proporcionar o desenvolvimento desta determinada região, em geral, o país”. E para ele, “São Tomé e Príncipe é um país subdesenvolvido porque não tem mãos de obras qualificadas para transformar o produto bruto em útil”.

O Vereador A alerta para trabalhar mais em alguns indicadores (como por exemplo, *sensibilização, construção e melhoramento de habitação, educação e formação, alimentação, saúde, vias de acesso, salubridade, iluminação pública, etc.*), de modo atingir um nível de *satisfação e desenvolvimento* acima de “50%” nas localidades, em geral, no país.

No que concerne as comunidades em estudos (Praia Gamboa e Arredores), o entrevistado (Membro Comunitário), garante que o desenvolvimento das mesmas, implica desenvolver a “área piscatória” e garantir a “educação e formação” dos seus membros. Paralelamente, a entrevistada (Aluno do Curso Noturno) apela para mais investimentos

nos projetos que garantem o desenvolvimento nessas localidades, evitando assim que os jovens enverguem e envolvem “nas drogas, conversas obscenas.”

Para finalizar, o entrevistado (Diretor L), levanta o véu da realidade social afirmando que em “São Tomé e Príncipe quase maior parte das zonas são enquadradas nesse pacote de que é subdesenvolvimento local”.

O subdesenvolvimento local está intrinsecamente relacionado com o abandono escolar (questão 4.2), uma vez que se tratam de localidades onde “as pessoas não têm referência (...). O facto de não haver um quadro formado que estudou fora ou no país e que é bem sucedido, que é uma referência para o próprio distrito, faz com as pessoas desistem da escola e vão para outros negócios, pesca ou larvas, etc”. E se por exemplo, o indivíduo “planta a sua mandioca, dois três meses depois, ele já tem seu tubérculo pra vender e ganhar dinheiro. (...) se vai para a localidade de Praia Gamboa, encontra jovens pequeninhos todos na pesca...” (Diretor E).

Relativamente a mesma questão, outros entrevistados afirmam que existe a relação entre subdesenvolvimento local e abandono escolar, isto porque os alunos preferem dedicar outras atividades laborarias precocemente em vez de ir à escolar, tudo, devido as condições sociais que têm.

Mas, Segundo entrevistado (Vereador A), já há um “trabalho focado para os bairros litorais, como por exemplo, os da Praia Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes.” De forma a “melhorar estes aspectos” e aumentar autoestima. O entrevistado adianta que querem que os moradores se formem e apostem numa pesca industrializada, porque a “pesca é uma atividade que depois de uma certa idade, os indivíduos têm a dificuldade de executá-la”, o que lhes obrigam mais tarde, a “procurar outros meios de sobrevivência”.

Quanto aos impactos do abandono escolar para as comunidades de Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes (questão 4.3), os entrevistados apontam a opção precoce para “negócio”, formação precoce de família (Diretor E); degradação “social” da comunidade, “subdesenvolvimento da região”, pouca produção de “riqueza” (Diretor L); aumento de “delinquentes”, opção “por outros caminhos ilícitos” (“beber, fumar, roubar, matar”), falta de “emprego” e falta de integração social (Presidente A); pouca aprendizagem, diminuição de conhecimento, aumento de taxa de analfabetismo e

diminuição de quadros formados, aumento de número de adolescentes e jovens na área piscatória (Aluno de Curso Noturno) e “pouca gerência do dinheiro que ganha à base de pesca” (Vereador A); aumento de “gravidez na adolescência, aumento de menores de idade a fazer trabalho esforçado, perda de perspectivas e “sonhos, por exemplo em termos de ser enfermeiros, médicos, doutores, e mais” (Membro Comunitário).

Os entrevistados indicam algumas estratégias a adotar para erradicar o abandono escolar e incentivar o desenvolvimento local na sociedade santomense, em particular, Praia Gamboa, Cruz, Lochinga e Diogo Nunes (questão 4.4), como por exemplo, a “implementação da bolsa família para atender todas as famílias em condições de vulnerabilidades, (...), ter uma rubrica no orçamento de estado que atendesse a situação de vulnerabilidades escolar, a situação da pobreza extrema, (...)”, *solicitar a ‘Câmara’ que faça* “um levantamento das famílias em situação da pobreza e vulnerabilidade, de modo a apoiar os seus filhos, quer com transporte, quer com o apoio financeiro, mas a condição, é mantê-los na escola (Diretor E); “sensibilização da própria zona”, tendo em conta tratem-se de “zonas consumistas, pesqueiras, periféricas, com outro tipo de cultura”, aproveitar os hábitos culturais “da região para tentar desenvolver o próprio país” (Diretor L); “criar mais instituições” que se preocupem com os alunos em situação de abandono escolar, que acompanhem diretamente o aluno e a família (Presidente A); implementar mais campanha de “sensibilização” e criar mais espaço jovens para formação, criação, diversão e integração social (Aluna de Curso Noturno); apoiar e acolher as crianças que perdem seus entes queridos, fornecer bolsas de estudos para as crianças do ensino básico e secundário que se encontram em situações de vulnerabilidades (Membro Comunitário); criar mais incentivos para “educação” (Vereador A).

Os entrevistados concluíram (questão 5.1) afirmando que “a escola é uma organização educativa que para além de dedicar para o ensino e aprendizagem, também está virada para educação e para cidadania, para desenvolvimento da própria sociedade”, evitando assim, o desnortheio e descarrilamento. É um espaço “que visa conhecer, e fazer levantamento das dificuldades da própria sociedade, regional, local. Conhecer os pontos fracos e fortes dessas localidades e elaborar um plano estratégicos para desenvolvimento dessas localidades” (Diretor L).

Uma das dificuldades ou ponto fraco, é *abandono escolar*, que se tornou uma preocupação “para todos o sistema do ensino e São Tomé e Príncipe”, mas, com o apoio da *família, os pais, a sociedade civil*, “direção das escolas e diretores de turmas”, “Programa Mães Carentiadas, “PNASE”, “Programa de Acção Social Escolar”, “ARCAR, Casa dos Pequeninios, Caritas”, houve uma atração dos “alunos ao espaço escolar”, “com uma taxa aproveitava na ordem de 95%”, o que tem contribuído para “erradicar o abandono escolar” (Diretor E). Ou seja, a escolar deve ser um “centro democrático e envolver todos da comunidade educativa no projeto socioeducativo” (Diretor L).

De forma a enriquecer as supracitadas ideias, a Presidente A apela um apoio e acompanhamento que também tenham em conta com a “depressão” na idade infantil, por tratar-se de um fenómeno que faz aumentar a desmotivação e desgosto pela escolar.

Os organismos públicos e privados, segundo Director L, podem ajudar a “evitar o abandono escolar” recorrendo aos “quatro aspectos fundamentais: “segurança da própria organização, porque devemos estar num local muito bem seguro”; envolvimento de todos com a causa da “sociedade, para que as pessoas tenham um comportamento adequado que consiga seguir o desenvolvimento da sociedade”; criação do “ambiente favorável”, para promover “a vontade estar, ser e agir, estudar” e garantia de “sucesso escolar que é último pilar”.

De forma a erradicar o abandono escolar, outros entrevistados sugerem a criação de políticas que evitem as crianças deambular nas ruas, “quando deveriam estar nas escolas” (Membro Comunitário), e que possam os ajudar, bem como os seus familiares, pais, e mais (Aluna de Curso Noturno).

Anexo 4 - Inquérito por Questionário



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



Questionário nº	
-----------------	--

Caro cidadão ou cidadã:

No âmbito de desenvolvimento da Dissertação de Mestrado (trabalho final do curso), cujo tema proposto é *Abandono escolar em São Tomé e Príncipe: Uma causa fundamental na base do subdesenvolvimento local*, vimos desta forma solicitar a vossa participação neste inquérito para que possamos compreender as causas e efeitos de abandono escolar para as crianças, os adolescentes, jovens e adultos e bem como o seu impacto na sociedade santomense, e nas comunidades mais vulneráveis.

Este inquérito é dirigido aos moradores das localidades de Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Lochinga e Diogo Nunes, que por algum motivo, desistiram da escola.

A sua participação é anónima e confidencial, e todos os dados recolhidos desta investigação serão guardados em sítio próprio do Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior da Educação, do Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe e da Agência de Proteção de Dados de São Tomé e Príncipe, pelo agradecemos desde já com as suas respostas.

1. Caraterização sociodemográfica do inquirido

1.1. Responda as informações abaixo:

- a. Idade: _____
- b. Sexo: M ____; F ____
- c. Estado civil: Solteiro ____; Casado ____; Divorciado ____; Viúvo ____
- d. Habilitação literária: Ensino Básico ____; Ensino Secundário ____; Ensino Superior ____
- e. Morada: Praia Gamboa ____; Praia Cruz ____; Praia Lochinga ____; Diogo Nunes ____ Outro: _____

f. Profissão: _____

Numa escala de “Muito bem à Muito mal”, escolha uma das opções marcando um X:

1.2. Como sentiste, assim que deixaste de estudar sem ter terminado os anos escolares?

Muito bem

Bem

Normal

Mal

Muito mal

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

1.3. Como sentes agora, depois de abandonar a escola?

Muito bem

Bem

Normal

Mal

Muito mal

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

2. Abandono escolar

Coloca um X à frente da opção escolhida:

2.1. Quantas vezes reprovaste durante os teus anos de estudos?

Nenhuma

Uma vez

Duas vezes

Três vezes

Mais de três vezes

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

2.2. Em que nível de ensino reprovaste?

1º ciclo do ensino básico (de primeira à quarta classe)

2º ciclo de ensino básico (de quinta à sexta classe)

3º ciclo de ensino básico (de sétima à nona classe)

Ciclo de ensino secundário (de décima à décima segunda classe)

Noutros ensinos

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

2.3. Achas que as reprovações te influenciaram a desistir da escola?

Muito

Pouco

Muito pouco

Talvez

Nada

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

2.3.1. Porquê?

2.4. O apoio dado pela tua família durante os estudos ajudou-te enquanto estudante?

Muitíssimo

Muito

Medianamente

Pouco

Pouquíssimo

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

2.4.1. Porquê?

2.5. Em que medida esta forma de lecionar dos Professores da tua região, influencia os alunos a desistirem da escola?

Muitíssimo

Muito

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

Muito pouco
Pouco
Pouquíssimo
2.5.1. **Porquê?**

	3
	4
	5

Numa escala de ‘Muito provavelmente à Muito improvavelmente’, coloque um X na opção que adequa com a tua resposta:

2.6. **Será que a violência escolar como por exemplo: bullying (provocação, *xingá*, entre os alunos), violência física praticada por professores e colegas dos adolescentes e jovens, abuso e assédio sexual por parte dos professores, colegas e parentes, entre outros, elevam os alunos a desistirem da escola?**

Muito provavelmente
Provavelmente
Talvez
Improvavelmente
Muito improvavelmente

	1
	2
	3
	4
	5

2.6.1. **Porquê?**

Escolha uma ou várias opções, marcando X:

2.7. **Escolha uma ou várias razões que elevam os adolescentes e jovens a abandonarem a escola?**

Problema pessoal
Influência do grupo
Problema financeiro
Falta de apoio familiar
Falta de apoio comunitário
Comportamentos dos professores
Comportamentos dos membros comunitários
Outros

	1
	2
	3
	4
	5
	6
	7
	8

2.7.1. **Se escolheste a opção ‘outros’, por favor, diga?**

2.8. **Que disciplina(s) abaixo contribuiu(iram) para abandonar o ambiente escolar?**

Biologia

Física

Matemática

Português

Química

Outra

	1
	2
	3
	4
	5
	6

2.8.1. **Porquê?**

Marque um X, na opção Sim ou Não:

2.9. **O abandono escolar está relacionado com o insucesso escolar (falta de aproveitamento durante o ano letivo)?**

Sim

Não

	1
	2

2.9.1. **Porquê?**

2.10. **Achas que a característica da comunidade, como por exemplo, distância em relação à cidade capital, influencia ao abandono escolar?**

Sim

Não

	1
	2

2.10.1. Porquê?

2.11. Achas que a característica da comunidade, como por exemplo, a falta de transporte, influencia ao abandono escolar?

Sim

Não

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

2.11.1. Porquê?

2.12. Achas que a característica da comunidade, como por exemplo, com mais de 50% de membros comunitários sem escolaridade mínima exigida (6º classe), influencia ao abandono escolar?

Sim

Não

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

2.12.1. Porquê?

2.13. O aumento da gravidez durante a adolescência tem a ver com o fato dos alunos deixarem de estudar?

Sim

Não

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

2.13.1. Porquê?

2.14. As más políticas públicas ligadas à educação, nomeadamente, método de ensino, condiciona ao abandono escolar?

Sim

Não

	1
	2

2.14.1. Porquê?

2.15. As más relações entre os alunos e os gestores escolares, docentes e não docentes, são elementos suficientes para incentivar ao abandono escolar?

Sim

Não

	1
	2

2.15.1. Porquê?

2.16. As más relações entre os alunos e membros comunitários, são capazes de incentivar o abandono escolar?

Sim

Não

	1
	2

2.16.1. Porquê?

2.17. As más relações entre os alunos e os seus membros familiares, são capazes de incentivar ao abandono escolar?

Sim

Não

	1
	2

2.17.1. Porquê?

2.18. És de opinião que violência escolar como por exemplo: bullying, violência física

praticada por professores e colegas dos adolescentes e jovens, abuso e assédio sexual por parte dos professores, colegas e parentes, entre outros, elevam os alunos a desistirem da escola?

Sim

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

Não

2.18.1. Porquê?

3. Prevenção do abandono escolar

3.1. Na tua comunidade, os encarregados da educação preocupam-se com os alunos que demonstram vontade de abandonar a escola?

Sim

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

Não

3.1.1. Porquê?

3.2. Na tua comunidade, os encarregados da educação levam para escola, os alunos que demonstram vontade de abandonar a escola?

Sim

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

Não

3.2.1. Porquê?

3.3. Os docentes e não docentes levam para escola, os alunos que demonstram vontade de abandonar a escola?

Sim

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

Não

3.3.1. Porquê?

3.4. Os docentes e não docentes vão atrás dos alunos que demonstram vontade de abandonar a escola, a fim de evitar este ato?

Sim
Não

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

3.4.1. Porquê?

3.5. A equipa da Direção escolar e ou Diretor/Gestor afeto, vai atrás dos alunos que demonstram vontade de abandonar a escola, a fim de evitar este ato?

Sim
Não

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

3.5.1. Porquê?

3.6. No teu caso, pensas em voltar à escola e contribuir para o desenvolvimento económico, cultural e social da tua comunidade, em geral, de São Tomé e Príncipe?

Sim
Não

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

3.6.1. Porquê?

3.7. A implementação do currículo escolar de acordo a realidade da tua comunidade, ajudaria a prevenir e diminuir o abandono escolar?

Sim
Não

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

3.7.1. Porquê?

3.8. **Será que mais formação específica para os professores da tua região, contribuiria para prevenir e diminuir o abandono escolar?**

Sim

Não

	1
	2

3.8.1. **Porquê?**

3.9. **A contratação dos professores da tua região para lecionar nas escolas locais, contribuiria para prevenir e diminuir o abandono escolar?**

Sim

Não

	1
	2

3.9.1. **Porquê?**

Numa escala de ‘muito bem à muito mal’, escolhe um das opções:

3.10. **Como caracterizas a forma como os Professores dão as aulas nas salas?**

Muito bem

Bem

Normal

Mal

Muito mal

	1
	2
	3
	4
	5

3.10.1. **Porquê?**

3.11. Como caracterizas a preocupação dos encarregados da educação (ou familiares) para com os alunos com vontade de abandonar a escola?

Muito boa

Boa

Normal

Má

Muito má

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

3.12. Como caracterizas a preocupação dos membros comunitários para com os alunos com os alunos com vontade de abandonar a escola?

Muito boa

Boa

Normal

Má

Muito má

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

3.13. Como caracterizas a preocupação dos Gestores para com os alunos com vontade de abandonar a escola?

Muito boa

Boa

Normal

Má

Muito má

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

Escolha uma ou várias opções:

3.14. O que é necessário para prevenir e diminuir o abandono escolar na tua comunidade?

Mais apoio e acompanhamento familiar

Mais apoio e acompanhamento dos membros comunitários

Mais apoio e acompanhamento dos diretores, docentes e não docentes

Nenhuma opção

Todas as opções

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5

3.14.1. Porquê?

4. **Período pós abandono escolar**

4.1. **Assim que abandonaste estudo, que prática laboral por vontade própria ou não, assumiste?**

Pesca

Agricultor

Camponês

Taxista

Nenhuma

Outra

	1
	2
	3
	4
	4
	5

4.1.1. **Se não condiz com nenhuma prática laboral, então indique qual ou quais?**

4.2. **A atividade laboral que praticaste e ou praticas, tem a ver com o fato de abandonar a escola?**

Sim

Não

	1
	2

4.2.1. **Porquê?**

4.3. **Que nível de educação e ou formação pensas em ter, se tivesses oportunidade de recomeçar a estudar?**

Ensino secundário

Curso médio

Licenciatura

Mestrado

Outro

	1
	2
	3
	4
	5

UUU

4.3.1. **Porquê?**

4.4. **Com este nível escolhido, contribuiria suficientemente para o teu desenvolvimento pessoal e social?**

Sim

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2

Não

4.4.1. **Porquê?**

4.5. **Que área profissional pensas em seguir, assim que conseguires voltar a estudar e terminar os ciclos de estudo?**

Pesca

Agricultura

Campo

Taxista

Educação

Economista

Eletricista

Nenhuma

Outra

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5
<input type="checkbox"/>	6
<input type="checkbox"/>	7
<input type="checkbox"/>	8
<input type="checkbox"/>	9

4.5.1. **Se escolheste a opção “nenhuma e outra”, então diga qual o preferencial:**

4.5.2. **Porquê?**

4.6. O que te impede de estudar?

Falta de dinheiro para custear as despesas escolares

Falta de escolas de formação

Falta de escolas para curso noturno

Falta de vontade própria

Falta de tempo

Outra

	1
	2
	3
	4
	5
	6

4.6.1. Se escolheste a opção ‘outra’, indique qual?

4.7. Deixarias o teu filho abandonar a escola para ficar em casa?

Sim

Não

	1
	2

4.7.1. Se ‘sim, porquê?

4.7.2. Se ‘não’, o que farias para evitar?

MUITO OBRIGADO

Anexo 5 – Respostas dos inquiridos em relação aos “porquês”

2.3. Achas que as reprovações te influenciaram a desistir da escola?

2.3.1. Porquê?

Os entrevistados apontaram várias razões associadas as reprovações que os levaram a desistir da escola: idade avançada, mãe (pais) tirou da escola, "tia queria me matar devido búzio de mato", condições financeiras, vícios de dinheiro, desânimo, preguiça, vergonha, gravidez precoce, viver no meio rural, mau comportamento, pescar era melhor,

Outros entrevistados, continuaram os estudos no curso noturno e conseguiram terminar. Já outro, resolveu optar por pesca porque achou que seria “melhor”.

2.4. O apoio dado pela tua família durante os estudos ajudou-te enquanto estudante?

2.4.1. Porquê?

Pudemos constatar que para uns inquiridos, a família apoiava sempre, "a minha mãe me educava e o pouco que tinha me dava", "a minha tia deu no duro para que pudesse chegar onde cheguei". Ainda "com ajuda dos pais", um outro inquirido afirmou que adquiriu vício de namoro, e fugiu "para casa de namorado".

Para outros, a família "apoiava, mas nem tanto", porque "somente a avó que me criou, e ela não tinha para me dar", "somente o meu tio que me apoiava", tive que ir trabalhar para custear os estudos, "devido meio financeiro" dos pais, "eu que custeava todas as minhas despesas", "não me ajuda com trabalho de escola, assim reprovei, e eles me tiraram de escola", "nunca fui à escola", "somente a minha mãe que me criou, e ela não tinha para me dar",

Outros inquiridos apontaram a ausência familiar, "não estava por perto, não apoiava", "não tinha como sustentar os meus estudos".

2.5. Em que medida esta forma de lecionar dos Professores da tua região, influencia os alunos a desistirem da escola?

2.5.1. Porquê?

Para os inquiridos, "o fato de professor ser da mesma zona, os alunos não respeitavam", "não gostavam da escola", não davam importância".

Outros inquiridos disseram que "explica, mas tão bem, não", "só querem ganhar dinheiro", "não tomam nomes dos alunos que desistiram e nem lhes façam voltar a escola".

Contudo, " mesmo que o professor explique bem ou não, o aluno deve ir atrás de matéria ", porque "não são os professores que levam os alunos a desistir" da escola.

Alguns inquiridos levaram-nos à comparação, afirmando que no seu “tempo os professores explicavam bem”, e “faziam entender a matéria” “mas os alunos que têm cabeça dura”, são “malcriados”, “era um exemplo, não influenciava”. Os professores até incentivavam “a ter bom comportamento”,

2.6. Será que a violência escolar como por exemplo: bullying (provocação, *xingá*, entre os alunos), violência física praticada por professores e colegas dos adolescentes e jovens, abuso e assédio sexual por parte dos professores, colegas e parentes, entre outros, elevam os alunos a desistirem da escola?

2.6.1. Porquê?

Os inquiridos afirmaram que as violências escolares de facto “acontece nas escolas, “principalmente de professores para os alunos”. Já aconteceu com eles, por exemplo: “professor bate um aluno com chapada na cara”. Com estes atos, “alunos perdem confiança com o professor”, sentem-se humilhados, ameaçados, desiludidos, desmotivados, constrangidos, em baixo, com pouco autoestima, “medo de voltar à escola”, e acaba por desistir”.

Mas outros inquiridos foram mais confiantes nas suas afirmações, apelando que “quem tem garra não pode encarar nada como obstáculo”, “devem estar preparados para enfrentar dificuldades”. Para uns, a violência “não é obstáculo”, “não é motivo para os alunos abandonarem a escola, isto é, os alunos “não devem desistir por estas coisas, mas o estado tem que tomar medida” para pôr cobro a estes atos escolares.

Um outro inquirido afirmou que “as pessoas não se preocupam com quem esteja a vivenciar violência, mesmo sabendo, segundo um outro inquirido que “cria trauma psicológico”,

2.7. Escolha uma ou várias razões que elevam os adolescentes e jovens a abandonarem a escola?

2.7.1. Se escolheste a opção “outros”, por favor, diga?

Na opção “outros”, os inquiridos apontaram "problema de saúde", maus comportamentos de colegas, acompanhamento familiar", família problemática (“sempre em confusão”), "transporte dificulta muito", como sendo as razões que elevam os adolescentes a abandonarem a escola.

2.8. Que disciplina(s) abaixo contribuiu(iram) para abandonar o ambiente escolar?

2.8.1. Porquê?

As disciplinas contribuíram para abandonar o ambiente escolar porque "era muito complicado", "difícil de compreender", havia muito "cálculo", falta de compreensão dos professores o que faziam com que os alunos não entendessem a disciplina.

Já outros inquiridos, afirmaram que "não assistiam as aulas", porque não gostavam da disciplina. Contrário destes, um dos inquiridos, afirmou “nenhuma disciplina me fez desistir”.

2.9. O abandono escolar está relacionado com o insucesso escolar (falta de aproveitamento durante o ano letivo)?

2.9.1. Porquê?

Os inquiridos afirmaram que muitas negativa dá origem ao insucesso escolar, e idade avança, o que “provavelmente não terá chance de continuar”. Isto é, se não tirar boas notas no primeiro e segundo período, então acaba por desistir”, “aluno quando tira muita negativa, ele sente-se em baixo e acaba por desistir”.

Quando comecei a reprovar, “abandonei para ir construir a minha casa” (um dos inquiridos).

Outros inquiridos disseram que "chegava a escola muito tarde e com fome", "faltava muitas aulas",

Contrário destes, uns inquiridos afirmaram que "mesmo reprovando, tirando péssimas notas, os alunos devem esforçar para melhorar, levantar cabeça e continuar", "se não consegui no primeiro ano, conseguirão no segundo".

2.10. Achas que a característica da comunidade, como por exemplo, distância em relação à cidade capital, influencia ao abandono escolar?

2.10.1. Porquê?

Segundo os inquiridos, a distância da comunidade em relação à escola, influencia devido a falta de dinheiro para pagar carro, e porque é cansativo. Para estes, "quando aluno vai para escola a pé, sente-se desmotivados e caba por desistir".~

Já outros inquiridos disseram que "não" porque "atualmente os alunos já não importam com a distância", ele pode ir a pé para escola", "força e vontade diz tudo", "mesmo sem carro, vai-se a escola", "sai de casa cedo e vai caminhando à escola", "porque quando estudava, eu ia a pé para escola", então, a distância "não é motivo para deixar de ir a escola".

2.11. Achas que a característica da comunidade, como por exemplo, a falta de transporte, influencia ao abandono escolar?

2.11.1. Porquê?

Os inquiridos afirmaram que "as dificuldades financeiras", por exemplo, a falta de dinheiro para comprar "passe escolar", leva o aluno reparar na "distância" e a falta de "transporte". Estes factos, fazem "com que aluno desista". Sendo assim, leva-nos a palavrear afirmação de um dos inquiridos: "as pessoa da minha comunidade não estudaram porque irei estudar".

Por outro lado, os inquiridos afirmaram que "o aluno com vontade de estudar não pode ver a distância como problema", "a pessoa pode ir a pé", , deve ir a pé para continuar os estudos e garantir o futuro".

2.12. Achas que a característica da comunidade, como por exemplo, com mais de 50% de membros comunitários sem escolaridade mínima exigida (6º classe), influencia ao abandono escolar?

2.12.1. Porquê?

Porque próprio os mais velhos é que aconselham para não estudar, dizendo “que o país já tem quem manda”, já tem dono”. São estas “pessoas” que “colocam alunos coisas na cabeça”. Contrário destes, uns inquiridos afirmaram que aconselham alunos a "seguir a caminho diferente", porque "as pessoas não podem seguir maus exemplos" dos outros ou da "sociedade".

2.13. O aumento da gravidez durante a adolescência tem a ver com o fato dos alunos deixarem de estudar?

2.13.1. Porquê?

Os inquiridos relacionam tais variáveis porque "a escola não aceita que a mulher grávida estude", ou porque alunas “grávidas ficam com receio de ir para escola”, ou por causa da "ausência nas aulas devido "sintomas durante a gravidez”. Também a falta de "ajuda dos familiares". Um dos inquiridos, afirmou que "falo assim, porque passei por essa experiência".

Por outro lado, os inquiridos afirmaram que as escolas "antes não, agora aceitam alunas grávidas", ainda assim, "as crianças têm sido mau visto nas escolas". Para estes inquiridos, as crianças engravidam devido vícios de dinheiro, brincos e cordões de ouro, outras engravidam, porque vão atrás dos professores em vez de estudar", vão atrás de "papoite", outras engravidam porque não têm apoio familiar.

2.14. As más políticas públicas ligadas à educação, nomeadamente, método de ensino, condiciona ao abandono escolar?

2.14.1. Porquê?

Segundo os inquiridos, método de ensino condiciona devido "a aula morta", escola sem condição", más organizações das salas e ensino", falta de boa explicação por parte

do professor, que muitas vezes "não sabem para onde ir". Por outro lado, os inquiridos afirmaram que a escola utiliza bom método de ensino e educativo", "está com professores capacitados", que "expliquem bem", mas "os alunos que não estão a dar importância à escola". Ainda que "cada um tem a sua maneira de pensar e agir", os alunos devem adaptar a forma que o professor dá aula".

2.15. As más relações entre os alunos e os gestores escolares, docentes e não docentes, são elementos suficientes para incentivar ao abandono escolar?

2.15.1. Porquê?

Porque os inquiridos entendem que "amizade também conta", com "mau comportamento, o aluno poderá ser expulso". Por outro lado, "o aluno deve focar nos estudos e esquecer das outras coisas", ou "pede para trocar de turma", "porque os professores não são amigos de alunos".

2.16. As más relações entre os alunos e membros comunitários, são capazes de incentivar o abandono escolar?

2.16.1. Porquê?

Uns inquiridos afirmaram que quando não há "uma boa relação entre os alunos e as pessoas da comunidades", "não terá apoio e será visto como aluno rebelde". E contrário destes, afirmaram que o alunos devem saber "diferenciar", isto é, saber que assunto da localidade é da localidade e da escola é da escola, porque os membros comunitários "somente se preocupam com a sua vida".

2.17. As más relações entre os alunos e os seus membros familiares, são capazes de incentivar ao abandono escolar?

2.17.1. Porquê?

Para os inquiridos "a família é a base da sociedade, deve unir para apoiar", e assim, "evitar o abandono" escolar. E os alunos mesmo "sem apoio da família devem continuar a estudar".

3.1. Na tua comunidade, os encarregados da educação preocupam-se com os alunos que demonstram vontade de abandonar a escola?

3.1.1. Porquê?

Há mãe que quer que o seu filho estude", e que incentiva "o aluno a continuar o seu estudo". Mas, existe mãe que fica "satisfeita" "quando o aluno abandona a escola e começa a trabalhar".

3.2. Na tua comunidade, os encarregados da educação levam para escola, os alunos que demonstram vontade de abandonar a escola?

3.2.1. Porquê?

Para os inquiridos a mãe "procura saber qual motivo pelo qual os alunos estão a abandonar a escola", depois, "ajudam a voltar para escola", outras vezes, "dão chicote e leva para escola". Contudo, há mãe que não leva aluno para escola porque "não quer passar vergonha por causa do mau comportamento do aluno", ou porque "fica sem tempo", e por vezes, "deixa mais para o pai".

3.3. Os docentes e não docentes levam para escola, os alunos que demonstram vontade de abandonar a escola?

3.3.1. Porquê?

Os inquiridos afirmaram que "os professores querem bem do aluno" "aconselham a estudar para ter melhor futuro", "ajuda a voltar" e "ter melhor educação". Já outros professores nem têm tempo para eles", não se interessam com ou procuram saber o motivo que levou os alunos a desistir", e muitas vezes, "ficam quase quase para que os alunos desistam".

3.4. Os docentes e não docentes vão atrás dos alunos que demonstram vontade de abandonar a escola, a fim de evitar este ato?

3.4.1. Porquê?

Os inquiridos que afirmaram sim, disseram os docentes e não docentes vão atrás para "aconselhar a voltar a escola", "saber o motivo que levaram os alunos a deixar de estudar". Que afirmaram não, disseram que "a preocupação não passa de cabeça", porque alunos "são malcriados" e estariam a fazer um favor para os docentes e não docentes.

3.5. A equipa da Direção escolar e ou Diretor/Gestor afeto, vai atrás dos alunos que demonstram vontade de abandonar a escola, a fim de evitar este ato?

3.5.1. Porquê?

Que afirmaram sim, disseram que os gestores escolares pega no “contato e liga para aquele que tem um bom comportamento”, para “saber o motivo”, e “até pedem que regresse de novo para escola”. Dentre os inquiridos, um afirmou que “tinha uma diretora que fazia isso, que ia atrás dos alunos para não desistirem”. Já outros, afirmaram que os gestores escolares “não se preocupam com isso”, um vez que “a educação desse país não é inclusiva”.

3.6. No teu caso, pensas em voltar à escola e contribuir para o desenvolvimento económico, cultural e social da tua comunidade, em geral, de São Tomé e Príncipe?

3.6.1. Porquê?

Que afirmaram sim, disseram que “iria ganhar muito dinheiro para ajudar a mim e a minha família” e ficaria “conhecido pela sociedade”. Por outro lado, que afirmaram não, disseram que agora sou pai de família e não penso mais em estudar”, e tempo não me resta, por isso, nem penso nisso”.

3.7. A implementação do currículo escolar de acordo a realidade da tua comunidade, ajudaria a prevenir e diminuir o abandono escolar?

3.7.1. Porquê?

Porque “as pessoa iriam sentir mais motivados para estudar”, e evitar “que saíssem para Angola”, afim de ir “pescar” e “ganhar” mais “dinheiro”.

3.8. Será que mais formação específica para os professores da tua região, contribuiria para prevenir e diminuir o abandono escolar?

3.8.1. Porquê?

Porque com professores mais capacitados, explicarão melhor e os alunos entenderão mais”, porque atualmente “os professores escrevem e não explicam bem”. Também iria ajudar a melhorar o comportamento dos professores, bem como ter mais capacidade para

conversar com os alunos sobre o abandono escolar". por outro lado, uns inquiridos afirmaram que "os professores estão bem formados, o que falta é interesse", e "mesmo formando mais professores, se os alunos não têm vontade de estudar", "vão desistir na mesma", porque "os alunos ó pensam em dinheiro".

3.9. A contratação dos professores da tua região para lecionar nas escolas locais, contribuiria para prevenir e diminuir o abandono escolar?

3.9.1. Porquê?

A contratação dos professores da região contribuiria porque o professor "aconselhava sempre", e ajudaria a incentivar "os alunos para voltar à escola". Também iria "dar aula de acordo a nossa realidade", contribuindo mais "para a comunidade". Outros inquiridos afirmaram que não contribuiria porque as pessoas não vão querer respeitar os professores da mesma comunidade", e assim, faz aumentar mais malcriadez nas escolas" contribuindo mais para abandono escolar.

3.10. Como caracterizas a forma como os Professores dão as aulas nas salas?

3.10.1. Porquê?

Porque explicam bem a matéria" e "torna muito fácil os alunos entenderem". Por outro lado, não bem, porque "nem todos professores dão aulas bem e estão interessados em explicar a matéria", ou se passam matéria não explicam bem". Já antigamente, explicava melhor, tanto a prática como a teoria".

3.14. O que é necessário para prevenir e diminuir o abandono escolar na tua comunidade?

3.14.1. Porquê?

Porque "a família é a base e força do aluno para que mesmo consiga estudar", juntamente com "professores são motores da sociedade", e assim, "com mais acompanhamento iriam incentivar mais os alunos".

4.1. Assim que abandonaste estudo, que prática laboral por vontade própria ou não, assumiste?

4.1.1. Porquê?

Os inquiridos praticaram estas áreas assim que abandonaram os estudos: palaiê, servente na fábrica de bloco, auxiliar de loja, biscato, professor, canalizador, comerciante, costureira, cozinheira, futebolista, doméstica, empregada de limpeza, jardineiro, mecânico, pedreiro, pedreiro, lavador de carro, etc.

4.2. A atividade laboral que praticaste e ou praticas, tem a ver com o fato de abandonar a escola?

4.2.1. Porquê?

Sim, porque era a forma de ganhar pão", e o dinheiro que recebia na mão do meu familiar não era suficiente". Não, porque foi a minha vontade própria".

4.3. Que nível de educação e ou formação pensas em ter, se tivesses oportunidade de recomeçar a estudar?

4.3.1. Porquê?

Para os inquiridos, com estes níveis, iria garantir mais "experiência" e encontrariam "melhor emprego", "para ter melhor condição de vida". Isto é, "ajudaria muito em termo financeiro", e "poderei ajudar mais a minha família e a sociedade, e ter mais respeito dela.

4.4. Com este nível escolhido, contribuiria suficientemente para o teu desenvolvimento pessoal e social?

4.4.1. Porquê?

Iria procurar melhor trabalho, e assim, "ajudaria muito em termo financeiro", e "poderei ajudar mais a minha família e a sociedade, e ter mais respeito dela.

4.5. Que área profissional pensas em seguir, assim que conseguires voltar a estudar e terminar os ciclos de estudo?

4.5.1. Se escolheste a opção ‘nenhuma e outra’, então diga qual o preferencial:

Diferentes destas áreas profissionais, os inquiridos apontaram outras preferenciais, nomeadamente: jurista, contabilista, economista, engenharia, jornalismo, medicina, comercial, doméstica, psicologia e sociologia.

4.5.2. Porquê?

Os inquiridos afirmaram que são áreas que dominam que merecem “aposta no nosso país”. Entre os inquiridos, um afirmou que está fazendo “curso de ação educativa”, porque gosta de “ensinar” “outras pessoas necessitadas”, e ajudar a “melhorar a nossa educação”. Outros inquiridos afirmaram que pretendem seguir a área profissional escolhida porque “a pessoa ganha muito dinheiro” ou porque pretendem “contribuir para “melhorar a justiça” e sistema de judicial do país. Enquanto um outro inquirido, afirmou que está estudando apenas porque quer “saber ler e escrever para ensinar meus filhos”.

4.6. O que te impede de estudar?

4.6.1. Se escolheste a opção “outra”, indique qual?

Os inquiridos apontaram a “falta de apoio de governo”, ou “apoio dos pais” “para formar”.

4.7. Deixarias o teu filho abandonar a escola para ficar em casa?

4.7.1. Se “sim, porquê?

Porque os meus pais não me ajudaram, então penso e farei o mesmo.

4.7.2. Se “não”, o que farias para evitar?

Os inquiridos afirmaram que contariam “algumas experiência de vida” para os alunos, e iriam aconselhar, dar atenção”, ajudar em tudo” para que os mesmos não abandonem a escola.